

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GLADSON PAULO MILHOMENS FONSECA

**CAVALO DO VINGADOR: ETHOS DA GARIMPAGEM NA FRONTEIRA DA
AMAZÔNIA FRANCO-BRASILEIRA – UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA EM
OIAPOQUE**

João Pessoa
2020

GLADSON PAULO MILHOMENS FONSECA

CAVALO DO VINGADOR: ETHOS DA GARIMPAGEM NA FRONTEIRA DA
AMAZÔNIA FRANCO-BRASILEIRA – UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA EM
OIAPOQUE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Culturas e Sociabilidades

Orientadora: Prof. Dra. Simone Magalhães Brito

João Pessoa
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F676c Fonseca, Gladson Paulo Milhomens.

Cavalo do Vingador: Ethos da garimpagem na fronteira da Amazônia franco-brasileira: uma análise sociológica em Oiapoque / Gladson Paulo Milhomens Fonseca. - João Pessoa, 2020.

153 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Fronteira. 3. Amazônia. 4. Amapá. 5. Ethos. 6. Oiapoque e garimpagem. I. Brito, Simone Magalhães. II. Título.

UFPB/BC

CDU 303(043)

Nome: FONSECA, Gladson Paulo Milhomens.

Título: Cavalo do Vingador: Ethos da garimpagem na fronteira da Amazônia franco-brasileira – uma análise sociológica em Oiapoque.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Culturas e Sociabilidades.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Magalhães Brito.

Aprovado em: 29/10/2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Simone Magalhães Brito (Orientadora – UFPB)

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (Membro interno – UFPB)

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dr. Fábio Gomes de França (Membro externo – UFPB)

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Profa. Dra. Danieli Machado Bezerra (Membro externa – UFF)

Julgamento: Aprovado. Assinatura: *Danieli Machado Bezerra*

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira (Membro externo – UFMA)

Julgamento: Aprovado. Assinatura: *Jesus Marmanillo Pereira*

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se ao trabalho da educação e busca pelo conhecimento nunca foi tão urgente como nestes tempos difíceis que estamos vivendo. Em nossas vidas, pessoas incríveis nos ensinam todos os dias. O encerramento deste ciclo e início de outro, caminho prazerosamente interminável após um Doutorado merece a citação de “algumas” destas pessoas. Maria da Conceição (mãe), José Raimundo (pai), Lucas Milhomens (irmão), Paula Ribeiro (irmã) e Marcos Milhomens (irmão) a cada dia vivido, são partes indeléveis do que me tornei. Amor é devoção: nossa família é linda.

Em relação a amigas e amigos, espero não ser injusto se alguém não aparecer aqui, mas devo considerar o que está mais próximo de minha memória afetiva neste momento. Então, cito Ana Laudelina (obrigado por me apresentar a universidade!), Danieli Machado (minha ukulelista favorita), Jesus Marmanillo (nossas aventuras no Norte ainda ressoam!), Graça Miranda (minha eterna flor de Cotijuba) e Ana Lúcia (por onde andarás?). Essas pessoas extraordinárias fazem parte do que sou, mesmo estando tão distantes.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através de Simone Magalhães Brito e Rogério Souza Medeiros. Certamente, um trabalho de tese só pode ser desenvolvido quando há uma equipe competente à frente. Obrigado!

Grato à Universidade Federal do Amapá e a todas(os) os(as) colegas do curso de História do Campus Oiapoque. Na verdade, devo dizer que o estado amapaense me proporcionou possibilidades incríveis para novos projetos. Nosso trabalho continua!

RESUMO

Nome: FONSECA, Gladson Paulo Milhomens. Título: **Cavalo do Vingador. Ethos da garimpagem na fronteira da Amazônia franco-brasileira – uma análise sociológica em Oiapoque**. 2020. 182 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

O presente trabalho analisa a cultura e vivências da garimpagem na fronteira amazônica entre Brasil e Guiana Francesa. A pesquisa baseia-se na análise empírica de experiências constituídas por grupos distintos e suas respectivas formas de sociabilidade encontradas na fronteira. Argumenta-se que esta relação de proximidade, conforme observado, imbuí-se de um *Ethos* local, capaz de agregar diferentes modos de sociabilidade imersos em sua constituição sócio-econômica, cujas bases referenciais estão ligadas aos garimpos clandestinos do território guianense. Ao longo de décadas, o norte amapaense tornou-se foco central da corrida do ouro em terras guianenses como principal referência econômica em Oiapoque, alijada às redes informais de exploração de ouro. A escolha metodológica baseou-se na observação participante (através de contatos diretos/indiretos) com os grupos sociais existentes e entrevistas realizadas a partir do contexto circunstancial com homens e mulheres ligadas(os) em suas formas distintas ao universo garimpeiro vivenciadas nas áreas clandestinas da Guiana Francesa. De um modo geral, entende-se que a extração mineral faz parte da constituição histórica, social e econômica da Amazônia brasileira. De todo modo, a fronteira não pode ser pensada como um espaço compacto, mas como disruptura, um lugar capaz de neutralizar as funções institucionais do Estado, criando formas de sociabilidades peculiares, capazes de operar pelas vias da informalidade em suas mais variadas práticas.

Palavras-chave: Fronteira. Amazônia e Amapá. Ethos. Oiapoque e Garimpagem.

ABSTRACT

Nome: FONSECA, Gladson Paulo Milhomens. Título: **Avenger's Horse. Ethos of garimpagem on the Amazon French-Brazilian border – A sociological analysis in the Oiapoque.** 2020. 182 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

The present work analyzes the culture and experiences of mining in the Amazonian border between Brazil and French Guiana. The research is based on the empirical analysis of experiences made up of different groups and their respective forms of sociability found at the border. It is argued that this relationship of proximity, as noted, is imbued with a local Ethos, capable of aggregating different modes of sociability immersed in its socio-economic constitution, whose referential bases are linked to the clandestine mines of Guyana territory. Over the decades, northern Amapá became the central focus of the gold rush in Guyanese lands as the main economic reference in Oiapoque, excluded from informal gold exploration networks. The methodological choice was based on participant observation (through direct / indirect contacts) with the existing social groups and interviews conducted from the circumstantial context of men and women linked in their different forms to the gold mining universe experienced in clandestine areas of French Guiana. In general, it is understood that mineral extraction is part of the historical, social and economic constitution of the Brazilian Amazon. In any case, the frontier cannot be thought of as a compact space, but as a *disruption*, a place capable of neutralizing the institutional functions of the State, creating forms of peculiar sociability, capable of operating through the ways of informality in its most varied practices.

Keywords: Fronteira. Amazônia and Amapá. Ethos. Oiapoque and Garimpagem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa demonstrativo da Pan-Amazônia	31
Figura 2: Mapa demonstrativo da Cabeça do Cachorro (os limites geográficos estabelecidos entre Colômbia e Brasil lembram a cabeça de um cão com a boca aberta). Limites fronteiriços entre Colômbia, Venezuela e Brasil a partir do estado do Amazonas.....	36
Figura 3: Platô das Guianas. Região que historicamente inaugura a corrida do ouro nos limites fronteiriços da Amazônia franco-brasileira	54
Figura 4: Mapa da região de Calçoene (norte do estado amapaense)	54
Figura 5: Rua no centro de Macapá.....	61
Figura 6: Fortaleza de São José em Macapá	61
Figura 7: Orla do Rio Amazonas em Macapá	62
Figura 8: Rua no centro de Macapá nas proximidades da Beira Rio	62
Figura 9: Estacionamento de pirateiros próximo ao terminal rodoviário de Macapá	69
Figura 10: Área de encontro de passageiros(as) ao lado do estacionamento de pirateiros	69
Figura 11: Estacionamento de pirateiros próximo ao terminal rodoviário de Macapá	70
Figura 12: Trecho sem asfalto da BR-156 (sentido Oiapoque/Macapá em janeiro de 2020) .	70
Figura 13: Placa com reprodução e localização do mapa de Oiapoque em língua francesa na entrada da cidade pela BR-156.....	75
Figura 14: Rua na região central de Oiapoque	76
Figura 15: Conjunto de estâncias às margens da BR-156	76
Figura 16: Orla do Rio Oiapoque: as embarcações menores ancoradas à margem do rio são conhecidas como catraias	77
Figura 17: Catraias ao fundo ancoradas às margens do Rio Oiapoque	77
Figura 18: Vista da Ponte Binacional, viajando em catraia pelo Rio Oiapoque até Saint-Georges de l’Oyapock, na Guiana Francesa	78
Figura 19: Vista panorâmica de rua no centro de Oiapoque nas proximidades da Beira Rio .	78
Figura 20: Embarcações ancoradas em frente à hotel na orla de Oiapoque	79
Figura 21: Ponto de catraeiros na Beira Rio à espera de passageiros(as) com destino ao município de Saint-Georges de l’Oyapock, na Guiana Francesa	85
Figura 22: Orla da Beira Rio em Oiapoque, área de entrada e saída de transeuntes entre Amapá e Guiana Francesa	85
Figura 23: Viagem em catraia pelo Rio Oiapoque rumo à Saint-Georges de l’Oyapock, Guiana Francesa	86

Figura 24: Busto no entorno da Praça Central de Oiapoque (onde parte considerável da população se reúne em festas e atividades noturnas). Um detalhe interessante é que não há qualquer identificação/inscrição na estátua. Este elemento é fundamental para entendermo..	86
Figura 25: Casas às margens da BR-156 em Oiapoque	93
Figura 26: Desenho em um muro da cidade na Orla da Beira Rio, alusivo a um garimpeiro.	93
Figura 27: Centro de fiscalização aduaneira em Saint-Georges de l’Oyapock, Guiana Francesa (2019). O prédio em frente à tenda vermelha é o escritório da polícia francesa local (gendarmerie).....	94
Figura 28: Orla de Saint-Georges de l’Oyapock, Guiana Francesa	94
Figura 29: Vista parcial da vila de quitinetes administradas por António	95
Figura 30: Vila de quitinetes e sua extensão de cinco quartos (o último cômodo foi reservado para ser um depósito). Estes estabelecimentos para residência temporária são comuns em Oiapoque.....	95
Figura 31: Casa descrita por Carlos e referida como patrimônio material do “Oiapoque antigo”	102
Figura 32: Rua de casas de câmbio próximas ao mercado público	103
Figura 33: Dia de movimento em rua central em frente ao Mercado Público de Oiapoque .	103
Figura 34: Chegada de militares a bordo de helicóptero em garimpo ilegal nas selvas da Guiana Francesa	119
Figura 35: Embarcações levam militares do corpo gendarmerie através do Rio Oiapoque..	119
Figura 36: Garimpeiros utilizando maquinário para extração de ouro na Guiana Francesa .	120
Figura 37: Garimpeiros utilizando máquinas para extrair ouro em mina ilegal na Guiana Francesa.....	120
Figura 38: Posto aduaneiro nos limites territoriais entre Brasil e Guiana Francesa.....	141
Figura 39: Rua da vila de quitinetes administradas por António em Oiapoque. Ruas sem asfalto e pouco iluminadas compõem o isolamento desta região de fronteira	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: AMAZÔNIA E SUAS FRONTEIRAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E TERRITORIAIS: UM PANORAMA.....	22
1.1 PAN-AMAZÔNIA	27
1.2 <i>FRONTS</i> E ENTRE-LUGARES AMAZÔNICOS.....	31
1.3 A FALSA IDEIA DE SOBERANIA E O DILEMA AMAZÔNICO	37
CAPÍTULO II: A CORRIDA DO OURO NO ESTADO DO AMAPÁ	41
2.1 LOURENÇO, ÊXODO DO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO.....	46
2.2 ENTREPOSTOS DA GARIMPAGEM PELA BR-156.....	49
CAPÍTULO III: ETHOS DA GARIMPAGEM: DO OIAPOQUE ATÉ O “OUTRO LADO”	55
3.1 “TU VAI PRO OIAPOQUE? DEUS ME LIVRE!”.....	56
3.2 RECONSTITUIÇÃO DE UM DIÁRIO DE CAMPO	62
3.3 OIAPOQUE PARA QUEM VÊ	64
3.4 FRONTEIRA INVISÍVEL (FORMAS DE OLHAR, LINGUAGEM CORPORAL)	70
3.5 TOQUE DA FALA E DO GESTO	79
CAPÍTULO IV: SONHO NA CABEÇA, PESADELO NO BOLSO: TRANSEUNTES E ILEGALIDADES	87
4.1 “TERRA DE OGROS”.....	87
4.2 “BORA LÁ!” OIAPOQUE MARANHENSE.....	96
4.3 DONAS(OS) DE CORPOS.....	103
4.4 “VIRANDO O CAVALO DO VINGADOR AÍ PRO OUTRO LADO”	108
4.5 “É DADO, É ROUBADO”	112
4.6 “TU NÃO PODE CONFIAR EM NINGUÉM”	113
4.7 POPULAÇÃO FLUTUANTE.....	115
CAPÍTULO V: NINGUÉM QUER FAMA EM OIAPOQUE: BANALIZAÇÃO HUMANA DO “OUTRO LADO”	121

5.1 “ESSE FICOU PRA HISTÓRIA”	124
5.2 “O COMPANHEIRO CHEGA AQUI E DIZ QUE ELE MORREU”	130
5.3 TALHERES NA MESA.....	134
5.4 “SÓ SAI QUANDO PAGA”.....	137
6 CONCLUSÃO.....	142
6.1 ETHOS FRONTEIRIÇO.....	142
6.2 EXPLORADORES DE OURO	144
6.3 <i>PLOCS</i>	144
6.4 CONTRABANDISTAS	145
6.5 PIRATEIROS	145
6.6 CATRAIEIROS.....	145
6.7 BREFADOS OU NÓIAS	146
REFERÊNCIAS	147

INTRODUÇÃO

Como pensar o conceito de fronteiras na contemporaneidade? Como mensurar sua capacidade de divisão e relações assimétricas? Neste trabalho, procuramos entender e dar um direcionamento a estas questões no âmbito de uma fronteira amazônica. Mais precisamente a fronteira entre Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França). Aqui, nos defrontamos com construções e particularidades constituídas, sociabilidades predispostas ao desenvolvimento de práticas e vivências desta realidade.

A pequena cidade fronteiriça chamada Oiapoque, com seus pouco mais de 27 mil habitantes, há décadas entrou no mapa do que iremos tratar aqui como corrida do ouro no Extremo Norte do Brasil, atraindo toda uma gama de pessoas. O fato é que suas características fronteiriças são muito mais complexas de se constatar. Ou seja, estes limites internos (para além das fronteiras físicas) estão colocados pelos(as) seus agentes nas formas interacionistas cotidianas desta fronteira.

No artigo intitulado *The study of boundaries in the Social Sciences* (2002), a socióloga Michèle Lamont apresenta o conceito de fronteiras em uma perspectiva mais complexa. A exemplo, para a autora, fronteiras sociais são formas de objetificação das diferenças sociais manifestadas em acessos desiguais de recursos (materiais e não-materiais) e oportunidades sociais. Tais características também podem ser reveladas a partir de padrões comportamentais estáveis associados à comunicabilidade.

Assim, temos a construção social dos chamados limites simbólicos, capazes de criar um caráter de constrangimento e padronização nas interações sociais. Desse modo, só então eles podem se tornar limites sociais, ou seja, se traduzem em padrões identificáveis de exclusão social ou segregação de classe e raça. Por outro lado, fronteiras simbólicas e sociais devem ser vistas como formas reais: as primeiras existem no nível intersubjetivo, enquanto as segundas se manifestam como agrupamentos de indivíduos (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

Neste sentido, como pensar o conceito de fronteiras na Amazônia? Ou melhor, como estabelecer um recorte conceitual preciso, pautado nas variações de fronteiras amazônicas existentes? Em certa medida, distinguem-se de outras partes da configuração pan-amazônica – termo, aliás, abordado no primeiro capítulo desta tese intitulado Amazônia e suas fronteiras históricas, políticas e territoriais: um panorama.

Genericamente, falamos de um subcontinente que agrega outros países sul-americanos. O fato é que não me pareceu conveniente abordar uma discussão mais geral sobre o espaço da pequena Oiapoque, uma fronteira de “rincão amazônico”, sem antes tentar compreender estas

configurações gerais para entendimento de uma posterior peculiaridade fronteiriça. De um modo geral, quando nos referimos ao “Norte” ou à “Região nortista”, comumente, traçamos no imaginário ou, no dito senso comum, uma simplificação local predominante. A primeira parte da pesquisa se propõe a debater este olhar panorâmico sobre a Amazônia em aspectos mais gerais. A questão da soberania, território e presença militar em alguns aspectos é o que podemos observar.

O segundo capítulo intitulado A corrida do ouro no estado do Amapá, aborda o ciclo de exploração do ouro em solo amapaense e suas configurações sociais e econômicas, assim como os impactos às populações locais e ambientais sobre o uso do espaço. O que trato como corrida do ouro, temos uma fase de empreendimentos e extratificação/exploração estrangeira que abrange o século XX em quase toda sua totalidade. O Amapá, de acordo com a bibliografia existente sobre estudos regionais, como Martins (2014) e Romani (2010), abre um arcabouço de possibilidades para se entender a exploração do ouro ilegal/legal, tendo como pressuposto o litígio territorial histórico conhecido como Contestado Franco-Brasileiro sobre as posses geográficas em parte do norte-amapaense. O estado amapaense apresenta um histórico de raízes relacionadas à garimpagem, atividade que se intensificou durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Temos os casos da área que compreende os municípios de Calçoene e Pedra Branca do Amapari, além da Vila do Lourenço, regiões que colocaram essa parte da Amazônia sob os holofotes de disputas empresariais pelo monopólio territorial na região. Fato interessante é que a fronteira com a Guiana Francesa trouxe uma série de debates contemporâneos sobre o uso político fronteiriço em ambos os lados. A fronteira é o lugar de tensão, ao mesmo tempo produzindo rupturas sobre a forma como as sociabilidades são organizadas ou resignificadas. O conceito de ruptura é apresentado e formulado na pesquisa como resultante de análise empírica sobre grupos e suas interações em Oiapoque, condicionando a uma estrutura de *Ethos* com sua fronteira guianense.

Ao mesmo tempo, variações étnicas, somadas aos processos de acumulação capitalista neste contexto amazônico, funcionam como um dínamo ao desconstruir toda ordem local estabelecida entre os povos indígenas, ribeirinhos e os imigrantes da região Nordeste (sobretudo maranhenses que povoam distritos, vilas ou cidades no Amapá, como Lourenço e Calçoene). Neste caso, é importante destacar essa internacionalização questionável no processo de exploração mineral amapaense, como aponta Granger (2008) sobre a indefinição entre Mercosul e União Europeia a partir de uma faixa terrestre.

A ideia de fronteira humana elencada por Martins (1997), diz respeito à complexidade conceitual proposta pelo autor. A degradação humana que pode vir acompanhada de distintos processos como a subjugação cultural pelas frentes pioneiras de expansão sobre a Amazônia brasileira, tendo no contexto amapaense a garimpagem ilegal como carro-chefe. Nesta perspectiva, o capitalismo de pequena acumulação (ou de localismo) produz uma relação paralela na exploração de ouro, não havendo na maioria dos casos, qualquer política de fiscalização ou combate à sua consequente degradação ambiental, torna-se inócua por parte do Estado.

Seguindo a orientação dos trabalhos de Chagas (2019) e Goés (2014) a chamada fronteira franco-brasileira tornou-se uma referência ativa acerca da mineração aurífera – embora o Amapá tenha um histórico sobre exploração de outros minérios, como o manganês – perfazendo ao longo das últimas cinco décadas uma retomada desta corrida do ouro, sendo que a fronteira franco-brasileira inaugura uma nova fase que se inicia em meados da década de 1980 até o início dos anos 2000.

Outro ponto que gostaria de destacar é que minha referência metodológica do campo toma como referência Malinowski (1988). No segundo capítulo faço uma tentativa de demonstrar o panorama atual da Amazônia amapaense a partir de artigos e obras influenciadas pelo trabalho de Elias, Bourdieu e Lahire. Este último, por exemplo, traz um compêndio notável em seu trabalho intitulado Retratos sociológicos (2004). Por outro lado, minha incursão em campo tenha colocado este aporte teórico como uma base de referência para a tese de um modo geral. Ainda assim, Elias veio como uma referência teórica fundamental.

Outro ponto é que presumi a fronteira franco-brasileira como um espaço decolonial na perspectiva conceitual, o que foi colocado à prova durante o exame qualificatório de tese, mas esta diferença pode ser vista ao longo do trabalho. Casanova (2007) traz a ideia de colonialismo contemporâneo e, de fato, a Guiana Francesa ainda é um dos poucos domínios coloniais existentes no século XXI.

O terceiro capítulo Ethos da garimpagem: do Oiapoque até o “outro lado”, resulta da etapa inicial do trabalho de campo, além das imprevisibilidades encontradas na incursão etnográfica. Neste caso, temos referências sobre o conceito de *habitus* baseado em Elias e Scotson (2000) na perspectiva do que pode ser interpretado como *outsiders* e *insiders* nesta fronteira. É evidente que a faixa, limiar e *front*, seguindo a análise de Águas (2017) ao tratar da poliformia de um espaço fronteiro, neste caso, apresentam diferenças de base

sociológica. Entretanto, o que a análise empírica demonstra é que Oiapoque subverte uma lógica de território de Estado, não apresentando linearidade em suas formas de sociabilidade baseadas na cultura da garimpagem.

Tais formas de sociabilidades se colocam de maneira ambígua, estabelecendo uma relação de tempo e espaço peculiar. Isso se deve ao fato de ter como *modus operandi* tratado no trabalho como população flutuante: um perfil identificado na pesquisa como transeuntes, estas(es) vivendo à margem não apenas do processo de produção capitalista hegemônico, mas também, imersos nas selvas da Guiana Francesa e realizando conexões clandestinas com o Brasil sem qualquer vínculo estatal e jurídico com ambos os lados. Todas as redes ou formas de sociabilidades descritas a partir de falas dos(as) *depoentes* como elementos agregadores de um *Ethos* comum, capaz de ligar estes/estas diferentes agentes à ilegalidade no chamado “outro lado” (expressão de uso comum em Oiapoque). Tal *Ethos* agrega códigos comuns no espaço fronteiro. O *habitus*, neste sentido, é capaz de tornar crível tais disposições, embora a Sociologia desenvolvida por Lahire trate de uma vertente disposicionalista empregada em seu método empírico.

Especificamente, nesta terceira parte, tomo como referência o trabalho de Elias e Scotson (2000), sobretudo ao tratar das formas de sociabilidades existentes até onde é possível relacionar com as interações na fronteira franco-brasileira, pertinente acerca da dimensão local e geral observadas na incursão do campo. É interessante notar que para o caso de Lahire, existe um dissenso entre a abordagem conceitual entre Elias e Bourdieu, no que podemos observar:

O mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós. Na origem de nossas desgraças e de nossa felicidade, tanto individuais como coletivas, ele se diferenciou e se tornou tão complexo que produziu o sentimento de que o íntimo, o singular, o pessoal, se distinguiram por natureza da sociedade (como dois objetos claramente distintos) e até mesmo se contraporiam a ela. Em um estado de diferenciação particularmente avançado, por paradoxo ou por artimanha do mundo social, temos a sensação de uma vida subjetiva não-social ou extra-social. Nada é mais comum do que essa inverdade. O indivíduo, o foro íntimo ou a subjetividade como local de nossa liberdade primordial é um dos nossos grandes mitos ou podemos desejar nos vermos livres deles [...]. (LAHIRE, 2004, p. 08)

Há uma crítica conceitual à teoria de *habitus* direcionada ao pensamento de Bourdieu, que para o autor, não recobre a variação de referências acerca do indivíduo contemporâneo. Por outro lado, o *habitus* não pode ser reduzido a um fator causal e memorialístico. Assim,

[...] eu não falo de “identidades múltiplas” ou “referências identitárias”, mas de pluralidade e de heterogeneidade de disposições incorporadas por cada agente nas sociedades com forte diferenciação social [...] Acredito

que Bourdieu e Elias não tinham a mesma coisa em mente quando falavam de *habitus* [...] Elias e Bourdieu pensavam os indivíduos como seres totalmente sociais, que são inteiramente socializados e cuja economia psíquica é fundamentalmente social [...]. (LAHIRE, 2004, p. 318-319)

O jogo da ativação/vigília do que o autor chama de disposições incorporadas é resultante de diferenciações sociais que em sua origem estão ligadas a condições de existência distintas. Eu ousaria inferir, por exemplo, que a estruturação do *Ethos* garimpeiro tratado nesta terceira parte, busca nas falas de pessoas que trazem através de suas vivências na fronteira, condicionantes comuns – embora os grupos sociais encontrados e analisados tenham posições distintas entre si.

Por sua vez, expressão “outro lado” usada por transeuntes em Oiapoque acerca da Guiana Francesa não é limitada apenas a este espaço colonial, mas inclui o Suriname. O trabalho da socióloga Osvaldina dos Santos Araújo (2017) traça uma parte dessa mesma rota de garimpagem clandestina em um trabalho de longa etnografia ao analisar os intercâmbios em agenciamentos de prostitutas entre Paramaribo (Suriname) e Cayenne (Guiana Francesa). O que torna o campo difícil é procurar entender como funcionamento das relações sociais reflete analogamente o que estas pessoas vivenciam nas rotas do garimpo. Estas disposições incorporadas indicam trazer a somatória de experiências de homens e mulheres que já estiveram em outros garimpos amazônicos, mas parecem insistir na busca pelo “outro lado”. Para Elias e Scotson (2000), essa diferenciação, mesmo sendo um método sociológico contemporâneo, nos faz pensar como o *habitus* pode definir, em um certo sentido, a constatação de um *Ethos* local ou determinante na faixa fronteira.

Neste percurso, invariavelmente, conversas que seriam incluídas em um “pré-roteiro” elaborado, foram descartadas, pois não apresentava consistência com a discussão sociológica proposta. O que é demonstrado, pelo menos empiricamente, apresenta certa sustentabilidade às formas, digamos, encontradas na fronteira. Logo, um problema se colocou à porta: informantes ou depoentes? As pessoas que estão ligadas ao “outro lado” vivem “sob suspeita” ou criando arranjos específicos que sustentam a sua sobrevivência para além da fronteira. O conceito de depoente acabou ganhando sustentabilidade em detrimento da categoria analítica denominada informante, mais conveniente para estudos sociológicos tradicionais.

Assim, só pude contatar cada uma dessas pessoas uma única vez (a exceção do *depoente* António). O regresso cotidiano ao mesmo lugar se dava com a possibilidade de reencontrar estas mesmas pessoas, o que não foi possível. Caberia pensar se o/a depoente

estaria sempre na condição de marginalizado(a) pela dificuldade em falar sobre o que vivenciou/vivencia? Esta é uma das questões que trago a partir do terceiro capítulo.

A julgar pela presença de pessoas de diferentes lugares e idiomas em Oiapoque, é possível observar que as formas de sociabilidade ocorrem entre um lado e outro da fronteira. A este respeito é o que trato como população flutuante em relação ao perfil específico de pessoas que adentram os garimpos clandestinos da Guiana Francesa. Neste entremeio, os registros fotográficos se propõem a ilustrar a percepção sobre o espaço. Neste sentido, uma imagem reproduz uma memória. Quando a imagem fala por si, traduz-se através de suas representações imagéticas e sua capacidade de construir uma narrativa visual para o(a) pesquisadora(o). Neste sentido, temos como referência o trabalho de Collier Jr (1973), sobretudo no que concerne ao uso da fotografia.

A forma como estes grupos se distinguem – em suas interações e sociabilidades – em Oiapoque, me leva a crer que nas áreas de garimpagem, internamente, exista muito mais conectividade entre os mesmos. Como as falas atestam, entrevistas estruturadas foram descartadas logo que retornei ao campo propriamente dito em um período que vai de 2018 a 2019. Especificamente no terceiro capítulo, faço menção ao fato de que entre 2014 e 2016, já tinha identificado informalmente alguns destes grupos, embora “classificá-los” dentro do escopo do trabalho não tenha sido uma tarefa tão simples. Isso se deve ao fato de não ter acessado áreas de garimpos ilegais na Guiana Francesa. Do ponto de vista da execução, seria impraticável, pois se trata de um território neutro aos olhos do Estado. Hipoteticamente, seria a etnografia mais subversiva possível de ser feita, embora as rotas surinamenhas e guianenses traçadas por Osvaldina dos Santos Araújo (2017) tragam um panorama específico mais próximo do cotidiano da ilegalidade garimpeira. Trabalho este, inclusive, que merece ser lido com atenção.

Porém, estando em Oiapoque e tendo a possibilidade de estabelecer contato direto/indireto com mulheres e homens já inseridos(as) neste contexto de garimpagem via “outro lado” me deu subsídios – ressaltados os limites interpessoais destas interações – para uma linha interpretativa da atuação local dos papéis sociais também evidenciados por Goffman (2002). Neste sentido, há uma diferença fundamental entre interação e sociabilidade. A sociabilização entre grupos é uma etapa posterior às formas interativas apriorísticas, ou seja, de contato inicial. No segundo caso, deve haver um código de pertencimento capaz de favorecer sua inserção. Assim,

Estudar os aspectos de uma figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade impõe à investigação algumas limitações óbvias. Mas também

em suas vantagens. O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20)

Em uma linha cronológica, tive a oportunidade de dialogar com mais de 30 pessoas (entre homens e mulheres), embora no último caso, o acesso foi mais difícil. Existem códigos invisíveis aos não-estabelecidos(as) acerca de olhares e gestos, algo que procuro demonstrar empiricamente neste capítulo. Na fronteira franco-brasileira há uma razão muito clara sobre o fato de muitas pessoas viverem sob condições de invisibilidade social, econômica e identitária. Em sua maioria, oriundos do Pará e principalmente do Maranhão, estando na fronteira sob a condição de transeuntes, podendo literalmente deixar de existir a qualquer momento, pois as áreas de garimpagem são o objetivo final em termos de finalidades econômicas. Portanto, deste total, 13 pessoas (07 mulheres e 06 homens) foram selecionados(as) para compor a base descritiva e etnográfica do campo. Nesta relação, temos:

Dona Neuri (Professora aposentada).

Antônio (Aposentado e autônomo).

Carlos (Comerciante).

Kelly (trabalhadora do sexo).

Ruth (Garçonete).

Seu Pedro (Comerciante).

Homem de camisa azul (Garimpeiro em trânsito pela cidade).

Aline Santos (Advogada e Defensora Pública no Fórum de Oiapoque).

Rosilene (Ocupação não informada).

Mulher de vermelho (Vendedora autônoma).

Evangélico (Autônomo em serviços de manutenção e limpeza de residências).

Fernando (Mototaxista).

Josefina (Professora de Ensino Superior).

No quarto capítulo, intitulado Sonho na cabeça, pesadelo no bolso: transeuntes e ilegalidades, essa relação de imprevisibilidade em relação aos depoentes é ainda mais clara. De todo modo, extrair informações de falas mais próximas dessa realidade fronteiriça,

sintetiza o que se apresenta como um *Ethos* garimpeiro ou algo similar. Nestas falas, é possível interpretar este contexto pelo viés de uma Sociologia do Cotidiano. Os(as) depoentes citados(as) seus nomes fictícios representam parte desta população flutuante, ambígua, em parte não portando qualquer tipo de documento, vivendo em trânsito contínuo na fronteira. A ideia de ilegalidade, neste caso, se apresenta como norma.

Sendo variada em sua composição, a fronteira franco-brasileira vista a partir de Oiapoque congrega todos esses grupos tendo nas interações uma relação quase que imediata e contínua. A ideia de ilegalidade observada na fronteira advém do “outro lado”. O perímetro urbano analisado, incluindo duas áreas importantes (Beira Rio e Mercado Público), concentram em sua totalidade estas formas de sociabilidade apresentadas. Como exemplo, podemos verificar que o grupo dos nórias (usuários de drogas ilícitas) e pirateiros (motoristas de transporte privado) se conectam através de atividades cotidianas comuns. Os nórias costumam executar serviços informais no centro de Oiapoque em troca de pequenas quantias em dinheiro. Entre elas, arranjar passageiros(as) para pirateiros com destino a Macapá. Por outro lado, hipoteticamente, todo(a) transeunte eventualmente estará envolvido em uma situação de ilegalidade visando o “outro lado”, seja até mesmo um nória ou pirateiro.

Considero importante mais uma vez reportar a referência que utilizo de Malinowski (1988) ao “pisar” no campo propriamente dito. Fazer descrições, registros fotográficos e procurar estabelecer contatos diretos/indiretos com as pessoas envolvidas para tornarem-se depoentes devidamente “selecionadas(os)” é um trabalho difícil. Considerei mais pertinente trabalhar com as imprecisões do campo. De fato, não é possível negar que as estruturas locais podem apresentar arranjos difíceis de serem “decifrados” à primeira vista. Ao longo de todo o trajeto da pesquisa, procurei tratar desse paralelo. Posteriormente, adotei referências teóricas contemporâneas para os capítulos seguintes.

O quinto e último capítulo, intitulado Ninguém quer fama em Oiapoque: banalização humana do “outro lado”, além de ser uma continuidade direta no desenvolvimento de entrevistas (presentes nos capítulos III e IV, especificamente), trata das relações e análises comparativas entre falas e suas correspondências com o universo da garimpagem. É possível entender que os(as) depoentes envolvidos(as) em experiências de criminalidade (o universo garimpeiro por si só, já abre esse precedente de ilicitude cotidiana) trazem em seus relatos de experiência uma significação particular sobre a banalização do humano.

O espaço social da garimpagem nas selvas da Guiana Francesa atende a uma construção política e econômica tratada por Casanova (2007) como colonialismo interno. Na

periferia da exploração capitalista mineral, as áreas de garimpagem ilegal surgem como territórios paralelos de extração aurífera clandestina que vinculada às redes de tráfico de pedras preciosas situadas em capitais europeias, mas tendo como bases de fornecimento subsidiário Paramaribo (Suriname) e Cayenne (Guiana Francesa) na periferia do sistema colonial administrado pelo governo francês.

Seguindo para uma análise panorâmica, não parece haver limites nesta corrida do ouro que está sendo retomada sob a chancela do atual governo francês. Recentemente, uma gigantesca área de exploração aurífera entrou em atividade na Guiana Francesa em meio à Pandemia provocada pelo Novo Coronavírus. Algo que chama atenção é o fato de subordinar interesses de populações inteiras nesta parte da Amazônia ao desmatamento florestal, sem qualquer tipo de regulação ou fiscalização ambiental aparente em épocas de turbulência global.¹

Esta complexa manutenção do capitalismo colonial francês na Amazônia corrobora para que contingentes inteiros de transeuntes adentrem as áreas de garimpagem continuamente, criando novas frentes fronteiriças entre grupos sociais e seus respectivos vínculos ilegais através da corrida do ouro. O fato é que a mineração do ouro abre muitos precedentes de impacto direto acerca do uso do solo, das reservas ambientais e, sobretudo, dos povos tradicionais/locais que habitam a Amazônia. E aqui, temos um grande desafio para manter toda a extensão amazônica devidamente neste início de século XXI.

Outro elemento importante é uma comunicação direta com as(os) depoentes. Optei por trazer trechos de falas – em seu uso coloquial a partir das transcrições do caderno de campo – como subtítulos, destacando a realidade observada e descrita nos capítulos III, IV e V. Assim, os mecanismos de ruptura (conceito que será apresentado ao longo da pesquisa) acabam ingressando de forma mais compreensível à etnografia. São trechos de falas correspondentes às especificidades e dinâmicas das interações.

Quanto ao título central do trabalho, trata-se de uma expressão que ouvi de algumas pessoas em Oiapoque e que surgiram na fala de duas mulheres ao longo da pesquisa, referendando circunstancialmente as dificuldades de se viver à margem do Estado na fronteira: Cavalo do Vingador. Essa expressão traz em seu bojo a própria naturalização da violência gestada na fronteira franco-brasileira e para além dela. É provável que tenha sido elaborada/disseminada nas áreas de garimpagem do “outro lado” como parte de sua complexa composição econômica e política. E isso, obviamente, poderá ser observado a seguir.

¹ Disponível em: <https://www.humanite.fr/pendant-le-confinement-le-lobby-minier-avance-ses-pions-en-guyane-688601?fbclid=IwAR2i7p>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Os grupos sociais apresentados, como pirateiros ou plocs, trazem referências imaginárias à corrida do ouro da década de 1980, além de conexões com o território vizinho francófono. Se partirmos de uma permanência de signos e referências locais, hipoteticamente teremos a ideia do que entendemos de trabalho exíguo e a obsessão pelo precioso mineral. O Cavalo do Vingador parece ser o tipo de metáfora condizente com uma realidade que não é totalmente visível aos olhos de quem circula por Oiapoque. Estes nomes, gírias ou expressões, trazem em seu bojo a circularidade do que é possível ver e ouvir a partir dessas experiências no universo garimpeiro.

O Cavalo do Vingador remete à cultura pop acerca de um programa televisivo animado de mesmo nome na década de 1980, intitulado no Brasil como Caverna do Dragão. Curiosamente, tal referência apresentada na fala de algumas entrevistadas parece sintetizar um ponto de apoio central para o desenvolvimento dessa pesquisa. E é exatamente isso que veremos a seguir.

CAPÍTULO I: AMAZÔNIA E SUAS FRONTEIRAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E TERRITORIAIS: UM PANORAMA

Limite, raia, borda, divisa, demarcação, extremidade, frente, margem, confim, *entre-lugar*, *liemen* – a variedade de palavras que buscam dar conta do significado de fronteira evidencia a sua polissemia. O seu sentido literal provém de limes, a muralha imperial, destinada a manter de fora os bárbaros [...] O aparecimento do termo, porém, ocorreu muito depois, no século XIII, a partir da palavra *front* – que designava o limite temporário e flutuante que separava dois exércitos numa batalha (ÁGUAS, 2017, p. 3).

Civilização e barbárie caminham lado a lado. O século XXI, com um prognóstico inicial parece atestar bem tal comprovação. Neste limiar, encontramos povos distintos que atravessam territórios em diferentes composições regionais do globo em busca de um lugar. Certamente, tais configurações geográficas não se apresentam como porções locais esparsas ou isoladas: estão alicerçadas por disputas econômicas, políticas e sociais.

Seja em âmbito regional (em um pequeno país do sudeste asiático ou do Caribe) ou uma vasta planície na Sibéria, os recursos naturais são parte constitutiva da acumulação capitalista, independentemente das técnicas de exploração que venham a ser utilizadas. Certamente a perspectiva marxista ganha destaque quando o tema vincula-se a formas variantes de acumulação. Em um estudo abrangente sobre as fronteiras da região amazônica, sobretudo no que tange a chamada Amazônia brasileira em seu livro *Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano* (1997), o sociólogo José de Souza Martins apresenta às Ciências Sociais no Brasil um trabalho vanguardista sobre as denominadas frentes de expansão pioneira no Norte e Centro-Oeste do Brasil desde fins do século XIX até meados do século XX.

O que compreendemos como Amazônia é uma questão conceitual que pretendo discutir neste capítulo, mas tomando por base as diferentes narrativas sobre a região – incluindo as mais genéricas – em contraposição ao que as Ciências Sociais oriundas das regiões Sudeste e Sul preconizaram sobre o “Norte”. Martins (1997), ao trabalhar com uma densa etnografia e estudos demográficos, se contrapõe a análises exotistas amparadas na visão naturalista de cronistas e viajantes, comuns nas narrativas historiográficas. As chamadas frentes de expansão pioneira são resultantes de um processo histórico e econômico específico que se originou na vasta área da Amazônia brasileira a partir de ciclos extrativistas – como a borracha no século XIX – e posteriormente culminando com os projetos de mineração, pecuária, linhas férreas (como a Madeira Mamoré em Rondônia), hidrovias entre outros projetos de impacto sócio-ambiental por grandes corporações internacionais chanceladas pelo Regime Militar (1964-1985).

Acabamos por produzir um vasto panorama de exploração internacional, onde a região amazônica torna-se o “Eldorado” de riquezas naturais? Para Martins, tal explicação não parece ser tão simplória. Se nos séculos XX e XXI o conceito de fronteira reconfigura-se com um sentido mais geopolítico do termo, face às mudanças do capital sobre o espaço, o autor passa a esboçar uma visão vanguardista em sua abordagem sobre Fronteiras em contraposição à fronteira no sentido mais geopolítico do termo.

Assim, temos a dimensão de Fronteiras do humano. Quando lembramos que determinadas formas de acumulação capitalista reinantes na Amazônia estão vinculadas a formas de extrativismo arcaicas, escravidão por dívidas em propriedades fundiárias, rapto de pessoas ou a conivência de autoridades policiais com atividades de grupos mercenários ligados ao agronegócio, temos a constatação empírica de outras peculiaridades sobre a vastidão de suas intermitências, como podemos observar nas descrições acerca do rapto entre culturas indígenas, onde o elemento da diversidade é um marcador de diferenças:

Por fronteira étnica entendo os confins do território de determinada tribo indígena e, portanto, lugar de contato com outros grupos étnicos, geralmente quando os respectivos territórios se superpõem. Esse é basicamente o território do confronto entre o nós e os outros, quando ainda não se estabeleceu um acordo de convivência no mesmo espaço [...] (MARTINS, 1997, p. 46)

É necessário compreender o êxodo entre populações amazônidas entre os ditos(as) civilizados(as) e não-civilizados(as) e como certos agrupamentos indígenas em mobilidade, assim como sua desterritorialização ocorrida com ênfase na região desde o século XVIII trouxe a fronteira como um mal-estar e uma permanente negação de pertencimento cultural, assim:

A construção do imaginário sobre a Amazônia, a partir do século XVI – que era, então, uma imagem associada ao dito Novo Mundo, e não à Amazônia especificamente – foi estruturada, inicialmente, a partir de narrativas. As imagens eram criadas a partir da fusão de formas e paisagens já conhecidas com as informações obtidas a partir dos relatos sobre o Novo Mundo [...]. (BUENO, 2002, p. 12)

Podemos verificar como foi o período de ocupação colonial da região nos séculos XVII e XVIII, partindo de interesses políticos para designação de fronteiras militares que foram estabelecidas através de fortificações (Fortaleza de São José, em Macapá; às margens do rio Amazonas, assim como em Belém, na província do Grão-Pará).

O cronista Gonzalo Hernández de Oviedo y Valdés em encontro com Francisco Orellana, na ilha de Santo Domingo, ao ouvir seu depoimento, envia uma carta ao Cardeal Pietro Bembo em Roma, exaltando as riquezas da Terra do Amazonas. A ideia de fronteiras

do desconhecido ganha contornos no inóspito e fantástico “Éden perdido”. No alargamento do território colonial português, destacam-se as expedições de Pedro Teixeira e Raposo Tavares, assim como missões jesuíticas no interior da Amazônia. Em 1616, com a fundação de Belém até a primeira metade do século XVIII, ocorre a expulsão de comerciantes holandeses da região. Cria-se ainda no processo da Conquista portuguesa, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separando-se do Estado do Brasil, decisão tomada ainda na vigência da União Ibérica (REZENDE, 2006).

Essa relação de apropriação do outro(a) no contexto político e econômico de uma fronteira é um elemento central para compreendermos como essa ocupação do território legou distintas relações de sobrevivência local, além das variadas formas de exploração. Como elenca Martins, as relações de dominação baseadas na experiência do rapto em áreas de fronteiras étnicas e contínuos conflitos gerados pela presença do outro(a), segue como uma relação de representatividade social temporária. Nestas condições, por exemplo, observemos:

A categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica é de frente de expansão porque ela se refere a lugar o tempo de conflito e de alteridade. Já em Turner, a concepção de fronteira era a do limite entre civilização e barbárie. Em perspectiva oposta, é para Ribeiro limite da civilização. No Brasil para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade da fronteira, a fronteira frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar como concepção de fronteira do humano. Neste sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária [...] Ao mesmo tempo, civilizados muito diversificados entre si, com mentalidades muito desencontradas a respeito de seu lugar nesse dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade: o camponês, o peão, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário, o religioso (de diferentes confissões religiosas), o funcionário público, o antropólogo (MARTINS, 1997, p. 162-163).

O conceito que iremos abordar neste capítulo para tratar da Amazônia brasileira é o de fronteiras como espaços fluídos, uma vez que toda relação fronteira é gestada a partir de traços culturais que possuem um fluxo temporal descontínuo em relação ao tempo proposto pelo projeto capitalista de sociedades civilizadas. Cria-se, dessa forma, localismos em proporções e condicionantes históricos que não seguem as narrativas sociais hegemônicas propostas por esta, digamos, suposta integração civilizacional advinda com o capitalismo.

Tal debate se insere no pensamento do geógrafo britânico David Harvey (1994) sobre o conceito de localismo a partir dos conceitos de espaço e tempo naquilo que denominou

como uma condição pós-moderna de sociedade capitalista. Harvey, por exemplo, cita os filósofos alemães que rejeitam a vertente interacionista espacial-temporal. A “integração” cultural (e, sobretudo, política por parte do Estado) nas relações de fronteira está longe de ser tênue quando se trata de um tipo de capitalismo de pequena acumulação. Assim, o tempo pós-moderno para Harvey está vinculado às mudanças na tradição da modernidade tal como o Iluminismo chegou até nós. Tudo isso está relacionado às variantes de acumulação frente a um dado modelo hegemônico de capital. Dessa forma, a aceleração do tempo em troca do consumo produz a perda de sentido no futuro:

O livre fluxo do capital na superfície terrestre, por exemplo, põe uma forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para as quais o capital pode ser atraído. O encolhimento do espaço pode ser atraído. O envelhecimento do espaço que faz diversas comunidades do globo competirem entre si implica estratégias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna um lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. (HARVEY, 1994, p. 247)

Quando falamos de uma vasta região como a Amazônia brasileira, tratamos de tempos e espaços que podem apresentar desde características locais similares ao trabalho escravo a altos empreendimentos tecnológicos de exploração mineral, como o caso de empresas chinesas explorando recursos naturais. Cunha e Campello (2014) reforçam a tese de que a Amazônia necessita de um modelo de desenvolvimento regional próprio ao subcontinente, desatrelado da matriz economicista e agroexportadora à qual está submetida com capitais chineses. A região deve ser concebida como um trunfo político e a sua natureza como uma vantagem competitiva, não podendo ser compreendida, em sua totalidade, como uma gigantesca barreira geográfica exportadora de commodities (p. 243-244).

A socióloga Camila Moreno, em seu livro *Brasil Made in China*: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo (2015), destaca que a presença chinesa na Amazônia está alinhada ao projeto Arco Norte, ligando diferentes estados da Amazônia brasileira através de hidrovias, escoamento de grãos e produção energética por rios como Madeira, Amazonas e Bacia do Tapajós. A incorporação da Fronteira do Arco Norte marca outro patamar de “inserção da China no tecido econômico nacional, sinalizando sua entrada definitiva na região amazônica” (p. 73).

Esta suposta integração sob signos de uma mundialização de oportunidades ilimitadas apenas recria uma tendência hegemônica advinda com a Escola Econômica de Chicago.²

² A este respeito, podemos observar em Souza e Lara (2012, p. 11-12): [...] notamos que os pressupostos teóricos da escola neoliberal de Chicago ajuda a divulgar os princípios e valores do capital, assegurando o discurso de que o mercado é promotor de liberdades individuais. A defesa da liberdade nada mais é que agregar diversos

As frentes de expansão pioneira descritas por Martins (1997) são chaves interpretativas importantes para a compreensão de tipos de variação de espacial-temporal que podem ser encontradas na Amazônia do século XX – sobretudo nas regiões que compõem os estados do Pará, Amazonas e Rondônia – e as bruscas transformações ocorridas pela presença de projetos neodesenvolvimentistas inaugurados pela Ditadura Militar e que tinham como prioridade os investimentos advindos com o mercado externo. Assim, temos formas contemporâneas de exploração alijadas a mecanismos de acumulação primitiva. Podemos observar a gênese desta discussão em Karl Marx, na obra *O Capital* (Volume I), ao tratar no Capítulo 24 sobre a acumulação primitiva da terra:

[...] Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo modo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos que cresce continuamente, embora há tenham deixado de trabalhar [...] Na história real, como se sabe, o papel principal é pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência [...] (MARX, 2017, p. 785-786).

Um debate muito caro à Amazônia brasileira é pensar como determinadas dinâmicas deste processo contínuo de acumulação primitiva se deslindam em pleno século XXI. A forma como o capital internacional se instalou – e assim ainda o faz – em diferentes regiões amazônicas produz desdobramentos através de pequenos localismos de acumulação neoextrativista, que se põe em condições materiais paralelas à alta tecnologia somada à precarização e aprisionamento de populações tradicionais como mão-de-obra barata. Espaços onde a pequena acumulação de capitais periférica produz aliciadores(as) que recrutam trabalhadores(as) do campo e da cidade, donas(os) de produtos clandestinos, pistolagem, peonagem entre outras formas de degradação humana.

Na interpretação marxista é possível compreender que a ideia de posse está direcionada/associada ao valor da terra, da propriedade. A mão de obra disponível na região amazônica atual é diversificada com base tanto na produção de riquezas e misérias, atuando com elementos equivalentes através de localismos produtivos que podem variar dos lavrados de Roraima à bacia do rio Solimões no Amazonas (fronteira com a Colômbia). Devemos desmitificar a percepção de uma forma capitalista homogênea na Amazônia. Uma falsa

segmentos da sociedade em prol da causa de poucos (burguesia) [...]. Para isso é necessário disseminar seus valores, concepções e crenças[...]. De todo modo, é importante destacar as diferenças entre a visão econômica como um modelo à parte da chamada Escola de Sociologia que formou pesquisadores(as) de renome nos EUA, entre as décadas de 40, 50 e 60, e como tal, influenciou pesquisas de caráter mais empírico.

promessa do globalismo. Como podemos observar em Santos (2008) a respeito do discurso globalista do século XX:

Nessas condições, e como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado de regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação). Haveria espaços mais ou menos dóceis às outras formas de regulação. Estes seriam os “espaços de racionalidade”, cuja constituição é mais marcada pela ciência, pela tecnologia e pela informação, espaços mais abertos a realização da racionalidade da racionalidade dos diversos atores (SANTOS, 2008, p. 49).

Embora pareça um tanto conciliador, o geógrafo Milton Santos não é nada otimista com a retórica falaciosa de “Aldeia Global”. Afinal, é nas fronteiras que se operam as mais variadas formas de desconstrução que o Estado parece omitir quanto à integração territorial, linguística e, sobretudo, econômica. A perspectiva redentora do globalismo já em pleno século XXI, face às mudanças do capitalismo, é um equívoco histórico irremediável. Basta observar o que o capital transnacional é capaz de fazer nas fronteiras da Amazônia brasileira. Mais adiante, falaremos melhor sobre o tema. O fato é que a dimensão de fronteira territorial na Amazônia é uma questão complexa em si mesma, opondo a narrativas históricas mais simplificadas.

1.1 PAN-AMAZÔNIA

O subcontinente Pan-Amazônico compreende os estados brasileiros do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e inclui parte dos territórios do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, configurando uma espécie de Meio-Norte (no caso de Tocantins e oeste do Maranhão). Já os países que compõem as fronteiras internacionais com o Brasil, temos Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela (incluindo uma parte do mar do Caribe), Colômbia, Peru e Bolívia (estes dois últimos se aproximando do Centro-Oeste brasileiro). A exceção é o Equador, que não faz fronteira terrestre com a Amazônia brasileira.

O sociólogo Marcos Costa Lima (2018) também traz outro debate acerca da chamada MATOPIBA, uma conjunção de estados brasileiros que também formam uma região com traços culturais similares, como Piauí, Maranhão, Mato Grosso e Bahia, cujas áreas estão localizadas em regiões de Cerrado. Estas áreas também abrangem Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul (compondo a região de Chapadas). No sistema dos chapadões centrais existem atualmente uma população indígena de 44.118 habitantes no Tocantins, Maranhão, Goiás e

Mato Grosso do Sul, sem contar a população mestiça de camponeses, cujos conhecimentos e práticas campesinas guardam íntima relação com a cultura indígena no Cerrado.³

É importante destacar a peculiaridade da Guiana Francesa, ainda na condição de departamento ultramarino da França, funcionando como parte descontínua de seu território, está integrada política e economicamente à União Europeia. Portanto, cidadãos e cidadãos nascidos(as) nesta colônia europeia estão inseridos(os) na identidade cultural francófona.⁴

A Pan-Amazônia, na perspectiva política, concentra um vasto campo de contingenciamento militar na região, sobretudo com a criação do projeto SIVAM.⁵ Porém, é importante frisar que a ocupação geopolítica da Amazônia iniciou efetivamente durante o Regime Militar instaurado em 1964, exercendo um plano de ocupação sob pretexto ideológico através da Doutrina de Segurança Nacional, parte do chamado “Milagre Econômico” proposto durante a vigência do governo Médici (1969-1974)⁶.

Desde o Golpe de 1964, o Brasil já despontara como área estratégica na disputa internacional conhecida como Guerra Fria (1949-1991). Como os EUA estavam influenciando diretamente a região apoiando golpes de estado e implementando regimes autoritários, a Amazônia brasileira passou a sofrer intervenção direta de grupos econômicos internacionais. Dada sua complexidade multiétnica, linguística, assim como suas variações de extrativismo entre populações tradicionais nativas, a partir da década de 1970 o processo desenvolvimentista pavimentado pelos militares com apoio do capital estrangeiro passou a ganhar peso na região. Ainda na mesma década, surge o movimento de guerrilha camponesa conhecido como Guerrilha do Araguaia.⁷

³ LIMA, Marcos Costa. Vocês conhecem o termo MATOPIBA?. Opinião: Revista Jornalismo & Cidadania, n. 24. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, jun. 2018. Sobre o subcontinente pan-amazônico, consultar: Pan-Amazônia. Visão histórica, perspectivas de integração e crescimento. SILVA, Osiris M. Araújo & HOMMA, Alfredo Kingo (Orgs.). Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 2015.

⁴ Conforme Martins, Superti e Pinto (2015) a Guiana Francesa é definida como Departamento Ultramarino (último vestígio do colonialismo francês). A este respeito, também consultar Grenier (2011), sobre as denúncias do Brasil quanto à questão em fóruns regionais e bilaterais.

⁵ O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi um projeto integrado com infraestrutura tecnológica e possuía a finalidade de controlar, monitorar e difundir imagens, assim como mapas, previsões e outras informações sobre o espaço aéreo e físico da Amazônia brasileira. Foi criado na década de 1990 e administrado pela Força Aérea Brasileira (Aeronáutica). Segundo informações disponibilizadas no website do Ministério da Defesa em 22/08/2017, a FAB desativou as operações do projeto definitivamente. A este respeito, ver também Leite (2002).

⁶ Muito mais ideológica do que propriamente econômica, a ideia de “Milagre Econômico” serviu como pano de fundo para colocar em prática um monitoramento geopolítico na região amazônica, sobretudo nos estados do Pará, Maranhão, antigo norte de Goiás (atual Tocantins) e Mato Grosso. Megaprojetos como a Transamazônica ou a Belém-Brasília surgiram como forma de ligar os rincões do Norte ao Centro-Sul e Sudeste do país nesta perspectiva integracionista na década de 1970.

⁷ A Guerrilha do Araguaia (1967-1974), foi um movimento de esquerda brasileiro cujo método de combate era utilizado por partidos de esquerda no século XX em diferentes países – como China, Vietnã e Cuba – sendo dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). O auge de seu conflito ocorreu na região do Bico do

Não seria um erro inferir que a constituição geopolítica da Amazônia sob uma perspectiva internacional ganha contornos neste período histórico. É importante destacar que as possibilidades desenvolvimentistas, assim como a expansão de megaprojetos em diferentes áreas – como a ICOMI em Serra do Navio, Amapá, ou o projeto Pitinga com o consórcio do Grupo Paranapanema no Amazonas – acessam um novo ciclo de explosão demográfica na região, incluindo um processo migratório intenso, sobretudo, oriundas de diferentes áreas do Nordeste brasileiro. O fato é que os grandes projetos de exploração mineral ganharam fôlego na Amazônia nas décadas de 1970-1980, sendo que Amazonas, Pará e Amapá figuram como estados que receberam muito capital estrangeiro.

A migração em direção à região Norte deu seus primeiros passos na grande seca de 1877-1879, sobretudo, oriunda do estado do Ceará. O surgimento do ciclo da borracha transformou-se em grande perspectiva de atração para as populações nordestinas. Entre os anos de 1890 até 1910, o contingente de pessoas saídas com destino a Amazônia não teria sido inferior a meio milhão. Vale ressaltar que foi o trabalho deste perfil migratório que elevou a produção da borracha em 40% do total da exportação brasileira já em 1910.⁸

Populações inteiras foram deslocadas para a região amazônica em busca de trabalho e novas oportunidades. Essa fase dos megaprojetos inclui formas de investimentos e ocupação do solo, gerando impactos ambientais ainda presentes. De todo modo, é importante lembrar que a Amazônia não está e nunca foi uma região isolada do restante do mundo.

Sobre como imaginar a Amazônia, é necessário salientar que a própria percepção geral que o Brasil possui sobre a mesma é de um desconhecimento profundo. Como uma grande falácia teórica do Hemisfério Norte, a globalização parece desabar frente à própria complexidade do subcontinente Pan-Amazônico por razões já ilustradas.

De longe, a mesma estratégia geopolítica usada em Ásia e África entre os séculos XIX e XX. O reforço de tais discursos apenas corroborou com a construção discursiva sobre o “Norte”, o “Eldorado”, o “Brasil inóspito” entre outras generalizações. O fato é que a Amazônia passou a ter uma visibilidade no cenário mundial ligada a um imaginário de arcaísmos, exotismos e naturalização de sua diversidade cultural. Essas condições históricas

Papagaio (fronteira entre os estados do antigo norte goiano – atual Tocantins – Pará e Maranhão). Ver Moraes e Silva (2005).

⁸ NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 2, n. 12, dez. 1998.

servem como pano de fundo para solidificar as narrativas da Conquista de saqueadores/corsários como Pinzón e Cristovão Colombo.

De acordo Gomes e Rocha (2016, p. 10) “Durante muito tempo os historiadores utilizaram a palavra descobrimento para explicar a chegada dos europeus às Américas. Entretanto, a partir do ano 2000, durante as comemorações dos 500 anos dessa chegada, o termo entrou em discussão” [...]. O que os autores ressaltam é que a historiografia do século XIX consolidou a narrativa oficial de “Descobrimento” em todo o continente americano. O eurocentrismo, neste caso, é a narrativa hegemônica das nações mercantilistas que iniciaram o processo de expansão marítima no continente europeu entre os séculos XV e XVI. Esse conceito foi usado como justificativa para as relações de dominação que os colonizadores mantinham com os nativos das terras “descobertas”, iniciando o preconceito de raças na estrutura de poder hierárquico entre “conquistadores” e “conquistados”.

Para estabelecer uma conexão clara sobre as Amazônias é necessário observar diferentes chaves analíticas destas mesmas narrativas de imaginário(s) amazônico(s) em construção. Podem, sem exceção, serem reforçadas por estereótipos de um jornalista e viajante como Bruce Parry. Os olhares podem variar.⁹

Fica claro que não há um consenso conceitual “definitivo” sobre Pan-Amazônia (uma vez que isso envolve outros países da América do Sul e Caribe), além das variações políticas, diplomáticas e econômicas adotadas por seus governos internamente sobre a região. Um exemplo disso é a área em reclamação da Venezuela em detrimento da Guiana.

Conforme Desiderá Neto (2012), acerca do litígio dos departamentos de Essequibo e Berbice, na atual Guiana (antiga Guiana Inglesa), justamente por conter sob seu solo a savana tropical amazônica, rica em recursos minerais, destacando-se ouro, bauxita e urânio, além de outros recursos naturais, como a biodiversidade da floresta e a própria água, seja para consumo, seja para potencial hidrelétrico. O mar territorial por sua vez é rico em petróleo, em especial no seu extremo ocidental, nas proximidades do delta do rio Orinoco (Venezuela). No mapa oficial do governo venezuelano, é possível ver a área alinhavada como “território em reclamação”.

⁹ Parry é um documentarista inglês, conhecido no Reino Unido por produzir programas para a rede de TV britânica BBC. Notabilizou-se por explorar regiões inóspitas e povos tradicionais em Ásia, África, Américas e Oceania. Produziu uma série televisiva intitulada *Amazon with Bruce Parry* (Amazônia com Bruce Parry), exibida originalmente no Brasil pela TV Cultura, entre 2008 e 2011. É possível perceber uma visão naturalista de seus documentários sobre a região amazônica, o que o faz parecer uma espécie de “Indiana Jones”, personagem da franquia de filmes produzidos pelo cineasta Steven Spielberg. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=7X4KhirdNM4>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Figura 1: Mapa demonstrativo da Pan-Amazônia



Fonte: Google Earth (2020)

1.2 FRONTS E ENTRE-LUGARES AMAZÔNICOS

[...] É imprescindível estudar todas as formas de conflito, porque é no conflito que se revelam sentidos da ação social. (DWYER, 2011, p. 218)

Como já vimos, a ideia de fronteira perpassa pela ideia de conflito. O limiar também é o *front*. As antigas formas de colonização que fazem parte da ocupação política e econômica da Pan-Amazônia, passou a nortear as fontes de expansão que ainda persistem. Podemos falar de um limite onde as prerrogativas do *encontro* são as mais complexas. De fato, impossível não falar sobre o deslocamento e desterritorialização de populações indígenas inteiras na Amazônia não levando em consideração as imposições das fronteiras através de condicionantes históricos.

Quando pensamos nas fronteiras entre brancos e não-brancos, por exemplo, entre regiões mais específicas da Amazônia brasileira, o entre-lugar fronteiriço é a personificação do conflito na dimensão de uma narrativa hegemônica, tal qual a História e a Antropologia do século XX nortearam suas discussões centrais. Quando o deslocamento ocorre entre povos tradicionais em circunstâncias de diáspora, êxodo, ocasionado pelas frentes expansionistas/sertanistas, essa percepção de mediação de conflitos é controversa. Indigenistas do início do século XX usaram o termo pacificação para aproximar povos

indígenas que eram divergentes entre si em um mesmo território – no caso dos irmãos Villas-Bôas, que atuaram como mediadores de conflitos – devido ao processo histórico da ocupação/invasão europeia que ocorre até hoje produz desdobramentos diversos.¹⁰

Podemos tomar como exemplo o notório trabalho da historiadora paraibana Juciene Ricarte Apolinário, intitulado *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão* (2006). O livro narra a saga do povo Akroá durante o período em que a antiga capitania de Goiás (atual norte do estado do Tocantins) foi fundada sob a administração colonial portuguesa impetrada pelo Marquês de Pombal, no século XVIII. A autora problematiza a resistência dos Akroá (além de outros povos da região) em um recorte historiográfico construído a partir de uma minuciosa pesquisa documental, onde é possível observar a gênese etnológica dessa espacialidade indígena, além de suas origens sociolinguísticas.

É pertinente a forma como o conceito de Fronteiras aparece no trabalho da autora. Eu poderia inferir que seu trabalho é uma pesquisa importante não apenas no campo da História, mas possibilitando um maior leque epistemológico entre as Ciências Sociais, pois problematiza uma área colonial portuguesa que viria a compor parte da Amazônia legal brasileira (assim como o conceito de MATOPIBA) e suas consequências conflituosas, vindo a permeabilizar a vivência dos chamados povos indígenas dos sertões, em áreas que compreendem o atual Tocantins, sul do Maranhão e parte do Piauí, Pernambuco e Bahia.¹¹ Obviamente, temos a perspectiva de uma fronteira humana, fundamental para compreender a identidade tradicional *versus* presença do colonizador. Ao contrário do que podemos imaginar, a forma como estes povos resistiram é um exemplo de sobrevivência e ressignificação à ocupação territorial:

[...] Desaparecer significa deixar de ser visto, perder visibilidade. Por outro lado, as pesquisas dos últimos anos, no campo da história e da antropologia revelaram que cada grupo indígena tinha um caráter étnico de posicionamento frente ao não-indígena. E mesmo que negados no plano discursivo, os grupos étnicos continuavam existindo e dada vez mais organizados, politicamente, afirmando as suas etnicidades [...] (APOLINÁRIO, 2006, p. 37)

¹⁰ Os irmãos Villas-Bôas, sendo Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961) são conhecidos sertanistas brasileiros que integraram as expedições indigenistas organizadas pelo Marechal Cândido Rondon (1865-1958). Sendo militar de carreira, gerenciou a abertura de linhas telegráficas no Centro-Norte do Brasil, tendo atuado como engenheiro militar nas regiões de Rondônia, Mato Grosso, assim como partes da Amazônia brasileira. A expedição conhecida como *Roncadour-Xingu* foi criada durante o Estado Novo (1937-1945) tendo como objetivo a política de integração nacional.

¹¹ MATOPIBA é um acrônimo que representa a conjunção de vários estados brasileiros – Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Bahia, cujas áreas localizadas na região dos Cerrados, sempre foram tidas como de pouca população, esquecendo que aí vivem 80 povos indígenas e comunidades quilombolas. No sistema dos chapadões centrais existem atualmente uma população indígena de 44.118 habitantes no Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul [...]. Ver Lima (2018, p.20).

Esta certamente é uma visão vanguardista sobre as fronteiras Pan-Amazônicas, assim como suas narrativas históricas, que poderíamos considerar como centrais: a visão do vencedor/colonizador. Daí o conflito permanente. Partindo para um contexto social contemporâneo, outra região que merece destaque é a chamada Cabeça do Cachorro, localizada ao noroeste do estado do Amazonas, em uma área fronteira entre Colômbia e Venezuela. Às margens do Rio Negro – um dos principais afluentes que se conectam ao extenso Rio Amazonas – localiza-se o município de São Gabriel da Cachoeira (e áreas adjacentes), um dos principais pólos de integração fluvial do chamado Arco Norte (área que abrange o Baixo Solimões, Alto Rio Negro, ainda no estado amazonense, até a Bacia do Rio Tapajós, no Pará).

Esta região se conecta culturalmente com povos tradicionais da fronteira colombiana – mais densa demograficamente – e tornou-se ao longo da História da Amazônia, parte da administração fronteira prioritária do Exército Brasileiro, entre outras implicações geopolíticas nesta tríplice fronteira. Os limites desta região foram demarcados em 1907 pelo Tratado de Bogotá, que estabeleceu as atuais fronteiras entre a Colômbia e o Brasil¹². Possui várias áreas demarcadas em favor de populações indígenas locais. Em 23 de maio de 2005, uma unidade da Força Aérea Brasileira (FAB) foi instalada como o Destacamento da Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira. Sua área envolve uma variedade de povos indígenas:

No Médio Rio Negro, o grupo étnico predominante é o Baré, mas também estão presentes os Tukano, Tariana, Baniwa e outros, vindos do Alto Rio Negro. Povos que migraram há algumas décadas e se estabeleceram nesse território, criando novas comunidades e vivendo conforme os hábitos e costumes peculiares às suas culturas. Na Região do Alto Rio Negro, há maior concentração de grupos étnicos. Nela, vivem 23 povos indígenas pertencentes às seguintes famílias linguísticas: Yanomami, Tukano Oriental, Arnak e Maku, que habitam as calhas dos rios Uapés, Xiés e Içana, onde existem aproximadamente 750 comunidades e sítios, localizadas nas cinco TI já demarcadas e homologadas [...] (CRUZ, 2015, p. 53)

A complexidade étnica levantada pelo trabalho de Cruz (2015) atesta, entre outros aspectos, a variação possível de ser encontrada na diversidade social amazônica. Entre os estados do Amazonas e Roraima, por exemplo, é possível perceber empiricamente o êxodo das populações que ao longo de décadas romperam seu isolamento étnico e foram adentrando

¹² Conforme Euzébio (2011, p.59), as demarcações fronteiriças nesta região estão estabelecidas pelos seguintes acordos: Tratado de Bogotá (1907), definindo a fronteira noroeste como o contorno da Cabeça do Cachorro, Tratado de Limites Colômbia-Peru (1922-1928), Tratado de Brasil-Colômbia (1928) e Comissão Mista de Demarcação dos Limites Brasil-Colômbia (1930-37).

paragens internas advindas com suas temporalidades culturais. Como já assinalou José de Souza Martins (1997), tais fronteiras são humanas no sentido de que todo ambiente em redor, perpassa pelo achamento do outro/outra e sua limítrofe estadia entre sua histórica constituição cultural.

Outra fronteira amazônica que merece destaque é o estado de Roraima (Amazônia setentrional) e sua tensa fronteira com o país vizinho, a Venezuela. Em decorrência de diversos acontecimentos recentes envolvendo a região fronteira entre Brasil e Venezuela – como o intenso fluxo migratório de cidadãos(as) do país vizinho para o lado brasileiro – a relação transfronteira tornou-se nos últimos cinco anos o que poderíamos chamar de um verdadeira área de conflito internacional. A questão fronteira venezuelana e brasileira ressurgiu como palco de disputas territoriais, sobretudo o atual posicionamento do Brasil com atores políticos no Hemisfério Norte.

Tanto no caso da região da Cabeça do Cachorro quanto o Arco Norte que inicia na Bacia do Solimões, temos a existência de fronteiras tríplices. É o caso das cidades de Letícia, Tabatinga e, bem mais ao sul do estado do Amazonas, o município de Benjamin Constant. Essa porção amazônica divide-se entre as fronteiras do Peru, Colômbia e Brasil, assim como ao noroeste de São Gabriel da Cachoeira (às margens do Rio Negro), temos uma faixa terrestre estabelecendo os respectivos limites entre Colômbia, Brasil e Venezuela.

Seguindo as áreas tríplices Pan-Amazônicas, destacamos o chamado Platô das Guianas, uma região de meridianos geográficos que cortam a chamada Linha do Equador compondo parte do Hemisfério Norte (caso específico dos estados de Roraima (vales do Monte Caburaí) e Amapá (cidade de Oiapoque). O estado roraimense também compõe uma área tríplice com a Guiana e Venezuela. No norte paraense temos outra área tríplice entre Guiana, Suriname e Brasil. Ao oeste do território franco-guianense, temos o *Parc Amazonien de Guyane*, área de preservação ambiental que forma o conjunto de grandes parques de biodiversidade da Pan-Amazônia. E no caso da parte sudoeste da mesorregião amazônica brasileira, temos a tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia, tendo as cidades de Xapuri (Acre, Brasil) e Cobija (Bolívia) assim como as cidades circunvizinhas de Bolpebra (Bolívia) e Assis Brasil (Acre, Brasil) como um arco transfronteiriço.

Na prática o que pretendo discutir é a dinâmica política envolvida em dadas variações do conceito de fronteiras. Qual a suposta diferença conceitual estabelecida através das relações de poder através do Estado? De um modo geral, a própria ideia de fronteira em uma

perspectiva primal envolve uma gama de aspectos políticos e econômicos e, como já vimos, não estaria sujeita meramente a uma espacialidade física exclusiva. Como podemos observar:

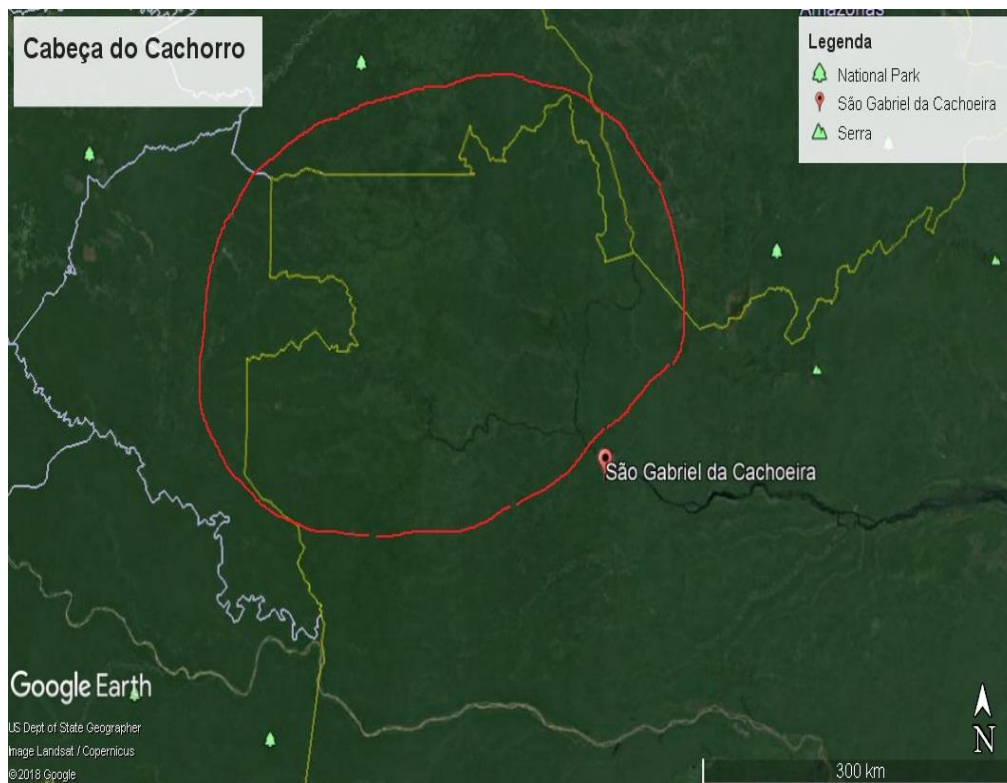
Os conceitos de limite e fronteira são muitas vezes confundidos, apesar de terem diferenças importantes. O limite é conhecido como a linha, não pode ser habitado [...] a determinação e defesa dos limites de um estado se encontram no domínio da alta diplomacia e da alta política, sendo ele uma abstração jurídica do território gerada pela ação institucional de controle efetivo do estado territorial, constituindo um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas (PINTO; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 200).

Por outro lado, é possível compreender melhor as dinâmicas intermitentes de uma divisa, limite ou fronteira. Pelas relações de trabalho, sobretudo entre suas linhas demarcatórias:

[...] existem situações de deslocamentos fronteiriços em que o Estado e os cidadãos do país limítrofe estão ausentes. Os brasileiros que trabalham em algumas regiões da Amazônia às vezes ultrapassam o limite político dos países vizinhos, mas não existe ninguém para os classificar como estrangeiros [...] O Estado se constitui através de processos de centralização e concentração do poder político na sociedade capitalista, ou seja, mediante a tensão entre as forças centrífugas (grupos separatistas) e as forças centrípotas (elites políticas e culturais centralizadoras) (ALBURQUERQUE, 2005, p. 34).

Nestas espacialidades inabitáveis encontramos o limiar de um país a outro e sua permanência através de grupos exógenos ou endógenos não teriam garantias políticas devido às tensões previamente estabelecidas. Para tratar da relação entre Estado, dominação e legitimação, precisamos compreender o limite disponível ao uso da força.

Figura 2: Mapa demonstrativo da Cabeça do Cachorro (os limites geográficos estabelecidos entre Colômbia e Brasil lembram a cabeça de um cão com a boca aberta). Limites fronteiriços entre Colômbia, Venezuela e Brasil a partir do estado do Amazonas



Fonte: Google Earth (2020)

Como já vimos, as fronteiras amazônicas são quase todas esquecidas não apenas pelas autoridades mas, sobretudo, pela dimensão cultural e imaginária de sua representação social no restante do país. Seria necessário indagar quantas fronteiras amazônicas produzem sistematicamente o genocídio de povos que jamais poderão coexistir com a lógica do capitalismo. A Amazônia, hoje e sempre, obrigou-se a conviver com sua negação regional a partir de uma lógica expansionista econômica. A extensão da fronteira é a dimensão do extermínio. Na medida em que o capitalismo avança pela Amazônia, diferentes formas de conflito também se atenuam por suas linhas divisórias – onde a permanência é negada. E obviamente, quando há deslocamentos fronteiriços nestas condições, o controle populacional assume outros contornos.

Desse modo, fronteira produz campos sociais que se estruturam em formas de poder simbólicas, reconfiguradas e fundamentadas em uma hierarquização assimétrica entre os grupos existentes. Essa constituição como um infra-espço capaz de gerar uma ação política

própria. Os campos simbólicos produzidos na fronteira, a exemplo, entre a antiga Guiana Inglesa e o estado de Roraima possuem um ganho econômico e diplomático se comparado com a situação da vizinha Venezuela.

1.3 A FALSA IDEIA DE SOBERANIA E O DILEMA AMAZÔNICO

[...] A ditadura soberana, por sua vez, constitui um problema de soberania, e não uma mera questão de governo. A diferença com relação à anterior é que nesta do ditador é o próprio soberano, e encontra-se dotado de poder para reformar a organização estatal constituída. Assim, para ser caracterizada como soberana, uma ditadura precisa fundar-se em uma finalidade que se encontre fora do ordenamento constituído, implicando em um reordenamento deste [...] É soberano quem domina o Estado, ou seja, quem decide sobre o estado de exceção, decidindo quando este deve existir e o que é que exige a situação concreta (TILIO NETO, 2010, p. 15).

Também não seria possível tratar a questão fronteiriça na Amazônia sem antes analisar outro conceito de soberania. Partindo da Teoria Política, temos duas concepções importantes pautadas na chamada soberania clássica. Aqui entre o direito e a coerção. A soberania neste caso é o uso legítimo de sua constituição, de seu *corpus* social. Em seu livro *Soberania e ingerência na Amazônia brasileira* (2010), o cientista político Petrônio De Tilio Neto traz à baila as referências da Filosofia Política desde a Era Moderna como abordagem analítica na construção da ideia de autonomia amazônica pensada pelo Estado brasileiro.

Do ponto de vista político a História demonstra que determinadas ações entre estados fronteiriços é uma regra entre fronteiras e suas nações – o que necessariamente não é uma balança fidedigna. Na perspectiva clássica, o Estado é instituído legalmente não apenas pela vontade de um governo soberano, mas pelo reconhecimento deste. Filósofos como John Locke (1632-1704), Thomas Hobbes (1588-1679) e Jean Bodin (1530-1596) trazem abordagens políticas que ainda servem como narrativas interpretativas desde o surgimento das chamadas nações modernas (séculos XVII e XVIII).

O conceito de soberania nunca foi tão urgente de preocupações para ser colocado na ordem do dia, sobretudo pela própria negação da autonomia brasileira em relação à Amazônia. Notícias recentes em toda a imprensa internacional quanto à ingerência do governo Bolsonaro na região é uma das questões mais graves que já enfrentamos em nossa história republicana, embora não seja uma novidade no tocante à região.¹³ As diferentes fronteiras amazônicas, como já vimos, trazem uma série de interesses econômicos envolvendo

¹³ A ocupação/exploração na Amazônia brasileira apenas se agrava no governo Bolsonaro, mas sempre foi uma realidade em governos anteriores, sobretudo nos últimos vinte anos por nações estrangeiras. Ver Moreno (2015, p.71-74), China na Amazônia e Arco Norte e o complexo agromineral.

diversos agentes que produzem a exploração irrestrita de seus recursos naturais, assim como a degradação/dizimação das populações tradicionais.

A Filosofia política, neste caso, é um ponto bastante relevante para abordar o tema, como aponta o autor:

Tendo passado pelo surgimento e pelo desenvolvimento da concepção clássica de soberania, segundo Bodin e Hobbes e através de autores mais modernos (Kelsen, Bodenheimer, Schmitt, Heller e Hinsley), cabe agora verificar se esse conceito permanece válido no presente e se há em vista perspectivas de que se altere dentro de um futuro previsível. O final da Guerra Fria muda muita coisa nas relações internacionais. Dada a polarização entre as superpotências, que domina todo o cenário internacional do segundo pós-guerra, o modelo das Nações Unidas é poupado de provar sua eficiência prática. No plano da força todas as querelas entre os Estados acabam se transformando em simples expressões contingentes de uma divisão de mundo estrutural [...] (TILIO NETO, 2010, p. 19).

Se voltarmos para a Era Moderna, por exemplo, a soberania é um poder absoluto e perpétuo de uma república. Já em Hobbes, todo poder emana do Estado, como um *Leviatã*.¹⁴ Del Tilio Neto destaca que no caso hobbesiano, a natureza humana encontra uma inesgotável propensão à discórdia e a guerra, daí a necessidade de um organismo de contenção capaz de ordenar a vida coletiva. Esta seria a transição do estado de natureza para o estado civil. Em outra vertente, temos a afirmação da necessidade do Estado e do contrato social, mas partindo de uma ideia distinta da visão Estado-natureza de Hobbes.

A soberania hobbesiana também é absoluta, na medida em que marca a substituição de uma pluralidade de vontades individuais por uma única vontade, a vontade soberana. Enquanto no estado de natureza todos têm direito a tudo, no estado civil os homens abrem mão desse direito natural sobre todas as coisas. Mais do que isso, os atos do soberano são todos autorizados de antemão pelos indivíduos que contrataram entre si. Essa centralização do direito a tudo na pessoa do soberano é o que funda o estado civil e garante a sobrevivência dos homens em coletividade (TILIO NETO, 2010, p. 9).

Em seu livro *O Brasil Pós-“Milagre”* (1983), o economista Celso Furtado se refere à estrutura agrária do ecossistema brasileiro como uma irrefreável forma de devastação ecológica. Como ponto de partida para sua abordagem sobre o problema, o autor elenca o uso contínuo dos recursos naturais em um país continental mediante um esforço mínimo de acumulação. Neste período, a abertura a capitais externos, somada a acumulação e um projeto desenvolvimentista imposto pelo Regime Militar (1964-1985), a natureza desse crescimento

¹⁴ HOBBS de Malmesbury, Thomas (1588-1679). **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

econômico angariou um abismo social, justamente pela forma como as elites fundiárias passaram a lidar com o espaço da terra:

O dinamismo da economia brasileira não se explica sem uma referência ao sacrifício imposto em grande parte à população do país e ao caráter extensivo da exploração dos recursos naturais de um vasto território. Os instrumentos da análise econômica são inadequados para explicar esses custos sociais e ecológicos. A exportação de recursos não-renováveis – minerais preciosos ou industriais – constitui um traço da vida econômica do país desde a época colonial. As vendas ao exterior de minério de ferro já alcançam os oitenta milhões de toneladas anuais e deverão crescer consideravelmente quando se inicie a exploração das reservas recentemente descobertas na Amazônia. Mais significativamente ainda é o uso depredatório – frequentemente levado ao ponto da irrecuperabilidade – dos recursos florestais, dos solos aráveis e da fauna (FURTADO, 1983, p. 22).

Embora os dados mencionados pelo autor sejam do início da década de 1980, uma constatação sociológica continua atual: a exploração aurífera e mineral como forma de apropriação da terra permanece incólume. Veremos adiante como determinados projetos de ocupação se proliferaram rapidamente através da implantação de megaprojetos em diferentes pontos da selva amazônica. Destarte, na virada dos séculos XIX e XX, a Amazônia agregou a importação de animais para uso extensivo do solo. Como podemos observar:

A primeira leva de capitalistas que se estabeleceu na Amazônia alcançou resultados pífios em termos de produtividade e fixação humana na região, ao mesmo tempo em que promoveu impactos ambientais severos. Aliado ao fracasso inicial, o “modelo” de colonização aplicado pelo regime militar não equacionou os níveis populacionais amazônicos em relação ao restante do país, fortaleceu um estado de anomia na região (trabalho escravo, prostituição infantil, devastação ambiental, grilagem e outras atividades predatórias e ilegais), exacerbou o discurso internacional sobre o desprezo brasileiro pelo seu patrimônio natural de importância planetária, e intensificou fortemente a dependência econômica da região ao capital externo, via exportação de *commodities* [...] Diante dos resultados econômicos, populacionais e ambientais negativos e das expectativas geopolíticas frustradas, nos idos da década de 1990 o governo federal cortou os subsídios financeiros e incentivos fiscais [...] (SANTOS, 2010, p. 70).

Aqui podemos observar como as taxas de retorno da pecuária na Amazônia incentivavam proprietários agrícolas a continuar e expandir suas atividades – até porque se tornou a forma mais rápida de se obter o controle privado da terra. A pecuária, assim como monoculturas ostensivas, acabou se tornando uma atividade predominante em estados amazônicos como Roraima, Amapá, Pará e Rondônia. Segundo Santos (2010), entre 1977 e 2007, o rebanho bovino brasileiro aumentou 86,17 % passando de 107 milhões para quase 200 milhões de cabeças, possibilitando que o Brasil se tornasse o maior exportador mundial de carne bovina.

Neste contexto, há outro aspecto que está ligado diretamente ao tema de um espaço soberano amazônico: no plano internacional/extrarregional, observa-se um comportamento de cobiça sobre a região que remonta fins do século XIX, onde de fato, os interesses estrangeiros passam a ser mais evidenciados. De acordo com Pio Penna Filho (2013), os planos de consolidar a integração pan-amazônica foram apenas parcialmente executadas no subcontinente. Neste caso, a questão do limiar/limite fronteiro torna a presença do Estado praticamente inexistente.

Mas, entre militares e sociedade civil no contexto de atuação amazônica, em algum momento da história republicana houve, de fato, uma relação de complementaridade de interlocução quanto aos interesses soberanos da Amazônia brasileira? Sobre tal questão, trataremos no capítulo a seguir. Como podemos ver, essa é a percepção que se tinha no início da década segundo Del Tilio Neto:

[...] A relação entre militares e sociedade civil no contexto de atuação na Amazônia parece mais uma complementação do que uma substituição no sentido absoluto do termo (TILIO NETO, 2010, p. 73).

Caberia avaliar aqui, de uma forma mais ampla, os desafios que cabem à sociedade civil fora do contexto amazônico, assim como seu povoamento, norteia-se ainda como uma extensão das ocupações extrativistas e atendendo a interesses externos sob a lógica do grande capital. As fronteiras são criadas/delimitadas a que preço? A lógica da constituição do espaço é a lógica impositiva do Estado sob um dado limiar ou *front* que, via de regra, é detentor de recursos naturais, biodiversidade e povos que estão alheios a tais formas de contenção política e econômica.

Como é possível observar, a Amazônia – assim como a Pan-Amazônia – está inserida em um espectro mais amplo e complexo, seja em âmbito cultural, econômico e político. Como veremos a seguir, o contexto regional amapaense em relação à *corrida do ouro* é um reflexo direto da expansão pioneira elencada por Martins (1997) e capaz de gerar condicionamentos de exploração locais. Ou seja, o nível de tensão social gerado nestas fronteiras amazônicas coexiste em diferentes níveis de sociabilidades.

CAPÍTULO II: A CORRIDA DO OURO NO ESTADO DO AMAPÁ

[...] Garimpagem, o trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros, depósitos esses genericamente denominados garimpos [...] Art. 71. Ao trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, faiscação ou cata, denomina-se genericamente, garimpo (Código de Mineração, Decreto-Lei nº 227 de 28 de fevereiro de 1967).

Para além das fronteiras amazônicas que já tratamos no capítulo anterior, vimos que a mineração na Amazônia brasileira é uma questão que suscita problemas sociais, econômicos e ambientais há décadas. O estado do Amapá possui uma forte ligação com o passado respectivo à exploração mineral. Os trabalhos científicos que tratam dos dados específicos em Ciências Sociais podem ser encontrados em áreas diversas, com Política, Antropologia, História e Geografia.

Os chamados campos de mineração atendem ao contexto mais profundo, complexo sobre o bioma amazônico, assim como impactos irreversíveis – até onde sabemos – sobre os povos tradicionais. Atribui-se, em certa medida, uma caracterização anti-moderna ao êxodo interno na Amazônia. Regiões como Laranjal do Jari, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari (pequenas cidades com vastos campos mineratórios em seu entorno) são alvos de investidas nacionais e internacionais de larga escala. Quando se fala em bauxita, manganês e, particularmente ouro, aí teremos uma construção clara da imposição do grande capital sobre a região. Exatamente como estabelece o Código de Mineração (1967) editado na forma de Decreto-Lei pelo Regime Civil-Militar (1964-1985), essa atividade tornou-se um dos braços de ocupação na Amazônia na segunda metade do século XX, impulsionada pelo próprio Estado como parte das frentes de expansão pioneira tratadas por Martins (1997).

Pedra Branca do Amapari, assim como a região de garimpagem batizada como Lourenço, figura ainda como bases relevantes da corrida do ouro no Amapá. Entrementes, devemos pensar na floresta amazônica amapaense como um atrativo para a garimpagem ilegal desde sua história. Tal categorização pode ser compreendida como a autorização estatal para explorar o solo legalmente, o que na prática, não ocorre. A própria funcionalidade jurídica do Código da Mineração favorece condições inapropriadas sobre o uso da terra. Como já vimos, as consequências são incalculáveis.

As mudanças surgidas neste espaço podem variar desde a desintegração de um sistema local de subsistência em detrimento da implantação de vilas ou cidades-satélite provisórias

para comportar contingentes populacionais ligados às empresas extrativistas, como é o caso de Laranjal do Jari e Serra do Navio. Em ambas as cidades, o fluxo migratório – principalmente oriundo do Nordeste – diversificou-se pela região posteriormente com outras atividades adjacentes. Grandes plantações de eucalipto para produção de celulose foi o *leitmotiv* dessa indústria local, posteriormente favoreceu a permanência de tais populações. Esses localismos produzem uma distensão entre o que pode ser pensado como linha tênue entre ruralidade e urbanidade nesta *realocação* do espaço e como um determinado modo de produção capitalista local cria novos tipos de sociabilidade:

[...] No mundo rural está aquela humanidade residual da História, os que não foram assimilados pelas possibilidades e promessas da sociedade contemporânea, os de mais aguda consciência sobre impasses, dilemas e contradições. Os discursos mais completos e lúcidos que já ouvi de pessoas simples sobre o capitalismo, em situação de pesquisa, vieram de trabalhadores rurais e, dentre eles, de mulheres, discursos que nunca ouvi da boca de operários, para os quais o capitalismo é um dado e um destino (BASTOS, 2006, p. 136).

Um ponto importante neste relato sociológico é a capacidade de assimilar – partindo das pessoas que estão inseridas nestas formas produtivas surgidas com populações exógenas no estado amapaense. Neste processo de sociabilidades e novas subjetividades nos espaços fronteiriços, surge um *habitus*, tomando por base o conceito de Norbert Elias (1994). Dessa forma, um sistema geral ou não, com disposições incorporadas, tende a se organizar através das formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social a partir de uma forma reativa. Como podemos observar:

[...] a auto-imagem e a composição social – aquilo a que chamo o *habitus* – dos indivíduos [...] O problema tornou-se mais concreto. Os conceitos utilizados conformam-se mais estreitamente à situação observável de cada pessoa dentro da sociedade (ELIAS, 1994, p. 9).

A partir dessas tendências e disposições incorporadas – o que fica mais evidente em uma observação empírica a curto e médio prazo – podemos trazer a reorganização do espaço e das formas de agir através do *habitus*. E aqui, evidentemente, a observação sociológica direta se dá na cultura da garimpagem que iremos abordar. Mas para isso, precisamos entender essa estrutura como mote metodológico sobre a prefiguração desse espaço de sociabilidades:

Os estudos sobre a socialização nunca são verdadeiramente organizados em um setor especializado da sociologia. Trata-se de uma abordagem sociogenética dos atores que dizem respeito tanto aos sociólogos da religião, do político, do esporte ou do trabalho quanto da escola ou da família. Inúmeros são os sociólogos, contudo, que, desde os grandes fundadores da sociologia, procuraram apreender como as mais variadas experiências socializadoras se sedimentam em maneiras mais ou menos duradouras de ver, de sentir e de agir (quer as nomeemos propensões, inclinações, maneiras

de ser, persistentes, esquemas ou perspectivas), e como esses produtos do passado, mais homogêneos ou heterogêneos, incorporados pelos socializados determinam em parte suas ações e reações em diversos contextos de ação presentes. (LAHIRE, 2015, p. 5-6)

Nesta proposição analítica, o sociólogo Bernard Lahire trata de socializações primárias e secundárias, uma categorização que visa compreender o que denomina como fabricação social de indivíduos. Este modelo pode aplicado ao entendimento das dinâmicas da garimpagem de forma circunscrita. Em Ciências Sociais, no caso do *habitus*, como ideia determinante às formas gerais ou mais restritas de percepção do construto de um *Ethos*:

Mas a distinção entre as socializações “primária” e “secundária” não deixa de trazer problemas. Ela leva muito frequentemente a se representar o processo individual como uma passagem do universo das estruturas mentais e comportamentais mais fundamentais, aos múltiplos universos sociais que frequenta posteriormente um ser social já constitutivo das estruturas mentais e comportamentais mais fundamentais, aos múltiplos universos sociais que frequenta posteriormente um ser social já constituído e que resiste fortemente – o espírito de conservação obriga – às forças de modificação. “O peso particular das experiências primitivas”, escrevia Pierre Bourdieu, “resulta, na verdade, essencialmente do fato de que o *habitus* tende a assegurar a sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança através da seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada e, sobretudo, desfavoreceu a exposição a tais informações”. Ora, diferentes fatos empíricos vêm contrariar esse esquema [...] (LAHIRE, 2015, p. 6-7).

Neste artigo, Lahire infere ao sociólogo Bourdieu, na perspectiva da sociologia contemporânea o conceito de *habitus*. Embora seja uma referência originalmente proposta por Elias (1994), o pressuposto bourdiesiano parece conectar-se de maneira mais objetiva a compreensão das formas de sociabilidade que podemos encontrar em diferentes campos:

[...] As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61)

No artigo intitulado *Personas e habitus: estudo de perfis antrópicos na Amazônia Oriental* (2018), os pesquisadores Daniel dos Santos Fernandes (cientista social) e José

Guilherme dos Santos Fernandes (linguista) trabalham o conceito de antropização. Trata-se de uma abordagem específica acerca de um componente cultural amazônico. Ao tratar das construções históricas sobre os povos da Amazônia brasileira a partir dos relatos escritos de dois expedicionários bávaros, Martius e Spix – entre os séculos XVIII e XIX – o estudo apresenta uma base complementar à noção de *habitus* apresentado pela sociologia clássica francesa.

Dessa forma, os autores apresentam um estudo sobre a natureza antrópica de populações ribeirinhas com base na estrutura e suas disposições estruturantes, colocadas a princípio, pelo olhar eurocêntrico dos naturalistas sobre as regiões que hoje compõem o Norte e o Nordeste brasileiro:

Cabe-nos, para delinear mais precisamente a questão, propor um conceito acerca de perfis socioantropológicos, vinculados a povos e comunidades tradicionais na realidade amazônica brasileira, que não perca de vista o histórico de formação da população local bem como a constituição dos grupos sociais e culturais particulares e as suas interações frequentes [...] a condição básica do humano é a criação para sua transformação, de seus pares e de seu meio, mediante o trabalho, instaurador da cultura e ferramenta de ação no meio; então a antropia. (FERNANDES; FERNANDES, 2018, p. 87-88).

A tentativa de estabelecer uma conectividade acerca da antropia entre a formulação teórica de compreensão deste *habitus*, surge como uma preocupação epistemológica e metodológica na fala de Martins (2006), muito mais como uma crítica à certa negligência sociológica em estabelecer a entrevista como uma ferramenta unívoca de interpretação de um dado objeto que materialize a constatação do *habitus* na pesquisa. Conforme podemos observar:

[...] A sociologia, entre nós, acabou muito dependente da entrevista e da fala ou do documento escrito. Com isso perdeu a imensa riqueza de informação sociologicamente relevante sobre a sociedade que está em outras formas de vivenciar e registrar os processos e acontecimentos sociais. A sociedade contemporânea deslocou os modos de reconhecer-se para âmbitos do imaginário social nem sempre redutíveis ao primado da razão, nem sempre imediatamente apreensíveis pelas indagações sociológicas convencionais. Tanto a pesquisa quanto a interpretação, dependem de procedimentos e mediações teóricas que situem sociologicamente esse resíduo do cotidianamente compreensível [...] (MARTINS, 2006, p. 136-137).

Se levarmos em consideração a diversidade da Pan-Amazônia e suas culturas de permanência ou não-permanência – no aspecto específico das fronteiras – o cotidiano se torna um esboço fragmentado se o método de pesquisa torna-lo redutível à perspectiva de uma narrativa sociológica comum. Não é possível falar de um *habitus*, mas de vários. Os

condicionantes históricos, políticos e econômicos presentes em um recorte específico, o universo garimpeiro é uma extensão *sine qua non* da corrida do ouro na Amazônia brasileira. Como podemos observar o contexto histórico amapaense:

Na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa, entre os anos de 1883-1884 foi descoberto ouro, estando a jazida situada cuja soberania territorial estava sendo contestada pelos governos de Brasil e França e devido a isso era governada por um representante brasileiro e outro francês. O início da exploração aurífera desencadeou um afluxo de pessoas. Eram colonos, aventureiros e muitos estrangeiros, principalmente franceses, todos em busca do sonho dourado e do enriquecimento rápido [...] Eugene Voissien – delegado francês na região – passou então a fiscalizar e taxar o ouro extraído, bem como providenciar para que fosse desviado para a Guiana Francesa. Esse fato foi considerado como uma arbitrariedade e provocou intranquilidade entre os garimpeiros brasileiros e, por conseguinte, diversos conflitos, pois havia uma população estimada de 8 a 10 mil brasileiros estabelecidos [...] (GOÉS, 2014, p. 181).

E através do processo político de criação da fronteira:

O escândalo internacional que decorreu deste evento levou a França a aceitar, em 1897, a proposta brasileira de uma arbitragem internacional para resolver o litígio, e a Suíça foi escolhida e aceita por ambas as partes: não se tratava de uma potência colonial, era europeia como a França, mas era o país de origem do famoso cientista Emílio Goeldi que sempre apoiou o Brasil neste litígio. Em 1900, o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser atribuiu o Território Contestado ao Brasil, reconhecendo definitivamente o Oiapoque como fronteira. O julgamento foi aceito sem condições pela França, e, aliás, numa total indiferença da população como da imprensa [...] (GRANGER, 2012, p. 25).

Penso que a dificuldade de um acordo entre os dois países – Brasil já como República – em sanar a crise fronteiriça possui o ouro como moeda política e um dilema na balança histórica: ao estabelecer uma guerra por controle e exploração mineral em suas origens, isto fará com que tais disposições estruturadas tenham um condicionante de ruptura nos marcos sociais e históricos de sociabilidade. Ora, a literatura existente sobre as diferentes faces da cultura garimpeira mostram como a desestruturação dos vínculos (étnicos e linguísticos) produz uma forma *sui generis* de vivenciar o espaço.

Como o estado do Amapá possui uma das áreas de exploração auríferas mais antigas do país, o conjunto de informações acumuladas, como elenca Lahir, é uma construção primária/secundária sobre distintas formas de sociabilidade constituídas ao longo do tempo, preservando traços específicos. Certamente, sociólogas(os) que se dispõem a pesquisar por longos períodos a Amazônia brasileira, irão deparar-se com outras estruturas sociais, ambientais e culturais – seja na sua construção ou desconstrução social do meio local – impactados nas formas organizativas de suas vivências cotidianas.

2.1 LOURENÇO, ÊXODO DO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

Entre os anos de 1841 e 1900, o norte do Amapá foi palco de uma disputa política e econômica conhecida como Contestado Brasil-França. Segundo Chagas (2019), este período histórico constitui um capítulo à parte da Geopolítica brasileira, tendo afetado diretamente os interesses coloniais da França quanto à sua fronteira territorial em relação ao Brasil (perpassando o Império à Primeira República). A disputa teve como ponto central a disputa por apropriação de recursos minerais em uma região amapaense que possui uma das áreas de garimpagem mais antigas do Brasil.

Com o tempo, a Vila do Lourenço deixou a condição de garimpo e passou a pertencer à zona administrativa do município de Calçoene, recebendo estrutura pública de serviços sociais básicos (saúde, educação e segurança). O autor elucida que a garimpagem na Amazônia brasileira chama atenção pela ausência de dados oficiais, perfazendo uma crítica à metodologia do último levantamento realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 1990. E isto se deve, como já vimos, a uma complexa rede de relações sociais que se configuram pela informalidade dos meios de extração/exploração da mão de obra através deste modo de produção.¹⁵

A descoberta do ouro no garimpo do Lourenço se deu em 1894, no Alto Rio Calçoene, ao norte do Amapá. O primeiro êxodo de garimpeiros na região ocupada se aproximava de 10.000 pessoas. Segundo Picanço (1981), tal situação chegou a desembocar em uma guerra armada entre forças militares do Brasil e França. Tal situação provocou uma guerra armada entre franceses e brasileiros, sendo estes liderados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o *Cabralzinho*, tendo expulsado os franceses da área do contestado. A questão do litígio só fora resolvida em 1900, perante os tribunais da Suíça com o Brasil vitorioso quanto aos direitos territoriais sobre a área contestada mediante defesa de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. O episódio ficou conhecido na historiografia amapaense como o *Laudo suíço*.¹⁶

Entretanto, não é possível afirmar que ao norte do Amapá o garimpo do Lourenço tenha se tornado uma área sem qualquer tipo de organização cidadina. Um aspecto notável na constituição econômica e social destes espaços é que sua dinâmica de sobrevivência é estabelecida a partir de experiências ligadas à permanências culturais que ainda estruturam e

¹⁵ CHAGAS, Marco Antonio. A geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. **Bol. Goia. Geogr.** [s.l.], v. 39, p. 552-553, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg>. Acesso em: 11 jan. 2020.

¹⁶ SILVA, Jonathan Viana da. **Cabralzinho, a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense**. Salto, SP: Schola, 2012.

validam essa experiência histórica. Essa questão fica mais evidente com a chegada de empresas estrangeiras no Amapá, como a *The Carservène and Developments Anglo French Gold Mining Company Limited*, em 1904.

Segundo Elke Daniela Nunes (2018), o período concernente às demandas de ocupação da Amazônia brasileira, também se caracteriza pela chegada dos empreendimentos milionários que mantinham a promessa do desenvolvimento regional:

Os grandes projetos são empreendimentos econômicos voltados para exploração dos recursos naturais da Amazônia e se caracterizam pela grandiosidade das construções, pela quantidade de mão-de-obra neles empregada e pelo volume de capital investido. Além disso, são projetos que utilizam tecnologia avançada e exigem uma infraestrutura constituída de portos, ferrovias, energia elétrica, aeroportos, núcleos urbanos, etc, para dar apoio ao desenvolvimento dos mesmos (NUNES, 2018, p. 51).

A autora trata em sua pesquisa, do caso emblemático do projeto ICOMI, um mega empreendimento baseado na mineração do manganês. Sobre este alinhamento repentino da economia local aliada a novas formas de exploração e seu consequente impacto ambiental, a autora trata o processo como uma modernização da superfície, uma vez que a ideia de progresso e desenvolvimento econômico diverge das reais necessidades de seus povos tradicionais. O exemplo da empresa ICOMI em Serra do Navio, Amapá, é um dos mais conhecidos na região amazônica como modelo precursor dos projetos pioneiros neste modelo de exploração capitalista ao longo do século XX.

Em outra pesquisa, intitulada Trabalho, migração e relações sociais: a presença de imigrantes brasileiros em área de mineração na Guiana Francesa (2015), de Huana da Silva Furtado, observamos uma abordagem sobre a questão histórica da migração no Amapá. Seu trabalho aponta que o fluxo migratório de brasileiros(as) para a Guiana Francesa a partir dos problemas históricos da ocupação do Lourenço atrairia uma corrida do ouro, ou, nas palavras da autora, uma “febre do ouro”.

Como podemos observar, a evolução da atividade garimpeira na Amazônia deu-se de forma espontânea, tendo o território amapaense como um marco histórico decisivo. Uma vez empregada o maquinário e outras ferramentas de extração, a demanda por novas relações e formas de exploração do trabalho se impõem culturalmente. Por esta via, a autora enfatiza que a mecanização dos garimpos na Amazônia ocorreu por interesses do Estado – o que teve amplo apoio dos militares na Ditadura – tendo como eixo norteador a expansão do Norte brasileiro.

Os grandes projetos ganham força na década de 1970. Novas áreas de exploração, novos capitais ocupando irregularmente o espaço. A consequência disso é que houve aumento

significativo de preço do metal em 1971. Data desse período o que o general Emílio G. Médici (1905-1985) anunciou um conjunto de medidas que visavam liberar o espaço amazônico brasileiro a investimentos externos através do chamado “milagre econômico”.

Nas décadas de 1970-1980, várias áreas descobertas por garimpeiros na região foram requeridas judicialmente por empresas de mineração – com apoio e isenções fiscais do Governo Federal. Aqui, constitui-se a ideia problemática de que a exploração da terra era ilimitada, livre, agora incorporada à lógica de exploradores nacionais e estrangeiros. Entretanto, a autora salienta que essa realidade começou a crescer demasiadamente nas décadas subsequentes.

O certo é que o imbróglgio envolto na disputa do Contestado Franco-Brasileiro chamou a atenção de diferentes frentes de expansão amazônicas, conforme Martins (1997). Hoje, de forma cada vez mais acelerado, os modos de exploração do capitalismo são cada vez mais dinâmicos na Amazônia brasileira. Os impactos causados sobre o uso do solo, meio ambiente, assim como a permanência dos povos tradicionais frente ao processo de garimpagem em áreas como o Lourenço, abrange uma diversidade de situações e processos sociais como, por exemplo, a queda na oferta de empregos ou aumento dos índices de desemprego. Há uma variação de impactos presentes e em constante movimento:

O capitalismo conseguiu, com o passar dos séculos, reinventar suas relações criando através do apreço ao capital uma sociedade mais desigual, sem moradia e desempregada. Dessa forma, instituindo realidades que impulsionam inúmeros indivíduos a migrarem em busca de emprego e melhores condições de vida. Sendo assim, é possível inferir que o sistema capitalista é responsável pela divisão da sociedade em classes díspares, e que a desigualdade é resultado de fatores econômicos e políticos [...] Por tal motivo, é possível a familiaridade entre o capitalismo e fenômeno migratório, principalmente no campo das relações trabalhistas, pois na contemporaneidade o mundo é cada vez mais marcado pela especialização, deixando milhares de pessoas à mercê do desemprego (FURTADO, 2015, p. 41).

Mas para além da especialização elencada pela autora, é necessário observar um contraste nas referências que norteiam essa fala. Não se trata apenas de pensar que uma dada mão de obra torna-se dissociada de uma realidade que se viu obrigada a alterar seu padrão de subsistência local. No terceiro capítulo irei tratar exatamente dessa questão no contexto amapaense. O fato é que culturas do trabalho manual pouco afeitas às formas de exploração individual ou coletiva impostas pela cultura garimpeira são provenientes de um contexto capitalista tido como desenvolvido.

Um fato notável é que em meio a estas mudanças, o(a) trabalhador(a) amazônico(a) passou a adotar uma postura ousada na busca de melhores condições de vida. Concomitante a

tudo este processo, é importante ressaltar que houve uma internacionalização forçada sobre a região, acentuada a partir do momento em que o êxodo de trabalhadores(as) migrantes para o Amapá passaram a vislumbrar, conseqüentemente, a fronteira guianense. Este fluxo migratório produziu um novo olhar sobre a região.¹⁷

Ainda segundo Chagas (2019), em se tratando do Lourenço, a localização geográfica da região favoreceu esse movimento migratório. Basta verificar sua área privilegiada nos limites com o Oceano Atlântico a leste, o Estado do Pará ao sul, e ao norte possui sua fronteira internacional com a Guiana Francesa. Sua extensão fronteiriça total percorre aproximadamente 427 quilômetros por rios e mais 303 km por divisas de águas.

As particularidades da região do Lourenço e seus impactos ambientais, sociais e econômicos a partir da atividade mineral se tornaram complexas nas décadas que seguiram, uma vez que sucessivas intervenções de garimpagem foram impostas por empresas de mineração, entre elas, Companhia de Mineração de Participações (CMP) e Mineração Yukio Yoshidome (MYYSA), uma empresa que evoluiu de um garimpo, isto já nos idos de 1960-1980.

2.2 ENTREPOSTOS DA GARIMPAGEM PELA BR-156

Às margens da BR-156 (rodovia federal que cruza todo o estado do Amapá), temos alguns entrepostos que surgiram em grande medida, como localidades que dessem subsídio à atividade garimpeira já explorada no Lourenço. É assim que podemos compreender a cidade de Calçoene. Etimologicamente, a palavra significa “Cunha do Norte”. O nome nasceu de uma nomenclatura, formada pela Fazenda Nacional no início do século XX como designação para as áreas de garimpagem no estado do Amapá.

Quatro áreas foram concebidas: Calço N (de Norte), Calço S (de Sul), Calço O (de Oeste) e Calço L (de Leste). Dois exploradores de ouro à época, conhecidos como Daniel e Firmino, deram origem ao município de Calçoene, pois se estabeleceram exatamente no Calço N. Essa localização é estratégica, pois fica na parte centro-nordeste do Amapá, limitando-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Amapá e Pracuúba e a Oeste com Oiapoque e Serra do Navio. Distante cerca de 374 quilômetros da capital Macapá, sua área abrange 14.333 km². O fato é que as comunidades rurais ligadas à sua municipalidade é que deram origem à “segunda febre do ouro” na região.¹⁸

¹⁷ GRANGER, Stephane. Guiana Francesa, um território francês e caribenho em via “sul-americanização?”. *Revista Confins*. n. 6, p. 11-16, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/document5003.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

¹⁸ Disponível em: www.amapadigital.net/calcoene.php. Acesso em: 25 fev. 2020.

Calçoene é elevada, em 23 de maio de 1945 à categoria de vila, e em 22 de dezembro de 1956 recebe o título de cidade pela Lei nº. 3056. Com a Constituinte (1988), o estado do Amapá é criado oficialmente, desmembrando-se do Pará. Em 23 de agosto de 1988 é fundada a Vila do Carnot (também conhecida como “Vila Maranhense”), sendo habitada até os dias de hoje por moradores(as) oriundos(as) do estado do Maranhão. Essa política migratória se deu através de José Sarney, presidente do país e incentivada pelo governador Jorge Nova da Costa. Dessa forma, surgiram diferentes comunidades/vilas ligadas a Calçoene: Calafate, Carnot, Cunani, além do já mencionado Lourenço.

Por outro lado, há um ponto que não pode deixar de ser refletido. Desde o período do Contestado até os dias atuais, o Amapá é marcado por características que o colocam na condição de ex-território federal e de estado amazônico. No que diz respeito ao uso e apropriação de terras, é o principal:

[...] Seis esferas institucionais atuam sobre o uso e a ocupação dessas terras e apenas 40.605 km² (22,27%) do território está sob o controle do estado do Amapá em um total 143.453,7 km². Esse fato limita consideravelmente a capacidade do governo do Amapá em promover seu ordenamento. Soma-se a isso o fato de que atualmente, 72% do território do Estado são protegidos pela demarcação de terras indígenas (10%) e pela criação de áreas de proteção ambiental estadual, federal e privada (62%). Estas características têm impactado no processo de urbanização amapaense, pois impede a população de ocupar áreas protegidas e os municípios vivenciam a sobreposição dos territórios, ou seja, as áreas dos municípios amapaenses juridicamente delimitadas são controladas pelo governo federal ou estadual, onde o prefeito possui nenhuma ou pouca capacidade de gestão. (MARTINS; SUPERTI; PINTO, 2015, p. 367)

O pesquisador José Marcelo de Oliveira (2010) traz um debate importante sobre a mineração no Amapá e a implantação de vários empreendimentos de extração mineral em larga escala entre as décadas de 1950 e 1990. Oficialmente, Serra do Navio tornou-se pólo de indústria extrativista em 1957, como já vimos, a partir da exploração do manganês. As áreas de proteção ambiental citadas devem ser colocadas sob outra perspectiva quanto à ideia de espaço no Amapá. Ao longo da BR-156, todas essas cidades e suas vilas – como Calçoene e Pedra Branca do Amapari – são pequenas zonas urbanas funcionando como áreas paralelas. Um aspecto notável na região é que no tocante ao aspecto populacional, o Amapá remete a uma paisagem inóspita. Veremos a questão a fundo no capítulo a seguir.

Outro aspecto marcante no tocante aos traços culturais produzidos através da garimpagem – seja em escala industrial ou de pequena acumulação – é sua desagregação social no contexto de permanências sobre o próprio uso e função da terra. A mesma questão

levantada no capítulo anterior sobre os usos e limites das fronteiras amazônicas, que passa a produzir outras fronteiras e suas relações de poder e exploração.

A política traz o migrante e a economia é capaz de manter a exploração local. É claro que os ciclos de exploração são pensados a partir da perspectiva histórica dos projetos de expansão mineral em solo amapaense. Porém, o *uso* dessa memória remete ao litígio do Contestado Franco-Brasileiro. Oliveira (2010) traz outro demarcador que merece atenção no quesito da retomada do ouro:

O fim do século passado e início do presente foi marcado por um declínio de projetos industriais de extração mineral no Amapá. A mineração de manganês foi encerrada, assim como a indústria extrativa de ouro. Permaneceram apenas as mineradoras de caulim e cromita [...] Já a partir de 2005 entram em operação novos empreendimentos mineiros no estado, configurando um novo ciclo mineral e colocando este setor novamente em destaque no cenário econômico do Amapá [...] Cabe ressaltar que a mineração industrial de manganês foi concebida à época como uma grande alavanca para o processo de desenvolvimento do então Território Federal do Amapá e um modelo para a Amazônia. (OLIVEIRA, 2010, p. 46-48)

No Lourenço, por exemplo, a garimpagem aurífera foi substituída pela implantação de dois projetos de extração industrial de ouro. No início da década de 1990 entra em operação uma empresa de mineração de ouro de pequeno porte e um grupo de nome CAEMI resolve investir na extração de outros minérios, como a cromita, localizada no vale do rio Vila Nova, porção central-sul do estado. Quais são as faces desta outra fase de desenvolvimento? A corrida do ouro no Amapá não possui uma narrativa histórica coesa. É notável que em diferentes períodos concernentes à busca aurífera, sublinha-se uma hipervalorização ao longo do tempo, sendo um mercado de grande fator de impacto:

Em relação ao ouro, este teve um comportamento de altos e baixos durante o período analisado, mas hoje é o primeiro produto na balança comercial do Amapá: representou 67,9% das exportações em 2016. Evolui entre 2005 e 2009, caiu significativamente entre 2010 e 2012, mas em 2016 atingiu a maior produção. Em dez anos foram valorizadas mais de 27 toneladas de ouro a US\$ 993 milhões, colocando o Amapá como um dos *players* no âmbito regional, com a empresa *Beadell Resources* atingindo a segunda maior produção de ouro no Brasil em 2016. (OLIVEIRA; MATHIS, 2017, p. 24)

A principal via terrestre de transporte desse minério – sobretudo o ouro – é a BR-156, cujas extremidades geográficas entre a capital, Macapá, até a fronteira (Oiapoque), tornaram-se dois pontos de ligação e distinção cultural no Amapá. Para chegar até o Lourenço, por exemplo, a rota convencional é a rodovia. Um fenômeno perceptível no abastecimento/fluxo de extração aurífera é seu processo de declínio, esvaziamento de áreas exploradas, posteriormente experimentando uma retomada com a abertura de novos garimpos, quase

sempre ilegais. Como já vimos, mesmo após intervalos sucessivos de extrativismo ao longo de décadas, o ouro do Amapá ainda figura como um produto de impacto no mercado internacional.

Neste entremeio, a BR-156 também entrou no mapa amapaense não apenas como malha rodoviária para integrar economicamente o estado com a fronteira franco-brasileira, mas atraindo conflitos envolvendo a permanência de populações indígenas em seus territórios de origem. A rodovia corta geograficamente uma parte da Terra Uaçá, área que abriga diferentes culturas indígenas, criada por decreto em 1991, com superfície de aproximadamente 470.164 hectares.

Segundo Silva e Rocha (2019), o processo de construção da BR-156 foi iniciado ainda na década de 1940. Logo após tornar-se Território Federal em 1943, houve a necessidade de construir uma rodovia federal. Assim, a rodovia Macapá-Clevelândia (futura APBR 15 e posteriormente BR-156) já figurava no plano rodoviário do Amapá, aprovado em 1946.

O pretenso discurso modernizador, que negligenciava a indianidade da região, surgiu como um dos pilares para seguimento à obra. Porém, em diversos momentos ao longo de sua construção, o otimismo de líderes políticos e imprensa local era posto à prova pelo péssimo estado em que se encontrava a rodovia, assim como suas dificuldades de manutenção. Ainda assim, o traçado da rodovia estava praticamente completo na década de 1970:

Ao atingir o seu objetivo de passar pela Reserva Uaçá, a pressão do governo em torno dos opositores da BR-156 diminuiu. Porém, após o ocorrido, os indígenas do Uaçá passaram a ficar mais céticos sobre a ação da Funai [...] Ainda sobre o acordo, ficou acertado que seria paga uma indenização pela área recortada aos indígenas, que seria acrescentada uma porção de terra a oeste da rodovia e que seriam construídos postos de vigilância para serem ocupados pelos indígenas nos km 70 e 92 [...]. (SILVA; ROCHA, 2019, p. 243)

Líderes indígenas do Uaçá, de etnias como Karipuna Henrique dos Santos e o Galibi-Marworno Manuel Floriano Maciel foram contratados como responsáveis pela vigilância da BR-156 durante o período que transcorreu a execução da obra. A questão é para o modelo de desenvolvimentismo autoritário, como mostra Lobato (2013), é necessário pensar sob as condições governamentais que tais projetos foram colocados sob a perspectiva de “modernização” amazônica. Sendo governador do estado amapaense entre 1944-1955, o militar Janary Nunes (1912-1984) resolve dar sua “tônica civilizacional” ao Amapá:

Tendo em mente um ambicioso projeto de modernizar a sociedade e a economia amapaenses, Janary e seus assessores capitanearam a realização de um conjunto amplo de obras e a criação de diversos novos serviços. Os membros da classe dirigente territorial nutriam uma forte confiança de que a racionalidade técnica poderia alterar radicalmente o *modus vivendi*

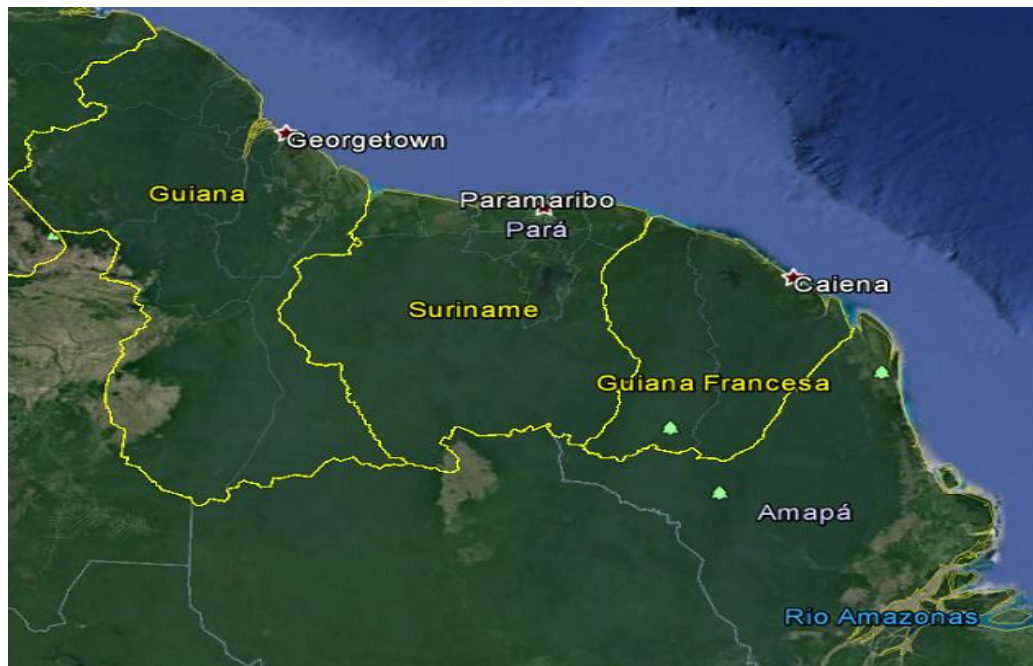
predominante no vale amazônico e viam com desdém a rotina de roceiros e extrativistas, faiscadores e pescadores, regatões e indígenas. Estes eram percebidos como pobres (ou miseráveis), primitivos, doentes, ignorantes e, sobretudo, incapazes de gerar o próprio desenvolvimento socioeconômico [...] (LOBATO, 2013, p. 32).

Essa imagem etnográfica ainda é, ao longo dos quase 600 quilômetros que cruzam o Amapá, parte de um projeto rodoviário que atravessa as terras do Uaçá e coloca em debate esse contraditório discurso modernizador e pioneirista sobre a Amazônia. Parte do trecho que corta a Terra Uaçá – aproximadamente 110 quilômetros – não possui pavimentação asfáltica. Em diferentes períodos históricos, subsistiu um imbróglio sobre a continuidade da obra. Vivendo sob constante ameaça de ocupação/invasão em suas terras, atribui-se comumente às comunidades indígenas do Uaçá uma frente opositora ao asfaltamento rodoviário.

Segmentos ligados ao empresariado da construção civil e o próprio governo do estado, em certa medida, contribuem com essa ideia. Por outro lado, é possível observar que a exploração mineral clandestina em terras indígenas no Amapá remonta o período do Contestado Franco-Brasileiro. Desde a década de 1940, problemas envolvendo políticas de desenvolvimento local, direitos indígenas e a economia irregular provocada pelas empresas mineradoras, somada ao processo de garimpagem ilegal, tornam essas questões ainda mais complexas.

Concluindo, o potencial mineral da região acabou por tornar o estado do Amapá não apenas palco de disputas litigiosas entre os governos de Brasil e França, mas uma das mais antigas regiões de exploração mineral da Amazônia legal brasileira.

Figura 3: Platô das Guianas. Região que historicamente inaugura a corrida do ouro nos limites fronteiriços da Amazônia franco-brasileira



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 4: Mapa da região de Calçoene (norte do estado amapaense)



Fonte: Google Earth (2020)

CAPÍTULO III: ETHOS DA GARIMPAGEM: DO OIAPOQUE ATÉ O “OUTRO LADO”

*Arrumei as minhas malas
E de viagem saí
Pra conhecer o Brasil
Do Iapoque ao Chuí
E pra falar a verdade
Eu tenho muita saudade
De tudo que conheci*
(Teodoro e Sampaio, *Do Oiapoque ao Chuí*)

O mês é março. Ano, 2014. A previsão de saída do ônibus pela rodoviária de Macapá seguindo viagem até Oiapoque é um tanto incerta. Sou informado pelo agente da empresa Santanense que o veículo irá atrasar. Já passam das 13h30 naquela tarde nublada, quente e úmida. Como em toda a região amazônica, este é o clima típico ao longo do ano. Para quem vem de outros estados do país, a temperatura tende a surpreender, sobretudo na segunda metade do ano, quando as chuvas são mais escassas.

O caminho até Oiapoque é longo. Sou informado sobre as condições da estrada ao colocar a bagagem no porta-malas: “Tá feio mesmo é depois do Cassiporé”, diz o funcionário responsável pela venda de bilhetes no balcão da empresa rodoviária. Pessoas colocam seus pertences de forma desordenada entre os espaços do veículo. Este primeiro olhar, que não possui pretensões etnográficas de minha parte, é a primeira tentativa de entender esse contexto amazônida: minha primeira viagem entre muitas pela BR-156.

Nos noticiários de TV e imprensa em geral, os problemas de transporte na rodovia são matéria corriqueira. A impressão que muitas pessoas têm na região, quando se houve falar dos períodos chuvosos (entre dezembro e junho) varia entre o ceticismo e otimismo. Quando me acomodo no ônibus, uma senhora que está a meu lado me diz que “vão terminar o asfalto esse ano”. Quando os períodos chuvosos chegam ao Amapá (entre os meses de dezembro e junho) as empresas de pavimentação asfáltica não executam obras. De lá até aqui, já se passaram sete anos.¹⁹

Nesta primeira viagem, sou informado por outra passageira, residente na cidade de Calçoene que “a lama tá feia no 90”²⁰. A mesma relata que um parente havia chegado de

¹⁹ Em março de 2014 viajei à Oiapoque para entrar em exercício como docente da Universidade Federal do Amapá.

²⁰ Considerado por muitas(as) viajantes da região como um dos piores trechos da estrada na época das chuvas. Localiza-se a 90 quilômetros de Oiapoque, sendo um dos trechos mais difíceis neste trânsito terrestre.

Oiapoque há poucos dias e descreveu o atoleiro como um dos piores dos últimos anos. “Ônibus nem carro pequeno passa, fica tudo atolado. Só passa pirata”.²¹ Indaguei-lhe como tantas pessoas nutriam tal determinação para trabalhar ou viver em Oiapoque, já que se tratava de uma cidade tão distante e “isolada” (considerando esse isolamento como algo relativo à posteriori). “É o pessoal atrás de ouro lá do outro lado”. Em busca do ouro – articulando todas as redes que levam à economia da garimpagem – essas pessoas partem rumo ao desconhecido.

Precisei estabelecer um padrão memorialístico para chegar a determinadas questões que posteriormente colocaria como um trabalho etnográfico. Acabei chegando a um demarcador comum: para chegar até o “outro lado”, isso só seria possível através de depoentes.²² Ou seja, através das falas de mulheres e homens ligados direta e indiretamente com o universo da garimpagem por diferentes razões, medos ou necessidades de sobrevivência. Essa primeira viagem me ajudou a entender um pouco sobre tudo isso. E foi exatamente ali, intercalando conversas entre os trechos de acesso mais difícil da estrada que surgiam questões complexas envolvendo a posse de terras indígenas há pelo menos quatro décadas. Entre elas, obviamente, a Terra Uaçá.

A antiga região do Contestado ainda nutre no imaginário regional a eterna busca pelo ouro, agora especificamente voltada para o “outro lado”: os garimpos ilegais existentes na Guiana Francesa. Os primeiros relatos informais que obtive sobre Oiapoque, não vieram inicialmente deste lugar, mas observando o que pessoas residentes em Macapá tinham como impressão da sua fronteira distante.

3.1 “TU VAI PRO OIAPOQUE? DEUS ME LIVRE!”

Os juízos provisórios (e os preconceitos) são meros exemplos particulares de ultrageneralização. Pois é característico da vida cotidiana em geral o *manejo grosseiro* do “singular”. Sempre reagimos a situações singulares. Para podermos reagir e resolver o problema. Mas não temos para examinar todos os aspectos do caso singular, nem mesmo os decisivos: temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. E isso só se torna possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. E isso só se torna possível graças à ajuda dos vários tipos de

²¹ Piratas ou pirateiros são motoristas de transporte alternativo (caminhonetes da marca Hillux com tração nas quatro rodas) que transportam passageiros(as) no trajeto Oiapoque/Macapá pela BR-156. Segundo depoimento de diferentes pirateiros, este trabalho é feito há mais de vinte e cinco anos na região. Não há registro de mulheres motoristas trabalhando na *pirataria*, o que me pareceu ser um demarcador decisivo nestas relações de sociabilidade na fronteira.

²² Essa definição veio pela própria dificuldade de entrevistar a mesma pessoa mais de uma vez. No cotidiano fronteiriço de Oiapoque, partindo das interações preliminares, reencontrar aquele ou aquela que *depõe* ou *fala* de seu cotidiano e suas vivências na fronteira, tornou-se inviável. Isto se deve ao fluxo e circulação baseada em interações que veremos adiante, nos capítulos IV e V.

ultrageneralização [...] Decerto, o juízo provisório de analogia pode se cristalizar em preconceito [...] (HELLER, 1992, p. 34-35).

Generalizações, comumente, ganham forma e cor nas diferentes camadas experienciadas por grupos estabelecidos que a partir de suas dinâmicas de sociabilidade, produzem certo dinamismo destas relações como um elemento de sobrevivência externa. Ora, tal fenômeno pode surgir como uma necessidade de afirmação política ou pode atender à hierarquia de grupos hegemônicos nestes espaços, visando interferir sobre outros.

Não seria um exagero supor que tais singularizações (e não singularidades) são mecanismos que podem interferir em regras, códigos ou formas hierárquicas. Desse modo – entre distintas unidades e agrupamentos entre *insiders* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), surge aquilo que denota uma dada região, comunidade ou vilarejo: o *Ethos*. Embora tenha explorado a questão de maneira parcial nos capítulos anteriores, é preciso compreender como estes grupos se estabelecem em um determinado perímetro urbano ou rural e, se suas práticas condizem ou não, com o espaço adotado para atuar sob modos diversos.²³

O trabalho etnográfico desenvolvido por Elias e Scotson (2000) possui um demarcador muito claro sobre a ideia de fronteiras entre grupos sociais. Um distrito de uma pequena cidade inglesa serve como pano de fundo para entender a forma como o(a) outra(o) se configura em suas variações de sociabilidade. Dessa forma, os autores estabelecem uma análise sociológica que, embora seja distinta do contexto fronteiriço de Oiapoque, traz as mesmas problematizações daquilo que é compreendido entre *insiders* e *outsiders*, permeabilizada por disposições de variabilidade cultural, tendendo à conectar-se aos traços regionais. Assim,

A base factual da controvérsia relativa aos valores é bem simples. Os indivíduos sempre aparecem em configurações e as configurações de indivíduos são irreduzíveis. Fundamentar a reflexão num único indivíduo, como se, a princípio, ele fosse independente de todos os demais, ou em indivíduos isolados, aqui e ali, sem levar em conta suas relações mútuas, é um ponto de partida fictício, não menos persistente, digamos, do que a suposição de que a vida social baseia-se num contrato firmado por indivíduos que, antes dele, viviam sozinhos na natureza, ou juntos numa desordem absoluta. Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 184)

²³ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Logo que iniciei o trabalho de campo, objetivando “entendê-lo” e “explicá-lo”, o erro inicial foi a possibilidade de imaginá-lo de acordo com uma descrição sociológica previamente construída. Uma vendedora em uma drogaria no centro da cidade, mais precisamente na Avenida Coaracy Nunes, uma das mais movimentadas da cidade traz a primeira impressão sobre essa memória do garimpo. A moça ao passar o troco me pergunta, já reconhecendo um sotaque diferente: “Tu tá indo pra onde?”. Falei que dentro de poucos dias iria para Oiapoque, onde iniciaria um novo trabalho. “Tu vai pro Oiapoque?”. Perguntei-lhe se já conhecia o lugar e o porquê do espanto. A resposta me pareceu convincentemente singularizada:

Nunca fui e nem quero. Lá tem muita malária e prostituição. É muito perigoso. Eu conheço gente que foi pra aqueles lado, mas é muito longe, eu não tenho coragem não. É terra de garimpo, lugar sem lei.²⁴ (Balconista de farmácia no centro de Macapá)

Neste contexto macapaense, observei com o passar do tempo que não havia uma conectividade real entre o cotidiano da cidade (no contexto da capital) e uma relação direta com a realidade da fronteira que eu ainda não conhecia. Sua fala já revelava três grupos aparentes de acordo com sua memória local sobre aquele lugar: contrabandistas, profissionais do sexo e foras da lei. Dias antes, caminhando pelas ruas do centro de Macapá, observo que a principal rede hoteleira da cidade ficava localizada nas imediações de centros turísticos, como a Fortaleza São José de Macapá e o Teatro das Bacabeiras, região que abriga a parte hoteleira da cidade.

O estabelecimento que posteriormente passei a me hospedar em distintas ocasiões em Macapá, o Lana Hotel²⁵, fica ao lado do principal mercado público da cidade e mantinha um público bastante diversificado para seu perfil de hóspedes que chegavam ao Amapá. Foi possível identificar nesta época como estes entrepostos funcionavam para circulação de pessoas e bens materiais com objetivo à Oiapoque. Em 2016, quando estive no Lana Hotel pela primeira vez, me surpreendi com a quantidade de guianenses e pessoas de outras nacionalidades entre maioria dos/das hóspedes.²⁶ A princípio, essa gama de estrangeiros em

²⁴ Optei por manter as falas das(dos) depoentes na sua forma mais coloquial possível, tanto nos registros em áudio quanto no uso da memória. Esta experiência será relatada mais a frente durante a realização do trabalho de campo.

²⁵ Os nomes dos estabelecimentos comerciais, hospedarias e áreas de lazer foram substituídos por nomes fictícios. No caso do Lana Hotel, sempre que precisava ir à Macapá, me hospedava no mesmo (entre 2016 e 2018).

²⁶ Gentílicos(as) da Guiana Francesa são denominados franceses(as), embora se utilizem termos genéricos como guianense (ou franco-guianense) e francês da guiana. Na fronteira e no próprio Departamento de Ultramar também são chamados(as) de creoles em alusão ao seu idioma local de mesmo nome, embora a língua francesa seja o idioma oficial.

Macapá não era perceptível. Por outro lado, a ponte aérea entre Macapá e Belém sempre fora uma rota estratégica entre os estados do Amapá e Pará por sua proximidade geográfica e cultural.

Em uma tarde, conversando como o recepcionista na portaria do hotel, indaguei-lhe acerca de tantas pessoas da Guiana Francesa estar hospedadas ali. Contou-me que parte deles/delas vinham de Cayenne (capital do Departamento de Ultramar) rumo a Belém (estado do Pará) e em alguns casos, paravam em Macapá a negócios e turismo. Macapá, por exemplo, é a única capital da Amazônia brasileira banhada pelo rio Amazonas, um atrativo à parte. Por outro lado, tratava-se de muitas pessoas ligadas a empresas de mineração francesas, que hora usavam a rota terrestre até Oiapoque, ora pelo trajeto aéreo Macapá/Belém/Cayenne.

Embora já houvesse um mercado formal de pessoas ligadas à garimpagem, o imaginário estereotipado sobre Oiapoque na capital amapaense ainda hoje se traduz em “morte, prostituição e malária”. Uma representação muito similar ao imaginário de um cenário fílmico, como a Serra Pelada (sul do Pará), uma das áreas de garimpagem mais famosas do Brasil entre as décadas de 1970-1980.²⁷

Com o passar do tempo, observei que essa representação imaginária não era meramente um resquício de uma época, mas se tratava de uma imagem sobre este lugar distante na fronteira, pouco afeito à memória coletiva presente em Macapá. Por outro lado, penso que não é possível construir uma “imagem positiva” sobre a cultura garimpeira – pois isto depende do ponto de vista narrativo de quem usufrui economicamente dessa atividade.

E se tais imagens estão cristalizadas dessa forma, mesmo desconsiderando dinâmicas culturais contemporâneas da corrida do ouro, tal permanência obstrui uma realidade que subsiste às formas de exploração atuais da garimpagem no restante do Amapá, inclusive na região distrital do Lourenço em pleno século XXI. Dimensão essa que só pode ser percebida no cotidiano fronteiriço.

Neste sentido, os registros fotográficos realizados em campo tornam perceptíveis à própria imagem local e suas nuances ao pesquisador(a). Se há uma permanência memorialística da garimpagem presente não apenas entre macapaenses, mas no próprio imaginário histórico amapaense, a configuração urbana de seus espaços tende a reproduzir uma lógica de abandono. Relação esta que não se confunde apenas com a falta de estrutura de muitas cidades amazônicas, mas de sua paisagem que remonta a super exploração das populações locais e suas riquezas há décadas.

²⁷ MOURA, Salvador Tavares. **Serra Pelada**: experiência, memórias e disputas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

Aqui, gostaria de frisar que o uso das fotografias objetiva se conectar com uma visão centrada pela percepção da experiência local. Ou seja, características, disposições e estruturas gerais tendem a preservar elementos culturais e históricos do Amapá. Desse modo, quais as possibilidades de leituras existentes em uma dada fotografia, mas partindo desse contexto? Algo que só o espaço urbano é capaz de revelar:

Seguindo as circunstâncias e tempos acelerados do capital globalizado, os grandes equipamentos de consumo também chegaram lá, redefinindo os circuitos de que são feitos esses territórios e suas referências. São polos de gravitação das práticas cotidianas (TELLES, 2010, p. 89).

O uso das imagens sobre o espaço urbano e, conseqüentemente, sua esfera social através dos espaços de trânsito entre distintos grupos sociais, podem ser captados pela experiência etnográfica particular da(o) pesquisadora(o),

O lugar prático da fotografia no trabalho de campo pode ser demonstrado relacionando-se suas funções com o desenvolvimento da pesquisa de campo. O passo introdutório em muitos projetos consta de uma visão etnográfica global ou de uma fase de estudo descritivo. Este período é uma fase de acúmulo de fatos sobre o ambiente geral em estudo, frequentemente essencial à obtenção de uma visão ampla, dentro da qual a particularidade cultural pode encontrar um lugar orgânico. O entendimento da ecologia e da geografia cultural abre um caminho ordenado aos futuros planos de investigação [...] além disso, aproveitamos essas ocasiões para explicar rapidamente nosso trabalho, e encontramos uma inesperada maré de boa vontade e interesse em nosso estudo [...] (COLLIER JR, 1973, p.12-21).

Considerando as relações que são criadas a partir do trabalho de campo, as fotografias trazem de minha parte, essa necessidade de uma leitura ambiente do espaço, conforme as indicações etnográficas relacionadas. Essa percepção sobre o espaço fronteiriço através do uso de fotografias inseridas no trabalho, consistiu em uma ferramenta útil no que concerne driblar as dificuldades encontradas no trabalho de campo. E neste ponto, considero o uso das imagens fundamentais nesta incursão sociológica e antropológica.

Figura 5: Rua no centro de Macapá



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 6: Fortaleza de São José em Macapá



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 7: Orla do Rio Amazonas em Macapá



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 8: Rua no centro de Macapá nas proximidades da Beira Rio



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

3.2 RECONSTITUIÇÃO DE UM DIÁRIO DE CAMPO

A configuração da faixa de fronteira brasileira tem uma evolução histórica bem heterogênea, assinalada por questões relativas a conflitos na demarcação dos limites e aos processos de ocupação. Da perspectiva estatal, a fronteira tem a finalidade de definir o que está sob domínio e o que está fora dele. Por isso, é um termo que se vincula à concepção de controle; a

fronteira possibilita ao estado discernir: seu território, quem nele habita e como esses dois elementos serão governados em favor de sua continuidade [...] (MARTINS, 2014, p. 13-14).

Considero a experiência etnográfica estabelecida para este trabalho como a primeira de minha parte segundo preceitos acadêmicos. Do ponto de vista de uma empiria cotidiana, já a executava desde 2014. A temática da fronteira franco-brasileira tornou-se um objeto de pesquisa efetivamente em 2017, quando optei por ingressar em um Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Inicialmente, havia interesse sobre as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e a França através do projeto da Ponte Binacional com as chamadas “cidades gêmeas”, Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges de l’Oyapock (Guiana Francesa) são os últimos entrepostos terrestres dividindo a União Europeia e o Mercosul.²⁸

Já havia me dado conta da existência do fluxo de pessoas dispostas a viajar (oriundas de diferentes lugares do país) quase 600 quilômetros pela BR-156 e chegar ao famigerado “outro lado”. Minha curiosidade etnográfica sobre a garimpagem se inicia em 2016, quando retornava a Oiapoque após uma viagem e obtive um relato interessante de um pirateiro que considero ser um *depoente* importante neste primeiro momento, sobretudo no que tange entender as referências que trazem de lugares tão longínquos até Oiapoque. Minha primeira conversa com Seu Maneco, aproximadamente 60 anos, pirateiro há mais de vinte e cinco viajando entre Macapá e Oiapoque, surgiu como chave para um trabalho etnográfico.²⁹

Seu Maneco havia chegado ao Amapá em 1988, vindo do estado do Maranhão e, segundo o mesmo, “a vida de garimpo não tinha futuro”. Acabou entrando na pirataria por “não ter tido outra opção”. Ao longo de seis anos viajando entre Oiapoque e Macapá, obtive relatos similares (de passageiros(as) e pirateiros) sobre histórias da estrada e outras questões relacionadas às suas vidas neste itinerário. Em uma ocasião, uma passageira de aproximadamente 25 anos acabara revelando estar com uma “coisa” em sua bolsa. Segundo a mesma, estava receosa de que a Polícia Rodoviária Federal fizesse inspeção quando chegássemos no posto fiscal, quando já deixávamos o perímetro urbano de Oiapoque. Para meu espanto e das(os) demais passageiros(as), a moça levava quase trinta mil reais em jóias dentro de uma pequena bolsa que levava consigo. O fato ocorreu quando circulava pela

²⁸ CONTE, Maria Irene de. A ponte sobre o Rio Oiapoque: uma ponte “transoceânica” entre o Brasil e a França – o Mercosul e a União Europeia?. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007.

²⁹ Os pseudônimos adotados pelos pirateiros são muito variados. Aqui, optei por citá-los com nomes alterados, porém, próximos do original enquanto nomes fictícios. De um modo geral, quase todos os pirateiros possuem relação direta com a cultura da garimpagem. Viajar de Macapá/Oiapoque custa em média R\$250,00 reais, porém, nos períodos chuvosos as passagens chegam a custar R\$ 600,00. A explicação mais comum dada pelos pirateiros sobre o alto preço das passagens são as péssimas condições de tráfego terrestre.

estrada notícias de que duas caminhonetes de *pirataria* haviam sido roubadas por assaltantes naquele dia. Como viajávamos à noite, os riscos eram maiores. Tais situações não são incomuns nessa fronteira. Afinal, são muitas as redes econômicas que envolvidas neste universo da garimpagem.

3.3 OIAPOQUE PARA QUEM VÊ

Segundo Romani (2010), a palavra l'Oyapock (oriunda do francês-guianense) e Oiapoque (palavra em português de origem indígena), hipoteticamente, pode ser traduzida da língua Tupi-guarani como “Casa dos Waiãpi” (povo indígena que habita a região). Os primeiros indícios de moradores(as) fixados na região onde hoje fica o município, remonta os anos de 1900-1907, mas em termos de ocupação efetiva, ocorreu somente através do Decreto-lei nº. 7.578 de 23 de maio de 1945 (que oficializa a criação da cidade). Oiapoque possui hoje, aproximadamente 27 mil habitantes³⁰. Já o distrito militar de Clevelândia do Norte (distante cerca de 16 quilômetros de Oiapoque) foi fundado no início do século XX, ainda na Primeira República (1889-1930), para controle estratégico da fronteira.

Oiapoque pode ser descrita em certa medida – e aqui me refiro especificamente à sua composição como faixa e limiar – na perspectiva proposta por Águas (2017) de território de grupos de sociabilidades operando como “um ponto fora da curva” no cotidiano de suas redes³¹. Isto significa dizer que o Estado existe como uma estrutura jurídica e administrativa, porém, limita-se na sua condição institucional burocrática sobre a fronteira entre os distintos grupos como mero agenciador de atividades (políticas e econômicas) para permanência dos mesmos.

Quando regressei ao Amapá para realização do trabalho de campo em outubro de 2019, me dirigia ao terminal rodoviário de Macapá e pude conversar durante o trajeto com uma jovem motorista de aplicativo *Uber*, aparentemente pouco informada sobre meu destino fronteiriço. A imagem de prostituição, garimpo e doenças como malária também surge como imagens referenciais. A metodologia de entrevistas com as(os) depoentes à princípio, baseava-se em obter os relatos e transcrevê-los a partir do uso da memória, o que não adotei pela ineficiência gerada através das circunstâncias de imprevisibilidade surgidas durante a imersão no campo. Na maioria dos casos, eu passava longo tempo conversando com o(a) entrevistado(a) para depois pedir a autorização de registro em áudio. No decorrer do trabalho, notei que gravação de áudios e captura de imagens através do telefone celular era menos

³⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>. Acesso em: 08 mar. 2020.

³¹ Essa questão será melhor abordada nos capítulos III e IV.

inibidor do que usar outros recursos tecnológicos, como por exemplo, um gravador de voz profissional.

Contei-lhe sobre a pesquisa e mostrou-se muito receptiva em “lembrar” um pouco de sua relação familiar com Oiapoque, uma vez que seu pai havia trabalhado como funcionário público estadual na região em fins da década de 1990. Contou-me que trazia ouro com relativa frequência quando retornava à capital. Indaguei-lhe se possuía outra fonte de renda à época:

Não, era só pra ele, pra gente, fazer cordão, essas coisas. Tinha facilidade de compra naquela época. Hoje não tem mais. Como funciona hoje? Nem vejo mais tanta gente falar como antigamente. Mas antigamente o povo tirava ouro assim tão fácil de lá. Não era crime. Ele trazia pra fazer cordão de ouro para ele, pra gente, sabe? Era uso próprio mesmo. (Maiane, 22 anos, motorista de aplicativo para transporte urbano)

Maiane também traz outra informação sobre outras atividades que emergem ligadas à exploração ilegal de minérios em uma fronteira:

Ele trazia várias coisas pra mim. Trazia bicho. Ganhava papagaio, tartaruga. Eu era pequenininha, mas eu lembro.

Aqui podemos observar uma naturalização da depoente sem qualquer julgamento moral em sua fala. Em nenhum momento foi possível perceber que seu pai, aos olhos do Estado, praticava infrações ambientais. Animais silvestres sendo traficados apontam que para além do ouro, outras atividades paralelas surgiram neste processo extrativista local.

Por outro lado, quando optei pela categoria depoente no trabalho de campo, levei em consideração a irregularidade no tempo das falas e uma dificuldade de “captação” das mesmas, algo relacionado às permanências provisórias, uma característica central em Oiapoque. Seu pai, como funcionário público, também adequa-se a um perfil comum na fronteira franco-brasileira: o(a) transeunte. Aquele ou aquela que sob variadas circunstâncias faz uso temporário do espaço existente. Neste caso, está afeito a generalizações de todo tipo e não segue regras de seu espaço de origem, pois uma vez distanciado deste, conecta-se a códigos locais existentes.

Ser um depoente implica em ter falas e impressões *sui generis* sobre o lugar em que está inserido(a), embora não exista uma clareza cognitiva no uso dessas falas. A este respeito, podemos observar:

[...] Os modelos e os resultados das pesquisas de configurações fazem parte de um processo, de um campo crescente de investigação, à luz de cujo desenvolvimento estão eles mesmos sujeitos a revisões, críticas e aperfeiçoamentos, fruto de novas investigações [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 57).

À medida que o campo torna-se involuntariamente imprevisível, repensar o modelo de pesquisa inicialmente proposto pode levar o(a) pesquisador(a) a um novo panorama no campo.³² Esta reorganização da pesquisa ocorreu em face de *insights* revelados a partir de diálogos que não objetivavam tornar-se prontamente entrevistas – e, contrariando métodos pré-arranjados – surgiram como chaves reveladoras.

Antes dessa primeira conversa com Maiane, obtive um depoimento interessante de uma mulher que conheci a bordo do voo que me levava novamente ao estado do Amapá, saindo pelo aeroporto de Recife. Pelo sotaque, notei que era natural de Macapá. Sentada ao lado de meu assento, disse que retornava do estado de Goiás em visita familiar. Contou-me ter vivido em Oiapoque, mais precisamente de 1986 a 1990, quando trabalhou como professora do Ensino Fundamental em uma escola da cidade:

O Oiapoque naquela época tinha muita gente. Aqueles garimpeiros vinham tudo pra cidade, mas não tinha violência. Ali quando era só eles era tranquilo. Agora os recruta, não podia aparecer um que vinha confusão. Até criança ia pra festa. Eu fiquei besta, nunca tinha visto [...] Só que entre os garimpeiros não tinha violência. Tinha muita gente no Oiapoque. O pessoal tirava muito ouro do outro lado. Vinha muito francês gastar da Guiana.
(Dona Neuri, 65 anos, aposentada)

Este depoimento a bordo do voo entre Recife/Macapá, de certa forma, soa complementar à fala de Maiana. O período em que Dona Neuri residiu em Oiapoque é tido como um dos mais rentáveis em relação à corrida do ouro na fronteira franco-brasileira³³. Outra informação presente nesta fala sobre o “outro lado” (Guiana Francesa) é a presença de franceses gastando seu dinheiro na cidade. Essa memória ainda é muito presente na opinião de comerciantes locais, sobretudo, estabelecimentos que vendem bebida alcoólica³⁴. De um modo geral, percebe-se que esse comércio local na cidade ainda é muito dependente da vinda de estrangeiros(as).

O período descrito por Dona Neuri em Oiapoque é tido como o apogeu da corrida do ouro na fronteira franco-brasileira. Outra descrição memorialística sobre o “outro lado” (Guiana Francesa) é a presença de franceses na cidade. Nesta época, a movimentação de

³² Agradeço aos(as) professores(as) Simone Brito, Rogério Medeiros e Fábio França pelas sugestões teóricas no exame de qualificação de tese, em outubro de 2019.

³³ FURTADO, Huana da Silva. **Trabalho, migração e relações sociais**: a presença de imigrantes brasileiros em área de mineração na Guiana Francesa. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

³⁴ Bebida alcoólica é um elemento central nas relações de sociabilidade na fronteira. Tanto em Saint-Georges de l'Oyapock (Guiana Francesa) ou Oiapoque (Amapá), os estabelecimentos comerciais disponibilizam o produto de maneira em larga escala. Muitos(as) brasileiras(os) costumam viajar à cidade fronteiriça pelo Rio Oiapoque para comprar cervejas, vinhos e licores importados. O estabelecimento mais conhecido da *faixa* fronteiriça guianense é o Mercado do China, localizado na orla da cidade.

estrangeiros – não apenas de franceses residentes na Guiana – era mais intensa. É provável que isso esteja relacionado com o auge da exploração aurífera na década de 1990. Recrutas disputando o espaço em festas com garimpeiros apresenta na fala da depoente, uma questão importante sobre os demarcadores de sociabilidades que estão presentes em uma fronteira. Ela se refere especificamente a recrutas, militares de baixa patente que serviam no batalhão de Clevelândia do Norte, como já vimos, primeira base militar na região com objetivo de controle de fronteiras.

Sobre a presença de crianças em festas noturnas da cidade, quando cheguei a cidade pela primeira vez em 2014, pude observar em loco tal descrição. De fato, era possível ver menores interagindo com adultos em horários pouco convenientes à sua idade em determinados espaços (sobretudo na praça central da cidade). Assim, estas falas iniciais surgem como pistas para entender o funcionamento espacial de um lugar que eu já conhecia há seis anos e, que, por estar tão próximo, recorri ao distanciamento necessário e temporário. O diário de campo, cronologicamente, começa a ser redigido em meados de outubro de 2019, indo até janeiro de 2020 com dois intervalos e um retorno final no início de fevereiro.

A reconstituição do diário de campo foi feita no sentido de roteirizar e mapear o local de trabalho como se fora a primeira vez. Embora as(os) depoentes tragam falas similares, assim como memórias que são particulares a mim, não seria possível naturalizá-las prontamente como um objeto já definido. Ao chegar em Oiapoque após um período fora, foi possível reelaborar meu lugar como *insider* e *outsider*.³⁵

Em um clássico da etnografia intitulado *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), Bronislaw Malinowski (1884-1942) recorre à observação participante a partir de uma série de expedições em viagem às Ilhas Trobriand, na Oceania, entre 1914-1918. Seu trabalho consistiu em uma etnografia com uso de fotografias, observando hábitos e costumes de povos nativos daquele território. Sobre a ideia de distanciamento e aproximação, revela:

É óbvio que, no que respeita ao método real de observação e registro no trabalho de campo destes imponderabilia da vida real e do comportamento genuíno, a equação pessoal do observador se torna mais proeminente do que na recolha de dados etnográficos cristalizados. Mas também aqui o esforço principal deve ir no sentido de deixar os factos falarem por si [...] É também importante que este trabalho de recolha e anotação das impressões comece logo no início do trabalho em determinada região. As

³⁵ Considero importante ressaltar como os espaços de uma fronteira são dinâmicos e “móveis”, sobretudo quando se estabelece um lugar entre os(as) *insiders* (de dentro). As configurações de sociabilidades já haviam mudado significativamente durante o período que estive fora, colocando-me na posição de *outsider* quando regressei.

peculiaridades subtis, que impressionam enquanto são novidade, passarão despercebidas à medida que se tornem familiares. Outras, ao contrário, só se evidenciarão no decurso de um conhecimento mais profundo das condições locais. Um diário etnográfico, levado a cabo sistematicamente ao longo do tempo de trabalho numa região, seria o instrumento ideal para este tipo de estudo. E se, a par daquilo que é normal e típico, o Etnógrafo anotar cuidadosamente os pequenos e grandes desvios à norma, ele estará a balizar os dois extremos entre os quais se movimenta a normalidade (MALINOWSKI, 1988, p. 33).

A observação como elemento central e total em uma pesquisa de campo soa como uma construção/reconstrução de algo contínuo. O fato é que o campo já existe, nós apenas o “descobrimos”. De forma geral, “anotar desvios à norma” talvez seja a fixação cognitiva que um trabalho almeja: desvios ou desviantes às regras estabelecidas são quase sempre o limite de entendimento entre as formas jurídicas, legais e o limiar – a fronteira entre grupos em um mesmo espaço – descortina todas(os) os(as) não inseridos(as), mas que estabelecem uma significação/estruturação distinta acerca de seu *habitus* local. Ousaria inferir que o exotismo puro e simples, assim como a observação participante, são fatores que levam um longo tempo até serem “decodificados”.

Dessa forma, o diário de campo inserido no perímetro urbano de Oiapoque (além de três idas a Saint-Georges de l’Oyapock) acompanhando não apenas as falas, mas “rastros na fronteira” – apresentando dificuldades/facilidades durante o percurso e como grupos que pude identificar elaboram uma organização paralela orientando um conjunto de “regras” que estão ligadas direta e indiretamente ao universo da garimpagem.

Metodologicamente, autores e autoras mais contemporâneos(as) foram inseridos(as) como referências neste trabalho, embora a roupagem eliasiana tornou-se predominante como base interpretativa do trabalho de campo. Por vezes, as saídas à campo pareciam intermináveis.

Figura 9: Estacionamento de pirateiros próximo ao terminal rodoviário de Macapá



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 10: Área de encontro de passageiros(as) ao lado do estacionamento de pirateiros



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 11: Estacionamento de pirateiros próximo ao terminal rodoviário de Macapá



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 12: Trecho sem asfalto da BR-156 (sentido Oiapoque/Macapá em janeiro de 2020)



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

3.4 FRONTEIRA INVISÍVEL (FORMAS DE OLHAR, LINGUAGEM CORPORAL)

[...] Como seres humanos somos, presumivelmente, criaturas com impulsos variáveis, com estados de espírito e energias que mudam de um momento para outro. Quando porém nos revertermos de caráter de personagens em face de um público, não devemos estar sujeitos a altos e baixos. Como disse Durkheim, não permitimos que nossa atividade social superior siga a trilha

de nossos estados físicos, conforme acontece com nossas sensações e nossa consciência corporal [...] (GOFFMAN, 2002, p. 58).

Noite quente para uma madrugada em fins de outubro. Ao chegar em Oiapoque, deparo-me com as primeiras placas “não há vagas” às margens da BR-156. Já passa das 02h30 da manhã e o pirateiro precisa deixar um passageiro peruano em algum hotel em frente à orla da cidade. Havia me contado que estava indo visitar uma tia em Cayenne. A poucos metros, procuro informações em dois hotéis conhecidos na cidade (onde já me hospedara em outras ocasiões), conhecidos por comerciantes envolvidos com a garimpagem, turistas e servidores(as) públicos(as) à serviço temporário na região. Por fim, o único disponível é a Pousada Beira Rio, conhecida também por acomodações muito abaixo do que se poderia recomendar em termos de conforto.

Noto que o estabelecimento mudou de administração ou, possivelmente, de proprietário(a). “Seu Anastácio não é mais o dono por aqui?”. O jovem recepcionista que estava com ar fadigado e observando mensagens no aparelho telefônico respondeu de maneira indiferente: “É, já faz tempo”. Recebo a chave do único quarto aparentemente disponível. Sou informado que não há toalhas nem roupas de cama.

Do ponto de vista prático, não é um problema, uma vez que carrego tais utensílios na mochila, além dos produtos de higiene pessoal. Ao abrir a porta do quarto (localizado quase nos fundos do hotel), sinto um forte odor de umidade e mofo. Não há janelas no quarto e o banheiro está cheio de água acumulada. Não era a primeira vez que me deparava com tal situação em Oiapoque. Acabei desistindo de passar a noite ali, pois também notei baratas circulando no piso.

O recepcionista então me revela que há outro quarto disponível, só que a um preço mais alto. Uma regra geral nestas hospedarias é ter um quarto reserva sempre utilizado por um(a) funcionário(a) para seus intervalos de descanso. Quando passo pelo corredor já bastante exausto das quase 12 horas de viagem, vejo uma placa na parede: “Carla, massagista, número do telefone”.

Pela manhã, subo até o segundo andar para o café da manhã (com algumas frutas e torradas à mesa). Observo pela varanda do hotel um movimento atípico para aquele horário. O funcionário que está servindo a mesa informa que é feriado do “outro lado”, motivo da movimentação nos comércios do centro. “O senhor faz o quê?”, pergunta. Informo que sou professor do “Campus Binacional” e o mesmo parece mostrar certo alívio com a resposta, embora continuasse observando-me atentamente, mas não de forma direta. “É, aqui sempre fica o pessoal da UNIFAP” (Universidade Federal do Amapá).

Por volta das 11h00 da manhã, temperatura aproximada de 40 graus, saio em busca de outra hospedagem, mas neste caso, como mensalista de aluguel em algum recinto próximo. Inicialmente, o pretexto de encontrar outra habitação pelo período respectivo à pesquisa, circunstancialmente origina o trabalho de saída exploratória propriamente dita. No perímetro urbano de Oiapoque, às margens da BR-156, estão localizados praticamente todos os órgãos públicos da cidade: Fórum, Corpo de Bombeiros(as), Cartório de Notas e Ofícios (único na cidade), três agências bancárias, Justiça Federal e Delegacia Regional da Polícia Federal.

A parte legal da cidade se restringe a esse espaço urbano. Aqui, minha primeira saída exploratória em campo é efetivada. Tudo à minha volta parecia ter um novo significado, embora tivesse o cuidado de não criar naturalisticamente um mero relato de experiência sobre um espaço familiar, mas que agora se configurava inédito. Os órgãos públicos de fiscalização estavam lá, mas novos(as) agentes configuravam outras sociabilidades pelo espaço. Nos pequenos bares de uma rua movimentada, a Avenida Tupinambá, é possível ver muitos copos e garrafas de bebidas intercaladas com a música tocada em volume alto e barulho dos(as) clientes em mesas de jogos de bilhar, assim como muito lixo nas poucas calçadas e pátios nesta parte da cidade. Alguns cães abandonados podem ser vistos remexendo sacolas de lixo na rua, algo comum pelas ruas da cidade.

Neste espaço legal a própria Pousada Beira Rio já apresentava uma nova agente de sociabilidade: a massagista. De um modo geral, as mulheres que frequentam os hotéis ao longo do dia não possuem designação específica, embora seja comum vê-las acompanhadas de turistas (em sua maioria, franceses do sexo masculino). Na cidade, são conhecidas pelo uso de uma expressão comum, mas com conotação pejorativa: *ploc* (garota que pratica a prostituição).³⁶ No espaço limítrofe dessa legalidade institucional, é criada a resignificação dessas práticas invisíveis. As vestes e trejeitos corporais também são fundamentais para entender seu funcionamento. É comum ver mulheres nos bares (com idades variadas), em diferentes horários ao longo do dia³⁷. Na maioria dos casos, usam roupas de *lycra* coloridas e sempre muito maquiadas. Algumas passam horas jogando bilhar com os(as) clientes (maioria do sexo masculino). Os homens, por sua vez, consomem muita bebida alcóolica

³⁶ A primeira vez que ouvi a expressão foi através de uma depoente transgênero de nome Dina, em 2016. Segundo a mesma, seu uso é comum nos garimpos clandestinos da Guiana Francesa. Em Oiapoque e Saint-Georges de l'Oyapock, a prática *ploc* é tida como fonte de renda informal entre mulheres e homens (este último em menor número). Dina trabalhava em um bar chamado Sambauê, nas proximidades da BR-156. Quando a procurei para uma entrevista em 2019, fui informado que havia viajado para um dos garimpos na Guiana Francesa. A este respeito, ver também Araújo (2017).

³⁷ Para Barral (2012, p. 49), o bar aparece no centro dos debates sobre o problema do uso e ocupação dos espaços [...] obrigando a tomada de posição de atores e políticos [...].

(individualmente ou em grupos) atraídos pela música e interação com as mulheres. Esse espaço de sociabilidade é comum na fronteira franco-brasileira.

Fato notável é que os(as) outros(as) *transeuntes* em redor, parecem não se importar, ignorando completamente o que ocorre paralelamente entre os bares e vida cotidiana. Eventualmente, uma viatura policial transita lentamente por estas partes mais movimentadas da cidade, embora não haja intervenções de qualquer tipo. É possível visualizar entre os espaços de um estabelecimento e outro (como os bares e pequenos mercados), recintos de madeira conhecidos como *estâncias*³⁸ – geralmente na lateral ou nos fundos dos estabelecimentos. Na Avenida Tupinambá, ensaiei diferentes tentativas de tirar fotografias, mas no lugar de *outsider*, o ambiente se mostrava um tanto inibidor. O simples fato de manusear o telefone em público já era motivo de ser notado por alguém. O fato é que na área dos bares, notei que poucas pessoas manuseavam seus aparelhos telefônicos, o que me pareceu um tanto incomum.

A questão, em certa medida, foi problematizada quando parei em um pequeno comércio nas proximidades do Mercado Público de Oiapoque para comprar uma garrafa de água mineral. Um homem de aproximadamente 50 anos me cumprimenta: “Bonjour” (bom dia, em francês). Respondo em tom descontraído que sou brasileiro (embora, penso, que meu visual em campo fosse similar aos policiais na fronteira ou algum agente da lei estrangeiro). Sobre a questão do olhar, as sociabilidades produzem muitas significações distintas – e além das fronteiras físicas apresentadas – e inserem outros *fronts* no conjunto dessa constituição. Os olhares enviesados em relação a mim na cercania dos bares reforçava exatamente essa linha invisível. Ou seja, há outras fronteiras no espaço fronteiriço geral que só são perceptíveis na condição de *outsider*.

No trajeto, resolvo fazer uma pausa para o almoço. Na esquina com a Avenida Tupinambá, pequenas lojas de roupas e barracas de vender lanches estão unidas entre corredores minúsculos que dão acesso a outras estâncias. Um pouco mais distante do ruído sonoro dos bares, essa área possui um fluxo corriqueiro de pessoas adentrando os recintos, fazendo refeições rápidas e transitando nos corredores que levam às mesmas, possivelmente realizando outras negociações comerciais. Nesta mesma rua, encontra-se a churrascaria Colar

³⁸ Estâncias também são usualmente chamadas em Oiapoque de quitinetes. A diferença que considero fundamental é que o quitinete é uma acomodação de um quarto e banheiro privado ou coletivo, com áreas abertas e com garagem para veículos. Já uma estância funciona como um abrigo temporário para pessoas que se destinam ao “outro lado” (especificamente, os garimpos da Guiana Francesa). Nestes casos, é comum ver placas na cidade com a identificação “Aluga-se quartos”. Os preços variam de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por períodos de 10 a 15 dias. Em ambos os casos, são habitações quentes e úmidas, algumas não dispoendo de janelas e pouca ventilação no ambiente. Sobre o tema, ver Pereira (2012, p. 170).

de Prata. Trata-se de um dos restaurantes mais frequentados da cidade e configura-se como um espaço de sociabilidades mais específico e frequentado pelo público estrangeiro.

Noto muitos turistas franceses e guianenses, embora os brancos estejam em menor número neste primeiro dia. Na Guiana Francesa, os(as) cidadãos/cidadãs da França continental são chamados(as) de *metropolitains*.³⁹ Há muitas crianças e idosos(as) entre grupos familiares que conversam e bebem no recinto. Neste espaço é possível estabelecer um termômetro étnico na fronteira. Com poucas exceções, vê-se brancas(os) e negros(as) guianenses sentados(as) em mesas comuns. Entre os(as) guianenses, por exemplo, o visual é peculiarmente composto por diferentes cortes de cabelo, adereços (cordões e anéis de ouro) e roupas coloridas. A interação, por outro lado, é notadamente assimétrica: guianenses e *metropolitains* à primeira vista, não interagem como partícipes de uma cultura comum.

Por outro lado, os(as) poucos(as) brasileiras(os) no ambiente – em algumas mesas específicas – estão interagindo com franceses(as). Essa observação se torna mais aparente, creio, pela superlotação do restaurante somada à intensidade do calor na cidade e a refrigeração interna do ambiente, tornando-se um atrativo para o conforto físico. Ao levantar-me para pegar alguns talheres, pergunto a um guianense (em inglês) se está na fila para fazer o mesmo. Dirige o olhar com certo ar de indiferença, mas nada responde. Uma pequena área de alimentação próxima à orla da cidade, configurando uma das melhores opções a estes turistas, somado o fato de terem que dividi-la independentemente de suas variadas relações culturais. A priori, parece ser uma explicação plausível, embora limitada para pensar em como guianenses, franceses(as) e brasileiros(as) podem interagir mediante estes demarcadores culturais.⁴⁰

Outro fato observado na fronteira franco-brasileira é sua conexão cultural mais proeminente através do Rio Oiapoque. Parte considerável dessa população franco-guianense, assim como brasileiros(as), se utiliza dos serviços das populares catraias.⁴¹ Ao longo de seis anos estando na fronteira antes da realização da pesquisa, ousaria inferir que a integração econômica por ambas cidades, assim como o cotidiano em suas variabilidades de interação,

³⁹ Metropolitanos(as), no idioma francês. Essa designação gentílica reflete a situação política e econômica da Guiana Francesa em relação à sua sede administrativa, em Paris. O território guianense no espaço da União Europeia é juridicamente registrado como Departamento de Ultramar. Ver GRANGER, Stephane. Guiana Francesa, um território francês e caribenho em via de “sul-americanização”?.. **Revista Confins**, Belo Horizonte, n. 6, p. 11-16, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/document5003.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

⁴⁰ É comum se ouvir na cidade que guianenses “não gostam de brasileiros”, sendo comuns os relatos sobre atos e falas xenofóbicas em relação a brasileiros(as) em Saint-Georges de l’Oyapock.

⁴¹ Pequenas embarcações que comportam de 10 a 15 pessoas e viajam entre Oiapoque e Saint-Georges de l’Oyapock. Os pilotos que realizam este trabalho são chamados de catraieiros. O trabalho é executado apenas por homens. Estas embarcações também transportam pessoas e mercadorias para outras localidades através do Rio Oiapoque (como Vila Brasil e Clevelândia do Norte).

remete quase que exclusivamente a esta parte fluvial. Ao longo da semana, franceses(as), guianenses e brasileiros(as), assim como gentílicos(as) de outras partes do mundo chegam ao Brasil e regressam até o “outro lado”.

Uma questão importante levantada nas relações de fronteira é que a chamada Ponte Binacional – um projeto arquitetônico entre Brasil e França – visando integrar econômica e politicamente ambos países, foi inaugurada parcialmente em abril de 2017.⁴² Do ponto de vista do cotidiano da cidade, existem problemas de interação na própria fronteira que são dimensionados pelo *limiar* terrestre. As *catraias* permitem, de forma geral, que pessoas de diferentes nacionalidades possam criar outras formas de sociabilidade. Da mesma forma que temos instituições representando espaços de legalidade no centro da cidade (como os órgãos públicos), também temos um processo de informalização de novas interações entre diferentes grupos étnicos e linguísticos. Da mesma forma, a linguagem, gestos e olhares nos bares da cidade, reproduzem essa lógica de inserção “invisível” aos olhos da lei.

Figura 13: Placa com reprodução e localização do mapa de Oiapoque em língua francesa na entrada da cidade pela BR-156



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

⁴² CONTE, Maria Irene de. **A ponte sobre o Rio Oiapoque: uma ponte “transoceânica” entre o Brasil e a França – o Mercosul e a União Europeia?**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007.

Figura 14: Rua na região central de Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 15: Conjunto de estâncias às margens da BR-156



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 16: Orla do Rio Oiapoque: as embarcações menores ancoradas à margem do rio são conhecidas como catraias



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 17: Catraias ao fundo ancoradas às margens do Rio Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 18: Vista da Ponte Binacional, viajando em catraia pelo Rio Oiapoque até Saint-Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 19: Vista panorâmica de rua no centro de Oiapoque nas proximidades da Beira Rio



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 20: Embarcações ancoradas em frente à hotel na orla de Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

3.5 TOQUE DA FALA E DO GESTO

Terminei de almoçar e saí à procura de estadia. A churrascaria Colar de Péloras, embora sempre cheia entre 12h00 e 14h00, acabou por se tornar um local tumultuado para as refeições diárias, embora mais adequado à percepção do campo no que concerne ao andamento do trabalho etnográfico. Novamente, saí do hotel Beira Rio ao anoitecer, o que me dá uma dimensão de “outra” cidade. Optei por não realizar registros fotográficos nos dias em que saía à noite, pois a falta de luminosidade em toda a cidade torna o trabalho mais complexo. Entretanto, devo inferir que a própria relação com os(as) agentes em campo era bem distinto. À noite, Oiapoque torna-se mais próxima de seu homônimo do “outro lado”: o garimpo.

Hotéis em toda parte central estão com pequenas placas alocadas com informes de “Esgotado”, o que tornou minha busca bem difícil. A vida noturna oiapoquense, digamos, possui uma singularidade de ações que se distinguem do movimento dos comércios diurnos. O cotidiano fronteiriço e seu trânsito surge como “lugar de passagem”. Na praça central, se encontram grupos bem heterogêneos: rodas de canto evangélico, jovens praticando esportes, pessoas circulando com latas de cerveja e crianças brincando em diferentes cantos da praça. Um grupo de jovens ensaiava coreografia de uma dança específica. O relato de Dona Neuri ressurge de forma pontual: o quadro visual de Oiapoque, da circulação de pessoas na faixa de fronteira ganhava contornos bem estabelecidos com sua descrição.

Uma noite quente e bem cansativa. Passo em frente à Delegacia da Polícia Federal e peço informações a um guarda noturno sobre hospedagens. O mesmo recomenda que eu procure uma mulher de nome Rose em um hotel específico. “Diga que foi o Júnior que falou”. Todavia, chego ao Hotel Fogo, também às margens da BR-156. Deparo-me novamente com uma placa de “Esgotado”. Além de à primeira vista não dispor de boa estrutura, sou recebido por outra mulher, que não se identifica e informa que “Rose não está”. Demonstra preocupação com minha presença. Depois de rápida apresentação, me identifico como professor. “Professor de quê?”. Ao responder que minhas disciplinas são História e Sociologia, a mesma parece achar curioso, embora o ar de desconfiança se mantenha.

Sem êxito no Hotel Fogo, sou informado por um homem de aproximadamente 60 anos acerca de outro estabelecimento de hospedagem conhecido, algo como “quitinete para mensalista”. Sigo em direção ao local e após uma caminhada de quase 20 minutos, atravessando a BR-156 (que cruza toda a cidade), chego ao bairro da cidade conhecido como Perto do Céu.⁴³ De posse de uma lanterna – instrumento de muita utilidade em Oiapoque, pela ausência de iluminação pública nas ruas da cidade – vou seguindo informações dadas por transeuntes na área – o que não impediu de tornar a procura um tanto demorada – até que encontro o Hotel Oceano.

A localização é bem isolada e não apresenta, pelo menos externamente, segurança. Nesta parte da cidade não há ruas asfaltadas. Deparo-me na área externa do estabelecimento com um homem de aproximadamente 65 anos. Estava com o telefone celular rente aos ouvidos e parecia tentar escutar mensagens de áudio com certa dificuldade. Cumprimentei-o, mas pareceu não ouvir. Supus que fosse surdo e só depois que me viu, disse algo em um idioma que não identifiquei. Externamente, o hotel era similar a outras *estâncias*, embora também às quitinetes espalhadas pela cidade. Como estava fazendo muito calor neste período, inclusive à noite, supus que passar um período em um lugar com pouca ventilação e umidade seria comprometedor à saúde.

O homem de meia idade tenta se comunicar através de um idioma não compreensível e mostra o visor do telefone celular indicando ser a “gerente do hotel”. Consigo depois de alguns minutos, estabelecer um contato através de aplicativo de mensagem telefônica com a mulher que se identifica como responsável pelo estabelecimento. Disse que um “quarto iria vagar em poucos dias”, porém, resolvi não avançar nas negociações de locação, pois o ambiente era pouco seguro.

⁴³ Este local é considerado por moradores(as) da cidade como a parte mais afastada e desvalorizada da cidade. Boa parte de seus/suas habitantes são oriundos(as) do estado do Maranhão.

Fato notório nestas hospedarias, quitinetes ou estâncias – muito próximas em termos de estrutura – é sua forma improvisada em termos de construção. Penso que é necessário entender que em um contexto fronteiriço, a dinâmica da passagem e do entremeio, assim como almejar o “outro lado”, torna-se algo mais importante. A residência ou permanência local não é prioridade.

Agradeço o contato do “senhor gringo” e continuo minha busca. Chegando pelas proximidades da única academia de musculação existente na cidade, sou levado por um comerciante em sua moto até o outro “hotel”. Visualmente, tratava-se de outro conjunto de *estâncias*, identificada como Pousada Padre Romão. Embora estivesse no centro de Oiapoque, o preço cobrado para uma locação mensal me pareceu um tanto alta, mesmo levando em conta sua localização. Na área da frente, sou recebido por um homem sem camisa e calçando chinelos, de aproximadamente 50 anos, que se apresenta como Ceará. Disse ser caminhoneiro residente em Itaituba (Pará), mas viajando esporadicamente até fronteira para transportar mercadorias. Em pouco tempo de conversa, Ceará me fala um pouco sobre sua impressão da garimpagem.

Essa conversa inicial permite estabelecer um comparativo inerente ao ideário de permanência na fronteira franco-brasileira. Não podemos prever falas, gestos ou olhares – estes naturalmente revelam as dinâmicas existentes. De um modo geral, a ação corporal na fronteira corresponde exatamente às formas hierárquicas que vão sendo exercidas em circunstâncias específicas: quem chega, pretensões e como lidar com *outsiders*. Ceará me mostra o quarto disponível sob essa perspectiva. Estava diante de outro recinto de madeira, sem janelas, com um ventilador de ferro antigo em cima de um pequeno banco empoeirado. Ceará fala que o lugar é “muito bom” e que está “sempre lotado”. Ou seja, se ele identificou o perfil do “aventureiro” na sua procura, então pode ser um potencial hóspede. O ambiente tinha todas as características de estâncias e não difere muito no aspecto visual de outras formas de habitação existentes na Amazônia.

Ceará argumenta que o lugar é “ideal para quem não vai ficar muito tempo”. Perguntei se ali ficavam muitas pessoas com destino ao “outro lado”. Aquele local, especificamente, era direcionado às pessoas que rumavam para os garimpos. Sua mãe, que também trabalhava no local, ofereceu-me um copo de café, o que me permitiu dialogar melhor sobre algumas informações básicas, como por exemplo, o que é ser “bem sucedido” na garimpagem:

O problema é que o garimpero é um cara sem leitura. Não sabe nada. Quando pega em ôro, fica doido. Quer comprar só camisa Lacoste e ficar com as mulhé mais gostosa (Ceará, 50 anos, proprietário de hospedaria).

O depoente traz uma visão peculiar sobre o estilo de vida na cultura garimpeira. Neste quesito, creio que a fala pode trazer representações simbólicas de um dado tipo de vivência. O garimpeiro como “um cara sem leitura”, personifica aquilo que pode ser realizado em termos de riqueza momentânea, almejando capital econômico para realizar determinados feitos ou desejos. O depoente aqui, coloca o corpo como um objeto a ser adquirido, seguindo uma lógica de apropriação capitalista. Ter uma mulher “cara” possui a mesma relevância simbólica de possuir uma camiseta de grife estrangeira. Ceará também disse conhecer o Hotel Oceano, descrevendo-o como “lugar perigoso”, cuja “porta virada pra rua” facilitava “mau elemento de entrar no quarto”.

Já deu até morte lá. O caba deu um tiro de espingarda no outro dentro do quarto. Eu conheço o dono de lá. Ali é perigoso.

A relação entre a fala de Ceará e a garimpagem pode atenuar ou potencializar formas discursivas que compõem a naturalização dessa constituição: o que é desvio pode ser *modus operandi*. Essa contravenção de valores surge na fala de Ceará sob o viés de um tipo de ordem:

Meu Oiapoque é muito tranquilo. Aqui é muito bom. Agora se tu for ali no Infraero é perigoso. Só tem gente que não presta. Só esse pessoal de Macapá e do Maranhão. Lá só tem ladrão!

Essa é a referência de um bairro fora do centro da cidade, o Infraero. A ideia de que a cidade “é minha” também permite pensar que isso delimita espaços específicos. A demarcação local entre pessoas “indesejadas” convivendo no mesmo território através de áreas distintas é bastante perceptível em Oiapoque. O mesmo acontece com o bairro/área conhecida como Perto do Céu. O bairro Infraero pode ser avistado às margens da BR-156, logo na entrada da cidade. A visão do depoente, em certo sentido, separa alguns perfis de transeuntes que acessam os garimpos clandestinos da Guiana Francesa.

Conversando com moradores(as) de Oiapoque entre os períodos relacionados a 2015 e 2016 (antes do desenvolvimento da pesquisa), notei que a relação entre *insiders* e *outsiders* na fronteira concentra grupos de regiões específicas – no caso dos bairros afastados (pela ótica de quem vive na cidade) – tendo predominância de maranhenses e paraenses. A proximidade cultural entre amapaenses e paraenses, por exemplo, é perceptível na fala preconceituosa de Ceará. Do ponto de vista de uma observação de campo, é possível perceber que há bem menos pessoas oriundas da capital, Macapá. Infraero e Perto do Céu também são demarcações fronteiriças de sociabilidades outras, originadas na vivência da fronteira física e trazem esses extratos sociais de forma muito bem demarcada.

Infraero e Perto do Céu também são demarcações fronteiriças de outra ordem, originadas na vivência da fronteira física. Sobre a questão, podemos observar:

[...] Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores [...] Essa é a auto-imagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros grupos interdependentes [...]. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19)

As dificuldades encontradas no trajeto até chegar à Pousada Padre Romão, neste dia, foram precedidas de uma observação intensa pelos caminhos distintos que a cidade apresenta, como um baú empoeirado e aberto em horários distintos do dia, trazendo à baila novos figurinos para diferentes personagens. Do Hotel Oceano até a Pousada Padre Romão, se descortinava uma quantidade considerável de novas informações etnográficas. O tom da fala acerca da ideia de superioridade apresentada conceitualmente por Elias e Scotson (2000) é revelador no sentido de trazer uma percepção sobre grupos hierárquicos pertencentes a um grupo e sua relação com o(a) outro(a).

Tendo optado pela não locação deste ambiente, resolvo procurar ajuda a um casal de amigos(as) residentes na cidade. Na saída, através de uma das ruas mais movimentadas da cidade, passando pela Praça Central, os(as) transeuntes lotam as ruas. Os bares funcionavam a todo vapor com bastante rotatividade de pessoas. Em alguns pontos é possível ver adolescentes com latas de cerveja e cigarros sem maiores preocupações. As mesas de bilhar também podem ser vistas sob grande disputa entre clientes – homens em sua maioria – que bem ao som de músicas no estilo brega e sertanejo. Franceses(as) metropolitanas(os) em menor número também circulam pelas ruas.

Em grupos de cinco a dez, vê-se muitos(as) indígenas da região de Oiapoque transitando com garrafas de bebida e cigarros, sempre conversando em sua língua local. Riem alto e falam apressadamente. Alguns relativamente mais jovens, exibem calçados e roupas novas entre si. A velocidade com que consomem álcool é peculiar, dada à intensidade de movimentos corporais, gesticulações e expressões faciais que podem ser observadas. Isso tudo é intercalado com a chegada de vários pirateiros pela BR-156 em suas caminhonetes cheias de mercadoria.

Ao chegar à casa de Elaine e Thomás, sou convidado para jantar. Ambos são amigos(as) de longa data e antes do desenvolvimento da pesquisa já compartilhava algumas ideias relacionadas a garimpagem na fronteira. Logo recebo o contato de Antônio (conhecido como Português, segundo Thomás), que estava administrando um conjunto de quitinetes na

cidade. Mais afastado do centro, o ambiente estava passando por reformas, sendo propriedade de um francês, conhecido como François.⁴⁴ No dia seguinte, acertei os detalhes do pagamento com António e realizei a mudança. O fato é que se tornou o primeiro depoente formal deste trabalho. Como estrangeiro, também apresentava características de um *insider* local, fruto de sua experiência como residente na Guiana Francesa e Suriname.

António tornou-se o primeiro depoente formal deste trabalho. Como estrangeiro, apresentava características de *outsider* em campo. A estranheza no território, configurado à sua forma de resistência aos códigos fronteiriços, como veremos a seguir demonstram esse fator. Essa primeira imersão no campo sob a justificativa de uma busca por locação habitacional, permitiu adentrar em um contexto que mesmo sendo familiar, possibilitou essa relação *inside for inside* e estabelecer conexões sob circunstâncias peculiares à observação do campo. A predisposição deste exercício malinowskiano, por assim dizer, contribuiu para compreender um contexto de imprevisibilidades.

Desde o movimento súbito de transeuntes nas ruas aos pequenos estabelecimentos, as performances entre grupos e suas sociabilidades distintas observadas no restaurante Cordão de Pérolas, ao olhar enviesado dos funcionários do Hotel Beira Rio, tudo parece fluir para uma aparente normalidade cotidiana.

Todas essas conexões de ordem política, social e econômica levam à busca pelo “outro lado”. Aliás, “outro lado” como expressão comum dessa fronteira não é uma referência ao mundo francófono existente nestes limites do Extremo Norte do Brasil. Trata-se de um termo genérico que possui sentido próprio para quem almeja alcançá-lo. Assim, toda uma rede que se configura subliminarmente a partir de gestos e olhares atentos de quem transita pelo pequeno centro e vislumbra com o “outro lado” através do Rio Oiapoque. O “outro lado” que funciona como um território paralelo, também está repleto de histórias variadas: pessoas que desaparecem, conflitos e falas recorrentes sobre a presença dos militares franceses na região. Todo este conjunto compõe a síntese de um *Ethos* baseado nesta experiência que busca o “outro lado” para seu colorário maior: o ouro.

⁴⁴ Há uma quantidade não mensurada de imóveis em Oiapoque pertencentes a estrangeiros(as) ou pessoas residentes em outros estados do país. Por se tratar de uma fronteira e tendo relação direta com a cultura garimpeira, os imóveis para venda ou compra, assim como aluguéis, são ofertados por preços muito altos.

Figura 21: Ponto de catraeiros na Beira Rio à espera de passageiros(as) com destino ao município de Saint-Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 22: Orla da Beira Rio em Oiapoque, área de entrada e saída de transeuntes entre Amapá e Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 23: Viagem em catraia pelo Rio Oiapoque rumo à Saint-Georges de l’Oyapock, Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 24: Busto no entorno da Praça Central de Oiapoque (onde parte considerável da população se reúne em festas e atividades noturnas). Um detalhe interessante é que não há qualquer identificação/inscrição na estátua. Este elemento é fundamental para entendermo



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

CAPÍTULO IV: SONHO NA CABEÇA, PESADELO NO BOLSO: TRANSEUNTES E ILEGALIDADES

Argumenta-se que a proximidade gera uma situação de vizinhança, na qual se desenvolve uma convivência e um compartilhamento das propriedades que o rio Oiapoque oferece. Essa vizinhança produz a condição de transfronteiricidade, aqui entendida como modo de viver a impulsionar os atores na efetivação de práticas socioeconômicas transcendentais à fronteira [...] (MARTINS, 2014, p. 86).

Entre dinâmicas de sociabilidade e percepções de campo que iremos tratar neste capítulo, existe um fator de análise sociológica essencial, constatado na vivência fronteiriça através do trabalho etnográfico. Ainda sob os gestos e o toque da fala, é possível perceber e ouvir as distinções do trânsito fronteiriço. Evidentemente, não se trata de uma análise psicológica sobre usos e costumes de uma fronteira, pois o campo nestas condições é quase sempre imprevisível. Isso tudo está entremeado por uma pergunta que deve ser evitada em Oiapoque. E esta se refere especificamente a seu lugar de origem. Ou seja, de onde veio e qual seu destino.

Rememoro a fala de pirateiros, proprietários(as) de estâncias, comerciantes ou catraieiros em momentos esparsos (incluindo duas viagens à Saint-Georges de l'Oyapock), a impressão inicial é que as diferenças entre pessoas e estes grupos está conectada a uma regra comum, convergente a um tipo de pacto comum do *Ethos* da cultura garimpeira vinculado diretamente às fronteiras do “outro lado”.

No caso de António (o Português), já estava há alguns anos em Oiapoque, tendo residido anteriormente em Paramaribo (Suriname), Caiena (Guiana Francesa) e passado uma curta estadia em Macapá com sua companheira, que lá vivia. Sua trajetória de vida não me fora revelada com clareza e na condição de depoente, não havia uma linearidade cronológica nos fatos narrados sobre sua chegada até a fronteira. Era um homem branco, 53 anos, estatura baixa, residente no Brasil há mais de 30 anos, desde que sua mãe, tios e irmãos resolveram migrar para a cidade de São Paulo.

4.1 “TERRA DE OGROS”

Procurei encontrar nas falas o registro das memórias mais alinhavadas em sua imersão na cultura da garimpagem. António se considerava uma espécie de aventureiro, pois já havia “feito de tudo por cá” (Brasil) tendo atuado em seu último emprego como policial militar no estado paulista. Durante uma operação como investigador, sofreu um atentado, sendo alvejado por vários disparos perdendo o olho esquerdo. Embora aparentasse desconfiança no trato das

relações, criou forte laço de confiabilidade comigo. O fato de Elaine ter feito minha indicação para a locação do imóvel, tornou o processo mais tranquilo (algo que acabou confidenciando mais tarde).

Após alguns dias de convivência como vizinhos, muitas informações sobre a dinâmica fronteiriça surgiram em sua fala. António, inclusive, revelou-se um sujeito culto, além de poliglota. Era fluente em inglês, espanhol, alemão, francês e italiano. Como único inquilino durante o período em que estive realizando a pesquisa, tive a oportunidade de assistir informalmente algumas aulas de inglês e alemão. Quando exaltei sua qualidade de poliglota, reagiu ironicamente:

Rapaz, na verdade sou mesmo é um “polidiota” [expressão cunhada por ele]. Veja que não tenho nada! Tu estás a falar que sou um viajado, mas viajei mesmo é na maionese. Tive a oportunidade de conhecer o mundo, mas olhe onde vim parar! (António, 55 anos, aposentado)

Sua função na pequena vila era administrar e alugar os quitinetes ainda vagos, mas havia um imbróglio de uma reforma que António estava conduzindo à pedido do proprietário do imóvel, um funcionário público francês residente na Guiana Francesa. Sobre o fato de ter “parado ali”, argumentava residir em Oiapoque por ser “mais barato do que viver em Saint-Georges”, além de beneficiário de um auxílio-saúde do governo francês. Sua renda era complementada como professor de língua francesa para moradores(as) locais. Esta fala sempre aludia à inadaptabilidade dos “costumes da região” e por ser uma “Terra de ogros” (referência indiscriminada que fazia a toda região amazônica). Além disso, estava reclamando com frequência da cidade e dos costumes locais, sempre recorrendo a comentários jocosos e de conotação sexual.

Ocasionalmente, se dirigia a mim como um “escritor”, trabalhando na produção de “umas crônicas”. Todas as manhãs, me convidava para tomar café em sua quitinete. Essas conversas eram entremeadas pelo que identifiquei em sua fala como “fofocas de Oiapoque”. Em dada ocasião, perguntei-lhe a razão de tantas críticas aos moradores(as) locais. Havia uma impressão geral sobre a região muito passional:

De Belém, passando por Macapá, chegando nas Guianas, Suriname até Venezuela... Isso tudo é um antro de perdição. É uma verdadeira Sodoma e Gomorra. Esse povo vive igual bicho, vivem na luxúria. Isso aqui é uma terra de ogros!

A partir daqui, a inevitabilidade de julgamentos morais sobre a fala do depoente, se torna uma problematização sociológica. Se todos(as) são “fofoqueiros(as)” e “ogras(os)” em Oiapoque, significa procurar entender o que o depoente revela sobre si mesmo: sempre

buscando seus referenciais no princípio de um tipo de moralidade. Neste exemplo, podemos observar:

Uma acusação opera um movimento moral de estabelecimento de papéis: de um lado, alguém que se investe do direito (e do dever, por que não?) de apontar o outro como a “causa” de uma negatividade [...] Quando se atribui culpa a alguém, está-se afirmando que algo *grave* foi inegavelmente feito por ele [...] (WERNECK, 2013, p. 715-716).

Sua experiência inicial no Suriname era expressa negativamente pelo viés do arrependimento. “Cá dei com os burros n’água”. Tal experiência se constituiu em acessos a garimpos clandestinos na Guiana Francesa e Suriname. As rotas eram feitas na fronteira com o território surinamenho, em uma província franco-guianense chamada Saint Laurent du Maroni. As histórias, sempre esparsas, falam de situações inusitadas. Porém, com o passar dos dias, algumas pequenas estórias – muitas contadas entre goles de café na área externa da pequena vila – foram revelações importantes sobre o cotidiano fronteiriço. Através da fala moral da negação, António pediu para que eu incluísse em “minhas crônicas” algumas narrações, que considero significativas para interpretação de uma faceta da cultura garimpeira. Trata-se de uma descrição sobre mulheres e homens envolvidos(as) com o universo garimpeiro em Cayenne, capital administrativa da Guiana Francesa:

Tem um bairro lá, não sei se você já ouviu falar, a Matinha. É puro favelão. Só encontra brasileiro lá. Tem brasileiro pra tudo quanto é canto... E um tem a mania que sabe mais que o outro. De diferentes lugares. Brasileiros do Pará são terríveis também, principalmente mulher. Tem muito garimpeiro, entendeu? A maioria dessa gente é tudo envolvida com garimpo [...] Tem muito favelão lá em Cayenne [...] Eu até faria questão de ir contigo pra te mostrar. Tem lugar que você nem sonha entrar, nem sonha passar. O *gendarmerie* entra, mas é tipo “Terra do Nunca”, entendeu? Brasileiro tem mania que sabe tudo. Os portugueses que também vivem ali, né? Na Guiana, são um bando de filhas da puta.

Indaguei sobre a presença, inédita para mim, de portugueses na chamada Favela da Matinha, em Cayenne:

Você não pense que isto é só com brasileiros. Os portugueses são uns calhaus com dois olhos também! Tá, entendeu? Porque você acha que eu não vivo em Portugal?

O depoente traz uma imagem pessoal sobre diferentes grupos étnicos presentes na Guiana Francesa, porém, em um relato que traz uma experiência específica:

Em Cayenne tem haitianos, dominicanos, brasileiros, chineses... Os chineses são outros, rapaz! Raça fechada, ignorante... Eu vou te dizer: eu me dou melhor na Alemanha do que tô me dando por aqui, no resto do mundo. Porque é um lugar, eu me surpreendi muito. Comecei a detestar Cayenne a partir do momento que eu estava com fome havia três dias, não comia nem bebia água nem nada, porque ninguém me dava um copo d’água ali. Nada! A

não ser algum brasileiro com algum interesse em alguma coisa, né? Filhas da puta, tem uma organização que chama Carrute. O que é que eles fazem? Eles distribuem comida na rua. Falei em inglês com eles, porque nem me lembrava do francês direito. Tava tão tenso que não lembrava. E um paulista naturalizado português também. Eu pedi comida pra nós dois. Sabe o que eles falaram? “Não, isso aqui é só para toxicômanos”. Eu virei pra ele e falei: “Apenas darei um jeito de ir fumar um cigarro e já volto, tá? Aí tu vai me dar comida, com certeza”. Aí teve uma brasileira que veio discutir comigo lá [...] Eu falei: “Olha, primeiro lugar menina, deixa eu te falar uma coisa, tá? Eu não preciso me noiar pra comer, entendeu? Segundo e mais importante: eu sou um cidadão europeu e estou na minha terra, você é que não está no seu território se quer saber, tá?”

O relato traz elementos variados dessa composição heterogênea de uma cidade culturalmente integrada a perfis de transeuntes, possivelmente, de diferentes regiões da Amazônia. Embora o fato tenha ocorrido em Cayenne, é necessário observar que a chamada Favela da Matinha – uma comunidade pobre distante da área central da cidade com forte presença de brasileiras(os) – há mais uma vez o elemento de direcionamento da ideia de negatividade sobre o outro(a). O depoente me explica, por exemplo, o funcionamento da polícia francesa na Guiana e sua relação com a garimpagem.

A jurisdição que atua em âmbito rural é constituída pelo *gendarmérie*. Esse policiamento atua diretamente nos garimpos clandestinos (maioria) nas regiões de selva. Nas áreas urbanas, é formada pela Polícia Nacional. Quando estive pela primeira vez em Cayenne, em 2016, observei a diferença nos uniformes dos agentes de segurança, assim como a identificação dos veículos. É importante destacar que o corpo policial de homens e mulheres atuando nas proximidades da fronteira com o Brasil, são conhecidos(as) como Polícia de Fronteira (PAF) e também atuam como um corpo de segurança operacional fazendo apreensões de mercadorias e ouro em garimpos clandestinos. Outro corpo militar atuante nas selvas da Guiana Francesa é o exército dos Legionários (composto por militares de diferentes países).⁴⁵

Muitas informações apresentadas pelo depoente também expõe o cotidiano da fronteira em espaços conectados a práticas comuns. António cita diferentes populações e culturas fazendo uso dos mesmos códigos em um ambiente de clandestinidade. Em uma situação bastante pictórica, podemos observar:

Esses brasileiros aí são muito encraveiros. Teve uma situação que a mulher lá tinha um menino de dois anos. Ela era clandestina e o marido dela

⁴⁵ MARQUES Adriana Aparecida. A Amazônia francesa: as percepções militares sobre o departamento ultramarino francês na América do Sul e as possibilidades de cooperação em segurança e defesa na fronteira franco-brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, [s.l.], v. 29, n. 59, p.74-87, jul./dez. 2014.

também. O marido dela, companheiro era brasileiro. Ela queria pagar pra mim assumir essa criança. Pra ter os papeis, aí sim, eu ter o papel. Isso é feito. Tem muita gente fazendo isso.

Indaguei-lhe se esse procedimento poderia garantir a regularização da mãe e da criança (já que António seria o “pai de contrato”).

Muita gente faz isso lá. Pô, eram três mil euros! É uma grana boa aqui. Acontece o seguinte: começou a cunhada dela (a irmã do macho dela) começou a dizer: “Não, não faz isso com um português, tem que ser com um francês, português não dá certo. Depois você não pega o papel e não sei quê e blá, blá, blá...” Eu falei: Olha, você faz o seguinte... O que tu queres fazer comigo, fazes, se tu não queres, faz com francês, mas pára de me encher o culhão!

As descrições (sexistas e misóginas) do depoente revelam formas de ruptura desenvolvidas em contraponto às leis locais, ou seja, uma variabilidade de ações visando sobrevivência entre os grupos. Como já vimos anteriormente, reorganizar regras de convivência é parte dessas relações específicas. O aspecto da clandestinidade é subvertido com a tentativa de angariar um documento de legalização no território francês através de acordos de sobrevivência.

O aspecto da clandestinidade apresenta a Favela da Matinha, em Cayenne, como um receptor de fronteiras humanas (MARTINS, 1997). Homens e mulheres, possivelmente se estabelecem temporariamente nesta área urbana com objetivo final de seguir rumo aos garimpos⁴⁶. Do ponto de vista jurídico, a permanência em um território estrangeiro dá-se com *status* legal pelas definições do espaço angariado, do contrário, toda e qualquer possibilidade de permanência pode ser colocada à prova. António se utilizou dessa prerrogativa para tentar angariar benefício financeiro, colocando-se neste momento – por ser cidadão da União Europeia – na condição de *insider*. Acerca desse tipo de comportamento, podemos verificar:

[...] Em qualquer época, os comportamentos prevalecentes na boa sociedade irão refletir a balança de poder e de dependência entre grupos estabelecidos e *outsiders*, na sociedade como um todo [...] Em regra, qualquer regime de comportamentos e emoções simboliza e reforça a classificação hierárquica e outras linhas de divisão social, enquanto a mesma regra define que mudanças nesses regimes refletem mudanças nas linhas de divisão social e nos equilíbrios de poder [...] (WOUTERS, 2012, p. 449-551).

⁴⁶ Tive a oportunidade de apresentar um trabalho sobre o tema no Colóquio Internacional Literatura, Memória e Cultura da Amazônia, realizado na Universidade da Guiana, Cayenne, entre 14 e 15 de novembro de 2019. Eixo temático: Question des frontières et rapport au territoire : Ethos da garimpagem na fronteira da Amazônia franco-brasileira: uma análise sociológica. Disponível em: <http://www.manioc.org/fichiers/V20018>. Acesso em 10 maio 2020.

O artigo em questão aborda uma contextualização sócio-histórica do *habitus* eliasiano entre grupos sociais nas sociedades europeias de fins do século XIX. Tal composição está vinculada diretamente à primeira grandeza deste *Ethos* (que desmembrou-se da cultura de corte para o mundo burguês capitalista), entretanto, o autor faz um direcionamento para um terceiro movimento. Ou seja, como ainda operam os processos civilizadores que tiveram sua vanguarda na Era Iluminista? Através de uma informalização dos comportamentos contrapostos aos processos de socialização, sobretudo no que concerne à longa duração e sua permanência cultural, os grupos *outsiders* reorganizam suas vivências às margens de uma estrutura geral. Assim, temos:

[...] La consciencia de estar formando parte de un tiempo secular, serial con todo lo que esto implica de contiuidad, y sin embargo de “olvidar” la experiencia de esta continuidad – produto de las rupturas de finales del siglo XVIII – da lugar a la necesidad de una narración de “identidade”. (ANDERSON, 1993, p. 285)

Como a Guiana Francesa é vista pelos *outsiders* – clandestinos(as) em trânsito ou não – como um território que apresenta muitas possibilidades de chegar a garimpos, qualquer tentativa em fazer parte do *establishment* (partindo inclusive, das vias formais) é tida como legítima neste tipo arranjo social. De todo modo, precisamos compreender a estrutura jurídica do espaço comum europeu presente na região amazônica através da França, põe à prova todo seu ideal iluminista francófono, engedrado como atrativo de *status* econômico e social. Antônio tinha clareza desse lugar, o que o fez tentar barganha-lo em troca de favores financeiros.

Figura 25: Casas às margens da BR-156 em Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 26: Desenho em um muro da cidade na Orla da Beira Rio, alusivo a um garimpeiro



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 27: Centro de fiscalização aduaneira em Saint-Georges de l'Oyapock, Guiana Francesa (2019). O prédio em frente à tenda vermelha é o escritório da polícia francesa local (*gendarmerie*)



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 28: Orla de Saint-Georges de l'Oyapock, Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 29: Vista parcial da vila de quitinetes administradas por António



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 30: Vila de quitinetes e sua extensão de cinco quartos (o último cômodo foi reservado para ser um depósito). Estes estabelecimentos para residência temporária são comuns em Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

4.2 “BORA LÁ!” OIAPOQUE MARANHENSE

A pequena vila administrada por Antônio dispunha de cinco quitinetes vagos e um deles servindo como uma área para depósito. Antônio residia no primeiro, próximo ao portão de acesso. Fiquei instalado no terceiro após a entrada. Depois de estabelecer uma relação de maior proximidade com meu vizinho português, pude conhecer outros(as) depoentes ligados aos garimpos. Assim, foi possível continuar em campo e reencontrar essas falas.⁴⁷

Nos meses que se aproximam do fim do ano, preços de alimentos, aluguéis e outros serviços, tendem a ficar inflacionados em Oiapoque. Com o advento das chuvas e a falta de asfaltamento na BR-156, ocasionando problemas de traslado, uma série de problemas são detectados na cidade, além da elevação súbita nos preços de alimentos, hospedagem e transporte. Essa inflação generalizada também é produzida pela chegada de pessoas do “outro lado” trazendo ouro, jóias e dinheiro em espécie. Neste período, hospedagens, transportes e outros serviços em Oiapoque aumentam seus preços. Não é incomum ouvir de servidores(as) públicos(as) instalados(as) temporariamente à serviço na região, relatar dificuldades em encontrar imóveis disponíveis por valores condizentes com seus salários.

O fato é que há uma alteração repentina no cotidiano da cidade com as notícias da movimentação do comércio do ouro. Esse aspecto geral da informalidade surge na fala de um morador antigo de Oiapoque, identificado na pesquisa como Carlos. Já o conhecia desde 2016, quando participei de um evento em sua residência em homenagem a um grupo de médicas(os) cubanos(as) que atuavam na cidade. Carlos possui uma pequena loja no Mercado Público (ao lado da Beira Rio), uma das áreas mais movimentadas do centro da cidade.

Sobre os gestos e olhares, era sempre surpreendido (de forma sutil) pelos “olhadas” enviesadas e rápidas das pessoas que trabalhavam no local. Sua saída dá acesso à Beira Rio pelo lado oposto, onde se encontram casas de câmbio, além de cambistas paralelos atuando de forma discreta. Este local pode ser considerado o centro financeiro de Oiapoque. Há tipos de “negócios” específicos, porém, só notados depois de algum tempo observando a movimentação dos(as) transeuntes. Há agenciadores(as) de pessoas para viagem a garimpos, vendedores(as) de substâncias ilícitas e compradores(as) de ouro. Por outro lado, nota-se uma espécie de “barreira invisível” entre legalidade e ilegalidade. Este espaço, por exemplo, é similar ao restaurante Colar de Prata, pois também agrega grupos étnicos variados: indígenas da região, franceses(as), chineses(as), haitianos(as), guianenses e brasileiros(as) de outros estados.

⁴⁷ Um exemplo notório em Oiapoque são as repetidas sincronias entre os(as) depoentes. Como veremos a seguir, há um complementaridade natural sobre o cotidiano da cidade.

É neste espaço que vou ao encontro de meu entrevistado. Carlos trabalha no Mercado Público há mais de dez anos e possui uma pequena loja de variedades. Havíamos marcado previamente a conversa durante uma de minhas idas ao local para observação participante, além de duas viagens a Saint-Georges de l'Oyapock, saindo por portos de catraia próximos ao local. Embora já me conhecesse, Carlos pareceu um pouco retraído quando iniciei a entrevista. Até ali, eu já percebera que essa era uma regra, digamos, informal do campo. Passamos algum tempo conversando sobre outras coisas até entrarmos nas histórias sobre garimpos, que se confundem com sua chegada na cidade:

- Em janeiro vai fazer 26 anos que eu moro aqui. Nasci no Piauí, aí tinha um ano e pouco e fui embora para o Maranhão. Aí eu fiquei no Maranhão. Eu e meus irmãos todos [...] Quando eu vim pra cá, meu irmão tava em Maraúba eu vim do Anajá, eu morava em Terra Boa⁴⁸. Aí como meu irmão morava em Itaituba eu vim pra visitar ele. Aí de lá ele vinha pra cá, porque ele tinha um vizinho que tava aqui em Saint-Georges, Cayenne, né? Garimpo. Aí ele me convidou: “Bora lá!” Aí eu vim. Só que era só pra passar dois, três meses, aí ele entrou pra lá e esqueceu de mim aqui.

(Carlos, 50 anos, comerciante)

- Mas ele não voltou?

- Não! Ele voltou, mas toda vez que ele volta aí é de Caiena/Belém de avião [...] Porque a família dele já estava no Maraúba, as crianças dele, que ele tinha levado, na época ele separou da mulher e eu fiquei com a incumbência de deixar as crianças, de deixar lá com a avó. Hoje tá tudo formado, tudo casado. Crianças...

- Qual era sua idade?

- Quando eu cheguei eu tinha 25 anos. Eu fiz 50 agora em janeiro desse ano. Aí eu já fiz, sou amapaense, porque eu já vou fazer 26 anos aqui.

Falei sobre o encontro com Ceará, proprietário do conjunto de estâncias que havia conhecido e sua impressão sobre o bairro Infraero.

- É tipo assim, a favela de quem mora no Rio, né? Quem tem dinheiro mora no centro e quem não, fica jogado sempre.

- Você acha isso mesmo?

- Eu acho que sim, porque lá a violência é muito grande. Eu mesmo não quero comprar casa lá, não vou achar minha casa, o pessoal invade devido droga. Aí vem muita gente vender às vezes, porque tem que ter um carro pra ir. Se for pegar moto é dez pra ir, dez pra vir. Eu não conheço pra lá, mas tenho colegas que já moraram lá [...] Porque pra vir pra trabalhar no centro tudo é mais perto.

- Das pessoas que vieram, qual região predomina?

- Oiapoque a maioria do pessoal é maranhense. Começou o Oiapoque desenvolver depois que chegou maranhense, cearense, porque quando eu cheguei aqui, esse mercado era entregue só a pessoas amapaenses, que não tinha movimento, era tudo fechado. Quando dava meio dia, abria uma loja ou outra. Não tinha pessoal pra trabalhar. Foi o pessoal de fora com olhar de comércio, né? Porque o povo aqui é muito acomodado. Até hoje, tem um ou

⁴⁸ Os nomes de cidade/estado de origem do *depoente* foram substituídos por nomes fictícios. Esta regra se aplica a todas(os) os(as) entrevistados(as).

outro amapaense que tem um comércio aqui. É mais o pessoal de fora. Eles parece [pausa reflexiva] vivem, acho, em outro mundo, não tem essa noção ainda. Já vi aqui há muito tempo, esses dias a gente tava comentando aqui, né? Se fosse tirar maranhense, cearense, pessoas do nordeste aqui, ia acabar, porque ia ficar sem gente. Só os povos indígenas que já são fixos daqui, moram nas aldeias e muitos já tão morando aqui também... A maioria dos povos indígenas que moram na cidade [...] Aí tem uns que não querem voltar também, porque dizem que a vida lá é difícil também, né? Tem que trabalhar na roça... Aí eles falam das dificuldades também. Mas também qualquer jovem sente em qualquer lugar do interior, né?

- A cidade na época que você chegou, mudou muito?

- Mudou, pra mim mudou. Antes, quando eu cheguei por aqui, como a cidade era pequena (eu não sei se tinha cinco mil habitantes), era pouca gente. Tinha quatro táxis aqui na porta [aponta para o corredor em frente à sua loja no sentido da Beira Rio], eu até conheço até hoje o pessoal.

- Ainda trabalham aqui?

- Uns sim, outros não. Outros foram embora... Até hoje. Tinha pouco carro nesse tempo. A prefeitura sedia um ônibus que até um dia desse tava comentando sobre isso: pra levar o pessoal indígena pras aldeia e não cobrava nada, tudo por conta do prefeito, que bancava. E também a cidade era bem organizada porque tinha pouca gente, né? Era tranquilo, era calçadinho, tinha água nas torneiras.

- Então a cidade já foi toda asfaltada?

- Sim, era toda asfaltadinha. Era muito bonito aqui na frente [aponta pra a saída do mercado no sentido Beira Rio], era cheio de flamboyants aqui na frente [...] Era bem organizado, quando eu cheguei. É porque tinha pouco morador. Era tipo aquelas cidadezinhas mineiras que ficou esquecida no tempo, as casas de madeira. Tem uma aqui perto dos bombeiros. Já viu aquela casinha? A mulher não vende de jeito nenhum, que ali diz que é o retrato do Oiapoque antigo. Ela tem dinheiro, ela trabalha no Fórum, né? Tem uma casa de madeira, o pessoal é doido pra comprar pra derrubar, pra construir, mas ela não vende. Ela é de família indígena. A família dela mora aqui pro outro lado. Ela é de família indígena só que ela veio pra cá, estudou... Ela trabalha no Fórum, não lembro o nome dela. Oiapoque era bonitinho. As casas era tudo bonitinha! Quando cheguei eu dormi na rua, porque não tinha lugar pra morar, não tinha lugar pra alugar, só tinha um hotel aqui embaixo e uma pousada. Aí chegou nessa época um fluxo muito grande de gente, pra negócio de garimpo [...] Aí aqui na frente [aponta para a saída do Mercado Público], ficava muito cheio de garimpeiro [...] Ficavam sentados, muita gente do lado. E nesse tempo era difícil ir porque não tinha ponte. Tinha que ir de canoa. Era caro pra levar.

- Já tinham catraias nessa época?

- Sim, já tinha! Só que não podiam levar ninguém pra Caiena, tinha que ter aqueles catraieiros clandestinos. Tipo os coiote que levava o povo pelo Oceano. Aí levava pra garimpo, levava pra Caiena, Suriname. Aí muitos que morriam, né? Por causa do Oceano que era muito alto [...] É muito perigoso, só de noite. E aí o gendarmarie pegava às vezes, quando dava sorte, quando a canoa não afundava, diz que era muito sofrido. Aí nesse tempo também podia levar tudo aí pro outro lado. Aí foi em 2001 que criaram a barreira [...] Teve o controle. Aí também o comércio não era tão bom, porque não tinha muito consumo. Porque pra lá o voo vinha duas hora (era dez da manhã e duas hora), o povo que vinha de Caiena pra Saint-Georges que trazia turista.

- Tinha um voo de Caiena até Saint-Georges?

- Ainda hoje tem. Aeroporto internacional. Aí era os turistas que vinham pra cá, era muito pouco, agora não porque fizeram a estrada (Caïena/Saint-Georges) e aí fizeram a ponte. Por isso o Oiapoque desenvolveu [...] E o Oiapoque era pra tá bem desenvolvido [...] Eu tive um patrão que trabalhou nos garimpo também, no Anahi, quando eu cheguei aqui. Ele é (parece) que ele é legal. Só que além de legal tem muita gente clandestina. A maioria dos brasileiro vão pra lá... É mulher... [pausa longa, fica pensativo] E é interessante, esses dias conversando com um historiador que é indígena daqui, ele me falou a história sobre esse lugar, foi o único lugar do Brasil que não foi apossado pelos europeus, por povos europeus. Diz que a única pessoa que entrou lá foi os padres... Franciscano não, jesuíta! Esse cara sabe a história dessa região toda. É muito interessante conversar com ele.
- O Anahi fica no Suriname ou Guiana Francesa?
- Não, fica na Guiana Francesa.
- Em algum lugar na região de selva?
- Isso [...] Na época que eu cheguei aqui muito gendarmerie pegava brasileiro clandestino e botava pra fora. Parece que é o lugar mais acessível, mais perto de ir (na época, né?). Acho que mais próximo. Acho que por isso devia dá muita aglomeração.

Acordamos em realizar outras entrevistas, porém, em minha segunda ida à sua loja, mostrou-se um pouco indisposto em conversar. Antes, porém, havia notado no decorrer de nosso diálogo algumas “pontas soltas”. Quando esperava que fosse dizer algo, fazia pausas longas e continuava de maneira cautelosa. Imaginei que poderia estar omitindo alguma informação, mas deduzi também tratar-se de um esforço, pelas vias da memória, em reconstituir as características da cidade no início da década de 1990. Ou, devido à circunstância de minha presença, poderia estar fazendo ambas as coisas.

Esta relação entre tempo e espaço, através das descrições apresentadas trazem ricas informações tendo a experiência pessoal como fonte de prova. Sua condição sociológica de *insider* lhe permitia ver a cidade de forma sistematizada a seu modo. Suas descrições sobre a referência oiapoqueense do passado pareciam estar muito atuantes na configuração social atual. O contingente populacional oriundo de outros estados produziu mudanças profundas nos espaços e modos de ser no convívio social. Essa fala sugere que com o tempo, dados aspectos culturais dessa migração rumo à fronteira, passou a ter lugar predominante, correspondendo à transitoriedade fronteiriça perceptível nas interações presentes no Mercado Público. E isto, se conecta mais com o ganho financeiro almejado ao procurar o “outro lado”.

De forma conexa, Carlos também vê – assim como Ceará – a chegada dos(as) maranhenses como população majoritária destinada aos garimpos do “outro lado”. Isso também apresenta uma ideia de distanciamento social imposto como forma de convivência e que estabelece uma visão comum sobre estes grupos, aparentemente concentrados no bairro

Infraero e na região vulgarmente conhecida como Perto do Céu. Há ideia de limite e *front* apresenta:

Outros tipos de limite em expansão podem ser analisados sob este mesmo prisma, tais como as fontes agrícolas – que levam até confins selvagens ou vazios as benesses do avanço do progresso [...] Em certa medida, esta interpretação está a meio caminho entre fronteira que separa e a fronteira que une. Isso porque, por um lado, é uma zona limítrofe que divide um espaço-tempo daquele que ainda não sofreu a ação do agente transformador. Por outro lado, esta fronteira não deixa de ser um lugar de encontro. O que está *do lado de lá* é um espaço preenchido – por povos, culturas, outros centros – e o confronto dá-se com maiores ou menores tensões [...] (ÁGUAS, 2014, p. 6).

Esta divisão do tempo e espaço parece conectar os diferentes grupos observados na análise de campo em Oiapoque. Há limites para a legitimação de *insiders* e *outsiders* neste preâmbulo da garimpagem – o *front* entre a Beira Rio e o “outro lado” condiciona um *status* de estabelecimento local, divergente entre transeuntes ou moradores(as) fixadas(os) na região. Todo o fluxo informal que podemos observar com a circulação de pessoas parece visualizar essa hipótese. Neste âmbito, em nenhum momento Carlos demonstra interesse em uma conversa de cunho particular: o encontro público sugere uma ideia de observação permanente, embora nossa conversa tenha ocorrido na esfera privada. Não seria um erro inferir que “outras pessoas”, de antemão, já soubessem de nossa entrevista “pré-agendada”.

A característica da desconfiança mútua torna-se um elemento de reconhecimento local acerca da presença externa às atividades comuns do lugar, como podemos observar:

Ao andar pelas ruas de uma cidade ou vilarejo como um visitante ocasional ou mesmo ao morar lá por algum tempo, pode-se não reparar nas distinções de status que os habitantes estabelecem entre si e nas fricções latentes ou manifestas que estão ligadas a elas. Mesmo quando se mora numa dessas comunidades por tempo suficiente para tomar consciência de sua ordem hierárquica interna, nem sempre se consegue ficar à altura do conhecimento íntimo que os habitantes têm da posição das outras famílias na comunidade em seus próprios termos [...] A análise subsequente da estrutura das fofocas em tal comunidade talvez ajude a dar uma ideia mais clara da dinâmica da hierarquização; ela mostra até que ponto as minorias poderosas, funcionando como uma espécie de líderes das fofocas, são capazes de controlar as crenças de uma rede mais ampla de vizinhos e de influenciar a circulação de boatos laudatórios ou depreciativos, bem como os padrões usados para comparar as famílias [...] dessa forma a ordem hierárquica de uma comunidade, extrapola-se e se valoriza uma configuração que nunca é conceituada e verbalizada no mesmo nível por aqueles que a compõem. Não obstante, essa ordem sempre tem um padrão extraordinariamente firme e definido, como também o têm os atritos que acompanham (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 83-84).

Seguindo os pressupostos eliasianos, podemos pensar em outras formas de falar e agir, sobretudo acerca de outrem. Assim,

Entre outras coisas, algo que está implícito nesta passagem é o fato de que os agentes humanos necessitam de atenção e muitas vezes fofocar é uma ótima isca para obtê-la de outrem. A capacidade de atrair a atenção alheia não é a única força impulsora da fofoca: quanto mais escandaloso o fato narrado enquanto fofoca, mais o enunciador exprime sua adesão às normas consagradas pelo grupo. Relevante é o fato de que as fofocas mais excitantes costumam ser aquelas que mais provocam escândalo e que, portanto, tendem a ter um efeito mais devastador na imagem e no *status* dos envolvidos nos fatos que suscitam os mexericos, com um consequente efeito de desestabilizar e depreciar o seu prestígio [...] Uma primeira aproximação óbvia entre as fofocas são comunicadas, obedecendo a um encadeamento de fatos e eventos numa ordem lógica e/ou temporal capaz de ser enunciada e apreendida pelos ouvintes que as repassam numa cadeia de interdependência, na qual valores implícitos são reiterados e reafirmados (OLIVEIRA, 2010, p. 8-14).

O fato é que Oiapoque agrega uma forma velada de grupos geradores de “fofocas do garimpo” oriundas do “outro lado”. Estas ocorrências cotidianas e sua relação com a clandestinidade na Guiana Francesa é notabilizada pela ausência do irmão de Carlos, ao dizer que “foi pra lá” e o “esqueceu” do lado fronteiro brasileiro. Na contramão, passou a conectar-se com o mesmo utilizando-se, possivelmente, dos precários sistemas de comunicação existentes na época.

Neste sentido, a fofoca é uma forma de narrar, na qual se informa ao interlocutor sobre o comportamento visto como “desviante” de outro agente, ausente à interação previamente configurada. Assim, define-se:

Pode ser narrada na forma de revelação conspiratória e/ou como petisco preambular para desqualificação daqueles(as) que é (são) alvo(s) das chacotas e outras formas de sarcasmo que ela propicia, constituindo-se assim como uma verdadeira arma, dentro de uma determinada rede, para o confisco do prestígio alheio, em contrapartida à elevação do próprio *status* dos que acionam a boataria, uma vez (hipocritamente ou não) expressa, no instante em que é narrada, a adesão dos fofoqueiros aos preceitos e prescrições socialmente sancionadas de forma positiva. Estas características já apontam para a necessidade de se pensar o regime interacional como fundamental para a emergência das relações nas quais fofocas são narradas. É preciso distinguir as fofocas de outras modalidades de narrativas do cotidiano, tais como os rumores, as calúnias, as difamações, os relatos de situações cômicas e/ou embaraçosas, entre outras que podem nelas estar contidas, mas que nem sempre podem com elas se confundir [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Da mesma forma:

A circulação de fofocas depreciativas [*blame gossip*] e auto-imagem maculada dos *outsiders* podem ser considerados traços constantes desse tipo de figuração [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 47).

O mais notório a ser destacado pela fala de Carlos são as impressões genéricas sobre Oiapoque e as mudanças radicais ocorridas em seu espaço social e econômico com a chegada

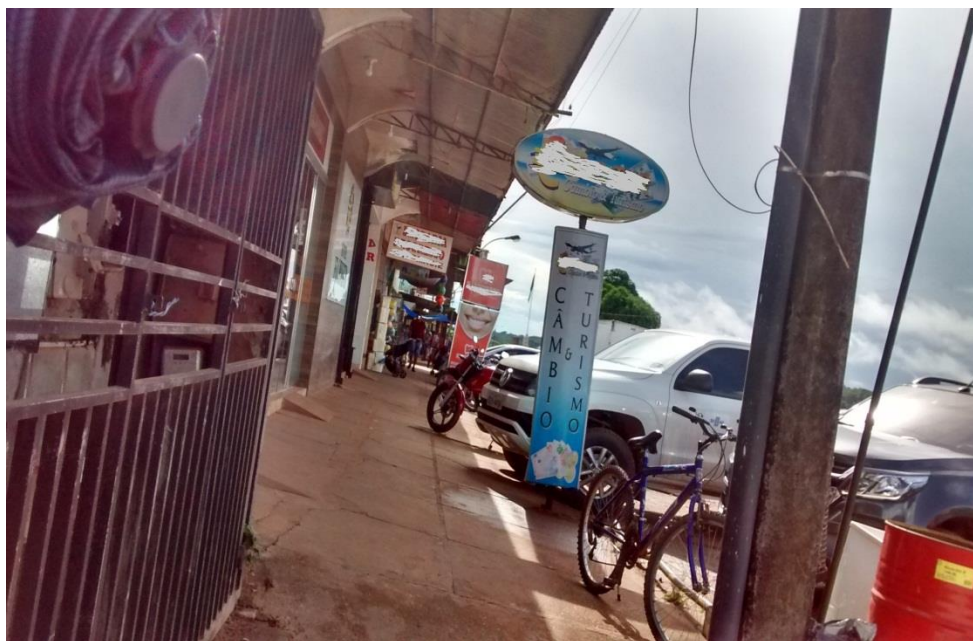
de forasteiros, visando os garimpos do “outro lado” em meados da década de 1990. Como veremos mais adiante, toda a estrutura de interações sociais dos diferentes grupos envolvidos em atividades informais reproduzem a lógica daquilo que em Oiapoque poderíamos chamar de uma mediação de sociabilidade informal, uma das regras para se pensar essa modalidade de disruptura. Sendo a cidade uma síntese deste limite às margens do *front*: como se entra e sai em direção ao “outro lado”? Como veremos a seguir, este conjunto de interações perpassa pelas formas de controle e vigilância dos órgãos fronteiriços, testando lógicas de sobrevivência próprias.

Figura 31: Casa descrita por Carlos e referida como patrimônio material do “Oiapoque antigo”



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 32: Rua de casas de câmbio próximas ao mercado público



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 33: Dia de movimento em rua central em frente ao Mercado Público de Oiapoque



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

4.3 DONAS(OS) DE CORPOS

Os dias continuam muito quentes, já no início de novembro. No segundo final de semana em minha estadia na cidade, carros de som anunciam por todos os lados um grande

evento público em frente ao pequeno estádio de futebol local. No mesmo período, um pequeno circo se instala nas proximidades da área, localizada não muito distante da entrada da cidade. Em poucos dias, geralmente à noite, vê-se aglomeração com as atrações do circo e os festejos que iriam ocorrer, além de vendedores(as) ambulantes espalhados(as) às margens da rodovia.

É possível notar equipamentos de som instalados em um palco de porte médio, atrás da área do estádio. Ao anoitecer, uma variedade de sons em formato *playback* (gravações) são tocadas em volume máximo, atraindo público de toda a cidade. O perfil é majoritariamente jovem e há muita interação ao redor da aparelhagem (designação comum para tais equipamentos de áudio). O tipo de música tocada – e isto demonstra a preferência musical na fronteira – e mais popular neste tipo de festa é o *Melody*, uma mistura do ritmo brega com a música eletrônica.⁴⁹ Bebe-se muito, além de gritos histéricos entre uma música e outra. Noto também, muito barulho com a passagem de motos em alta velocidade próximo ao local, simulando uma competição.

Vou em direção ao centro (Beira Rio) para fazer mais uma rota exploratória da vida noturna. Entre sexta e domingo, o movimento é mais atenuado. Ao me aproximar da Rua Central, logo no início podemos ver uma portentosa igreja evangélica, quase em frente ao popular Bar das Gatonas. Se por um lado o fluxo de fiéis (homens, mulheres e crianças) se dirige ao culto religioso com suas bíblias em mãos, do outro lado da rua, frequentadores(as) conversam, bebem e jogam bilhar em uma mesa na área externa. Ao fundo do bar, vê-se muitas luzes piscando em cores variadas. Há muito lixo nas ruas: latas de cerveja, copos de plástico e filtros de cigarro, além de sacolas com pequenos volumes de entulho doméstico acumuladas.

Resolvo tornar a observação/participação interativa aqui. Passo em frente a um estabelecimento identificado por uma placa luminosa: Bar da Lore. Na lateral, um cartaz adverte: “Proibida entrada de menores de 18 anos”. Na porta, se vê pessoas transitando lentamente sob a supervisão de dois seguranças. Um deles, em posse de um detector metálico e um cassete, faz a vistoria na entrada. Me aproximo e um dos seguranças informa: “Boa noite, hoje tem show”. O salão interno é bem amplo e há um total de oito mesas espalhadas no ambiente climatizado, além de dois banheiros ao fundo e duas mesas de bilhar. Próximo à entrada, fica o bar, funcionando como uma espécie de recepção. Peço uma cerveja e sento em uma das mesas.

⁴⁹ Sobre o tema, ver a monografia de Gabriel Moraes (2012) acerca a expansão do Tecnobrega (em Belém, Pará) e sua variante rítmica conhecida popularmente como *Melody* na região amazônica.

À minha direita, noto um grupo de guianenses e franceses(as), o que parece ser um casal metropolitano com uma amiga e três conhecidos da Guiana Francesa. O clima é de descontração. A música ambiente é o *Melody*, embora tocada em volume razoável. Nas proximidades da recepção/bar, encontra-se uma mesa com cinco mulheres (entre 19 e 25 anos aproximadamente), movimentando seus aparelhos celulares e observando o movimento de clientes. Eventualmente, uma delas se levanta para levar bebidas às respectivas mesas.

Do balcão central, uma mulher de aproximadamente 40 anos distribui instruções aos seguranças e gesticula rapidamente com alguns clientes. Ao que tudo indica, é a proprietária do estabelecimento. Já a tinha visto antes no centro da cidade. As mulheres do recinto estão vestidas com roupas de *lycra* e usando maquiagem bem destacada, o que fica mais perceptível com a iluminação colorida do bar, que produz efeitos distintos sobre a utilização destes produtos de beleza em suas peles.

Pouco depois, um grupo de aproximadamente dez homens chega ao bar. São todos jovens, entre 25 e 30 anos. Pela interatividade com a proprietária, percebo já serem conhecidos frequentadores. Um dos membros chega rente ao balcão, tirando uma quantia em dinheiro do bolso: “Vou deixar a chave e um programa pago!” Na sequência, pega uma ficha e um taco de sinuca e se dirige a uma das mesas de bilhar. Logo, duas meninas se aproximam para compartilhar o jogo. Há uma mistura agri-doce de odores no ar: fumaça de cigarro, cerveja e perfumes de diversas fragrâncias. Embora o bar não pareça estar tão limpo, é possível sentir o cheiro de produtos de limpeza doméstica mesclado a estes odores.

A particularidade apresentada por estes clientes, além de estarem ávidos por diversão, parece ostentar algo sob as numerosas garravas que vão sendo levadas até a mesa. O fato é que neste ambiente, as bebidas são vendidas a um preço bem inflacionado. Entretanto, este não parece ser um problema para o grupo que chegou, mas uma solução. A interação com as mulheres que estão no local, todavia, só ocorre quando a gerente/proprietária sinaliza, através de gestos, que podem se dirigir a um cliente específico.

Tiro meu pequeno caderno de campo da bolsa e uma caneta de forma aparentemente cautelosa. Uma mulher de aproximadamente 19 anos surge de um corredor nas proximidades dos banheiros. Passa pelo salão e faz um cumprimento com o olhar à distância. Logo, volta com um cigarro nas mãos e pergunta-me se pode sentar à mesa. Digo que sim e logo iniciamos um diálogo em tom coloquial:

- Boa noite, tudo bem?
- Tudo!
- Você trabalha aqui?

- Trabalho, mas não é todo dia que eu venho. Na quinta eu não venho, pois meu irmão tá doente, aí tenho ficar com ele.
- Poxa... Vi que você não estava lá com as meninas...
- É porque eu tava ali com meu amigo. Tu paga uma ficha pra mim?
- Ficha de quê?
- Dali da mesa...
- Mesa de bilhar? Quanto custa?
- Cinco reais.
- Certo, mas olha só, gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Claro, se não for incômodo. Mas fique tranquila, não sou policial. Na verdade nem sei se você acreditaria nessa estória, não é?
- Tu quer saber o quê? Eu queria uma dose, tu paga uma dose pra mim?

Sinalizo positivamente e a mesma chama uma colega para trazer o que parece ser um copo de vodka com energético juntamente à ficha solicitada. Bebe rapidamente e se dirige para uma das mesas para jogar com alguns integrantes do grupo de homens recém-chegado. Parece se divertir muito, mas volta e meia olha para minha mesa e sorri. Em torno de 20 minutos volta e termina de beber a sua dose. Começa a gesticular balançando a cabeça, como se estivesse brincando ao som da música:

- Então... Estou fazendo uma pesquisa. Um trabalho sobre a fronteira.
- Hum...
- Você é daqui do Oiapoque?
- Não, sou de Macapá. Tô aqui faz uma semana.
- Eu me chamo Paulo, muito prazer.
- Pode me chamar de Kelly.
- Aquela moça no balcão é a dona daqui?
- Sim, a Lore.
- Aqui parece que vem muita gente de fora, não né?
- É, muita gente vem aí do outro lado. E tu, trabalha com o quê?
- Sou professor da universidade aqui.
- Tu tem cara de professor mesmo. Com esse óculos...

Neste momento, Kelly fica mais à vontade ao saber minha “identidade”. Outra garota se aproxima e comunica: “Tu vai fazer o show hoje”. Ao que parece, uma decisão de Lore.

- Seu show é sobre o quê?
- É show de strip! Mas eu não queria fazer não. Como a gente tem que se hospedar aqui, aí tem que fazer. Só que ninguém sabe que eu trabalho aqui.
- Então sua família em Macapá não sabe, certo?
- Eu tenho que ajudar meu pai e meu irmão que tá doente. Mas eles tão morando aqui. Eu estudo de manhã e só venho pra cá de noite. Meu irmão é deficiente.
- Qual a sua idade?
- Tenho 19.
- Então você dorme aqui e volta pra casa pela manhã?
- Isso. Só que pra gente ficar aqui, a gente tem que pagar. É R\$ 250,00 por semana. Eu divido um quarto com mais duas meninas. Se a gente consumir

alguma coisa por fora, a gente tem que pagar também. Se não for consumido junto com o cliente, é descontado. Mas meu sonho é voltar a treinar com meu mestre, eu já viajei, fui até pro Rio de Janeiro.

- E o que você treina?

- Muai Tai. Já participei até de torneio de MMA, modalidade feminina. Mas se meu mestre descobrir que eu tô aqui, ele vai acabar com a minha carreira. Por isso vou fazer o show usando máscara, só mostrando o olho.

Pouco depois, agradeço a conversa e despeço-me de Kelly. Somos interrompidos um pouco antes, quando a mesma se retira para ir ao encontro de um cliente, possivelmente sob a ordem de Lore. Na saída, um dos seguranças está revistando um jovem, aparentemente suspeito de estar portando alguma arma. Continuo meu percurso pelo centro. Trata-se, obviamente, de um local de prostituição – além de outras formas de negociação também postas de forma subliminar pela postura de alguns clientes. As pessoas pareciam mais relaxadas e descontraídas. Isto se deve ao fato de ser um ambiente fechado, embora não menos visado pelo acesso. Hipoteticamente, o revistamento inviabiliza alguém de adentrar com armas no estabelecimento. Outra questão é que não se fala abertamente sobre prostituição em Oiapoque. Por outro lado, o uso da expressão vulgarmente conhecida como *Ploc* – como vimos inicialmente – é tomada pelo senso comum.

A depoente por sua vez, revela características sobre o tipo de exploração sexual mantida pela proprietária do espaço. Ao mesmo tempo, a luta pela subsistência por parte de uma jovem mulher para ajudar a família não é, seguramente, uma exclusividade daquele espaço. Observando o estilo ostentação dos homens em relação aos corpos das mulheres, fica evidenciada sua relação simbólica com a posse. Esta sujeição às regras internas da casa pela exploração do sexo, não é uma exclusividade do Bar da Lore. É uma consequência dos espaços receptores da cultura garimpeira do “outro lado”.⁵⁰

Posteriormente, ainda reflexivo com essa passagem etnográfica, resolvo percorrer um perímetro mais distante do centro. De algum modo, não havia clareza em certos dias acerca do melhor percurso. Oiapoque demonstrava percalços e ambiguidades, sobretudo, quando percebi que identificar grupos específicos seria um trabalho difícil. Isso ocorre porque os ambientes públicos acabam revelando algo que, contraditoriamente, não pode ser publicizado, embora suas regras internas de funcionamento devam garantir o desenvolvimento de

⁵⁰ Sobre o tema específico da prostituição, indico a tese doutoral da socióloga Osvaldina dos Santos Araújo, intitulada *Frontière en mouvement et échanges econômico-sexuels. Dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, en passant par le Guyana et la Guyane Française* (2017). Sua pesquisa mostra a *Ploc* como uma mulher que negocia o programa sexual diretamente com um cliente, sem intermediação de cafetina/cafetão nas áreas de garimpo.

atividades e práticas comuns ao lugar. Portanto, não havia resistência por parte dos(as) depoentes, mas cautela.

4.4 “VIRANDO O CAVALO DO VINGADOR AÍ PRO OUTRO LADO”

Em uma tarde de domingo, estou indo a um local conhecido como Sítio do Jaime, cuja localização fica um pouco distante do perímetro urbano do centro. O local funciona como uma propriedade no meio de uma área de floresta conservada, atraindo sempre muitos(as) turistas vindos da Guiana Francesa. Durante o trajeto, passo em frente a uma pequena casa de madeira, recuada em uma pequena rua sem asfaltamento. Há um grupo de pessoas dançando e bebendo ao som de uma música similar ao Tecnobrega com um refrão repetitivo, onde se ouve algo aproximado: “Eu gosto é de rapariga/Rapariga é gente fina”.

Uma pequena mesa está posta na porta de entrada, repleta de latas e garrafas de cerveja. Duas mulheres dançam vestidas de short e sutiã e os homens apenas de bermuda e chinelos. Risadas, conversas ininteligíveis e gritos: a cena é um completo carnaval entre supostos amigos(as). A exaltação e a diversão aqui é uma característica não desfrutada pelas mulheres no Bar da Lore, onde o funcionamento do ambiente visa atender exclusivamente às demandas dos homens. Embora a letra da música seja abertamente sexista, não parece haver incômodo entre as mulheres, somando os olhares curiosos de passantes na rua.

Esta conexão entre sociabilidades foi traduzida empiricamente pela depoente de nome Ruth, aproximadamente 45 anos, garçonete do Sítio do Jaime. Como forma de comunicação/interação utilizados no campo, optei pela continuidade do consumo de bebidas alcóolicas para estabelecer as formas mais genuínas de interação nos espaços frequentados. Ruth vem à minha mesa: “O senhor vai querer beber o quê?” Agradei e pedi uma garrafa de cerveja. Como a tarde avançava, resolvi almoçar ali, assim iniciamos aos poucos nossa conversa, sempre intercalada pelo atendimento entre um cliente e outro: “Espera que eu volto já”. Criamos um diálogo e indago acerca da cena vista nas proximidades do Sítio do Jaime. A depoente faz uma observação interessante: “No garimpo é desse jeito”, mas faz uma ressalva: “Só que lá é tudo no ouro: uma carteira de cigarro, uma grama. Um programa, três gramas”. Como podemos observar:

- Porque o cara paga a chave e ainda paga a mulher, né? Aí tipo assim: se você diz que vai dormir comigo hoje, você já paga não pra mim, é pro meu patrão. Paga pra ele é ele que guarda meu ouro [...] Levam as meninas só pra prostituição. Se ela saiu pra ir no barraco, ele tem que pagar pra elas irem no barraco. Aí uma mulher lá, ela tem que aprender a beber tudo que é pra fazer gastamento pra gastar. É ali que ela come, é ali que ela dorme. Tem que pagar a passagem dela que é caro. E quando ela é bonita, que ela é charmosa,

o dono quem come primeiramente é ele. Quem padece é ela, né? Tem que aguentar o homem... Às vezes vem sujo.

- E os caras não tomam banho? As condições de higiene devem ser péssimas...

- Teoricamente... Tem uns que sim e uns que não, né? Tipo, é igual boate. Lá em Pedra Branca do Amapari, conhece?

- Sim.

- Eu trabalhei lá com meu tio um ano e seis meses, depois que eu me separei. Dois anos, aliás. Lá as moças, elas não vestiam roupa. Elas vestiam lingerye. Lingerye não quer dizer que ela tá de roupa! É calcinha e sutiã. Aí você chegava numa mesa, uma carteira de cigarro lá era vinte reais. Você chegava numa mesa, o que ela tinha que pedir primeiro? O que era mais caro! Whisky, ice, vodka... Aí é tipo assim, a mulher tem que dar lucro. Aí o cara ia com ela e já deixava o dinheiro dela com o dono. Porque vai que o cara queira dar calote nela lá dentro?

- E como elas saem do garimpo com seu rendimento?

- Eu acho que corre muito por dentro dos mato. Eu tenho pra mim que é isso aí é bom que paga bem. Mas é muito arriscado, se o gendarmerie pegar... Eu não tô dando passaporte na frente deles... Depende do esquema, né? Uns são burro e outros não. Depende do jeito que eles fazem.

- E quando chegam em Oiapoque? Vendem rápido?

- Por aí tem muito comprador, eu acho.

Ruth destaca outros garimpos em atividade no Amapá, na região de Laranjal do Jari. Segundo a mesma, o transporte até estas regiões é realizado através de aviões monomotores. As viagens levam em torno de uma hora.

[...] Pega voo, vai pro Abacate, garimpo que dá uma hora, uma hora e meia, quarenta e cinco minutos.

- Garimpo legal ou ilegal?

- Naqueles tempo era legal, agora hoje eu não sei como é que tá, porque o ouro tá sumindo. Praí tem muito [aponta para o outro lado do rio Oiapoque], nesse rio aí tem.

- Ali?

- Sim, agora mexe aí pra ver se tu não vai preso.

- Fico me perguntando se o governo francês não faz vista grossa com essa retirada de ouro ilegal no território guianense. Para onde será que vai esse ouro que o gendarmerie pega?

- Fica pro governo. Os caras se mata trabalhando, passando fome, pegando malária, virando o Cavalo do Vingador aí pro outro lado pra chegar na hora... Porque olha, desemprego tá grande. Taxa de desemprego tá alta. Olha, teve uma colega minha que trabalhou, olha ela não chegou nem dois meses, ela trouxe sete mil! Quando que tu vai conseguir antes de três meses sete mil? Me diz? Hum...

- Mas você não acha pouco para todo o trabalho e risco de vida que é tirar esse ouro?

- Mas você não consegue aqui fora. Dentro de dois meses, bem dizer. Consegue?

- Em qual período o pessoal começa a voltar?

- Nessa época aqui, o pessoal fala, época de dezembro, o gendarmerie tão mais visualizado com os cara. Dezembro o gendarmerie fica mais no pé porque primeiro os cara tão tudo varando dentro de garimpo, que passa ano, passa dois anos. Eles querem voltar pra ver a família, quando chega na hora

o gendarmerie [faz um gesto com as mãos, simulando um tapa no ar]. Isso aí fica escondido pelas mata. Fica vegetando.

- Como os caras fazem pra extrair esse ouro dentro da mata?

- Depende do local. Muda muito, é uma veia que chamam. As veiz ela vai assim, ela vai assim [coloca as mãos sobre a mesa e faz uma reprodução imaginária de curvas ou valas em linha reta e seguindo para formas entrecruzadas]. As veiz ela vai de reto, as veiz um pedacinho...

- Como se fossem canais?

- Vão fazendo assim, como é que se diz, tipo quadrado: um aqui, outro aqui, aí tu já anda esse pedaço aqui. Aí tu já anda esse pedaço aqui.

- E se um chegar na vala do outro?

- Se mexer, morre. A lei do garimpo é uma lei, como se diz, do... Como é aquele lugar? Do Tex!

- Não seria Texas? Ou, Tex da revistinha?

- O Tex é o seguinte: o pessoal diz que é uma cidade que já foi sem lei. Tex, a cidade Holiúdi. Uma cidade que tem no Tex. É uma cidade que é sem lei, pistoleiro não tá nem aí. Garimpo é uma cidade sem lei. Todo mundo tem arma... Pra se defender meu amor!

Há elementos de destaque nesta fala conectados ao tipo de sociabilidade encontrado no Bar da Lore, sobretudo em relação à posse do corpo e o ganho financeiro. Uma observação notável: áreas de garimpo nas selvas da Guiana Francesa são comparáveis a um cenário de faroeste? A alusão imaginária ao personagem *Tex* não é explícita, embora em sua fala existam referências deste tipo.⁵¹ É provável que Ruth tenha estado na posição dessas mulheres que vão para atividades de exploração sexual, pois sua narração remete de forma subliminar à região de Pedra Branca do Amapari e ao “outro lado”. O tipo de exploração sexual feita neste universo paralelo ao estado, colocado como regra para qualquer mulher em áreas de garimpagem, é uma relação de apropriação do corpo.

Se, possivelmente, locais que exploram pessoas pelo viés sexual – independentemente do gênero e/ou orientação afetiva – usando os mesmos dispositivos de controle (baseados em uma relação capital/acumulação), consolidam o ouro: quanto maior sua busca e valor agregado à mercadoria (corpos explorados em uma atividade fim), maior o sistema de desigualdades geradas por essa apropriação/objetificação do corpo, assim:

No conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos-mercadorias aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho [...]. (MARX, 2017, p. 119-120)

A relação estabelecida com a ideia marxista refere-se ao tipo de exploração capitalista – ou sub-exploração – inserida em espaços sem controle do Estado. Ou seja, o corpo passa a

⁵¹ *Tex*, também chamado *Tex Willer* ou *Texas Kid* é um personagem de banda desenhada (literatura de quadrinhos), criado por Gian Luigi Bonelli (1908-2001) e Aurelio Gallepini (1917-1994). Sua primeira aparição em uma publicação do gênero ocorreu em 1948. Disponível em: http://www.universohq.com/quadrinhos/2010/n10022010_06.cfm. Acesso em: 2 maio 2020.

ter um valor simbólico absoluto. O garimpo ilegal produz impactos sociais e econômicos não apenas no seu entremeio de fronteiras humanas (MARTINS, 1997), mas em todas as redes por ele afetadas, além de ser um território paralelo. Em Oiapoque, a expressão usada por Ruth para descrever as entradas e saídas dos locais clandestinos de garimpagem, é conhecida por varação. A sobrevivência física possui menos valor, se comparada ao enriquecimento súbito que os(as) varadores(as) acreditam poder alcançar. Aqui, diferentes agentes ligam-se ao *Ethos* que, potencialmente, pode vir a unir grupos heterogêneos para este fim. Todas(os) passam a adotar procedimentos comuns, como portar armas de fogo. Dessa forma, pistoleiros, atravessadores(as) de mercadorias ou pessoas envolvidas com prostituição passam a compor redes integradas.

Dois dias após nossa conversa, regressei ao Sítio do Jaime para outro diálogo que seria realizado em formato de entrevista semi-estruturada, mas fui informado pela proprietária que Ruth não estava: “não veio hoje”. Acabei consumindo um pouco de bebida, desta vez, sob olhares atentos de um segurança do estabelecimento. Assim como no exemplo de Carlos, começava a ter uma percepção geral das adversidades – ou, possivelmente, uma insurgente precaução dos(as) *insiders* – na fronteira a partir de suas falas e lugares simbólicos, assim:

[...] a estigmatização dos outsiders exhibe alguns traços comuns numa vasta gama de configurações de estabelecidos-outsiders. A anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes ser feita; constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 30)

A recepção das palavras é uma prerrogativa tendenciosa, quase sempre atribuída à posição do pesquisador. Naturalmente, supunha que a depoente estava usando uma fala substitutiva do universo garimpeiro. Os detalhes sobre a forma como o corpo das mulheres é explorado, assim como a possibilidade de ganho fácil são artifícios de que sua imagem no campo sociológico seria desconsiderar o caráter científico das perguntas/respostas com base na apresentação do contexto.

O ambiente, assim como o escopo de relações é familiar à depoente, entretanto, ambíguo para um ouvido externo ao contexto. Em nenhum momento, por exemplo, Ruth perguntou sobre minhas origens. Afinal, só será dito aquilo que for necessário a quem não se conhece, considerando a regra comum da fronteira oiapoqueense com o “outro lado”: não se deve perguntar de onde veio, afinal, quase todas(os) são *transeuntes* em certa medida quando tratamos de uma fronteira.

4.5 “É DADO, É ROUBADO”

Durante a estadia na fronteira, passei a frequentar um pequeno bazar nas proximidades da BR-156, estabelecimento que fornecia durante a semana, refeições como café da manhã e almoço. O proprietário é Seu Pedro, 75 anos e antigo vendedor de mercadorias nos garimpos da Guiana Francesa, residente em Oiapoque há mais de vinte anos. Segundo o mesmo: “Sou cearense, mas quando vim pra cá, vim do Maranhão”. Eu já o conhecia desde 2016, quando residi em um prédio residencial nas proximidades de seu bazar. Sua vivência na garimpagem traz à tona um aspecto interessante, um código de ética/valor entre aventureiros:

- O senhor trabalhava levando mercadorias para o garimpo?
- Eles compravam de mim e iam embora lá pra dentro. Eu vendia tudo. Só não vendia o que fosse proibido enviar. Coisas dos hómi eu não vendia... Só não vendia ilícito. Era clandestino, mas era mercadoria lícita.
- Deu pra ganhar um dinheiro?
- Não, eu praticamente terminei de pagar as contas que eu devia [...] Fiquei seis anos [fala um pouco lento, pois estávamos almoçando]. Foi ficando mais ruim, tava dando pra pagar só combustível. Despesa, aluguel, comida...
- Lá tudo é movido a combustível?
- É, no diesel. Cada bico de luz naquele tempo era uma grama de ouro por mês.
- É difícil investir aqui fora? Os caras conseguem?
- Muito pouco [...] Pegava na gafiera quebrando tudo. De tá farreando e dando pros outro. Lá fazia e aqui eu vi. Olha professor: tem um pé inchado que bebia por essas berada, aí um tempo esse cara desapareceu [...] Com seis meses ele apareceu. Um pouco magrelo, de barba, roupa toda suja. Aí olhei pra ele: tu tava pra onde? “Tava pro garimpo”. Pro garimpo? “Arranjei uma besteirinha por aí. Me arranja que amanhã eu te pago”. Graças a Deus eu tinha, não vivia muito aperreado. Dei pra ele. Aí sumiu. Saiu pelo rio bem ajeitadinho pra ir pro cabaré. Aí perguntei: e aí fulano, que tu fez? “Eu arranjei umas micharia pra lá. Fiquei seis meses trabalhando, mas eu cheguei aqui na berada com 950 gramas.” Não era de espantar. Pra mim não, porque já tinha ouvido falar de gente que arranja com dois, três meses esse dinheiro. Eu disse: o que tu vai fazer? Ele disse: “Vou pra Santarém comprar uma máquina e vou trabalhar no garimpo”. E por que tu não compra essa máquina aqui? “Não, em Santarém é mais barato e tal e tal”. Olha, mas se tu vai pra Santarém e gastando com hotel e tal e tal. Fazer despesa com essa máquina. Se tu comprar essa máquina aqui tu volta logo. Pode ser mais caro, quatro, cinco mil real... Mas tu volta logo e vai trabalhar. “Vô compra em Santarém? Vô amanhã”. Como é que tu vai fazer esse negócio? “Não, já vendi o ouro, dinheiro tá na mão”. Na mão? “Vendi 950 gramas, gastei 50 gramas essa noite”. Eu digo... Olha, não era de admirar gastar 50 gramas de ouro não. Eu disse: porque tu não bota esse dinheiro no banco e não vai comprar essa tua máquina? Lá tu trás a máquina, saca o dinheiro e pega. Aí tu leva o dinheiro. Tava com 900 gramas de ouro [...] Vamos falar que na época a grama fosse 50 mil real. 45 mil. “Não, eu levo o dinheiro no meu bolso”. Tu vai ser roubado! “Não, não, não!” Me disse isso nove horas da manhã, aí não vi mais ele. No outro dia de manhã ele chegou. Bêbado nas máquina, não foi na viagem. Dormiu, passou a noite, amanheceu bêbado, no outro dia de tarde ele veio me pedir dinheiro pra comprar uma carteira de

cigarro Carlton. Não passou três dias pra ele acabar com esse dinheiro [...] É dado, é roubado.

- Voltou sem nada para o garimpo?

- Voltou liso de novo. O garimpeiro, quando ele se julga garimpeiro... Ele tem uma, como eu vou dizer a palavra... Ele tem assim um conhecimento de ajudar o outro garimpeiro. Se você for um garimpeiro e tiver brechado na berada e quiser comer: “Fulano, paga um almoço pra mim?” Tu não tem dinheiro? “Não”. Toma 100 real. Lá na frente vem o outro e diz a mesma coisa. Garimpo é um lugar que você não pode cobrar ninguém.

- Então o senhor fez muito isso?

- Não, eu nunca fiz. Mas vi muitos fazer [...] Eles faz até hoje. Depende se conhece o garimpeiro. Eu digo isso porque eu comercializei ali embaixo e conheço a história todinha.

Em meio à nossa conversa/entrevista, somos interrompidos por um transeunte que de passagem pela BR-156, resolve pedir dinheiro a Seu Pedro. Volta-se com olhar severo ao desconhecido: “Vai trabalhar, rapaz! Caba novo desse com dois braço e saúde pra achar serviço!”. Notadamente, uma situação singular que se repetia ali, a repetição da experiência fronteiriça. Alguém que já esteve (ou está) envolvido com a cultura da garimpagem parece reconhecer um(a) semelhante.

O encerramento desta fala é convergente à descrição de Ruth sobre “Tex, a cidade Holiúdi”. Como referência ficcional e inconsciente da depoente, ambos colocam a questão da lei garimpeira: cada indivíduo assume o *status* de autoridade total. Sua arma, sua lei. A ideia de que “não se cobra ninguém” é a própria incapacidade de coesão entre essas pessoas. Este garimpeiro genuíno, existente na fala de Seu Pedro personifica a síntese desta fixação única, quase fatídica e irrestrita para conquista do Eldorado imaginário. Ou seja, se posso ganhar tudo, não tenho nada a perder.

4.6 “TU NÃO PODE CONFIAR EM NINGUÉM”

Dias depois, estava almoçando no mesmo local. Como de costume, à procura de novas(os) depoentes. Sempre aberto ao longo do dia, o estabelecimento de Seu Pedro (ou venda, como se diz em Oiapoque) era parada obrigatória de transeuntes de diversos lugares da cidade para suas refeições diárias. Faço meu pedido e acomodo-me à mesa. Na sua extremidade, havia um homem esperando por sua refeição. Estava com um aspecto de cansaço físico e bebia água em uma garrafa de plástico velozmente, quase que derramando sobre a roupa. Notei que sua pele estava bronzada, como se estivesse passado dias intensos de exposição ao Sol.

Iniciamos um diálogo sobre a “eventual ocorrência” daquele dia. Tratava-se do fluxo de carros do Exército e Polícia Federal circulando na cidade. Este, obviamente, era o pano de fundo para o início de uma conversa. Gesticulava e falava com os olhos abaixados, nunca

olhando diretamente, fazendo-me supor estar preocupado com algo. O identifiquei como Homem de camisa azul. Tinha entre 45 a 50 anos. De camisa, bermuda e chinelos parecia ter vindo de algum lugar há poucos dias. Disse estar “esperando um amigo vir do garimpo com um ouro que era seu”, mas contou ter sido traído por alguém que achava ser de “confiança”.

- Rapaz, no garimpo tu vai com um sonho na cabeça e volta com um pesadelo no bolso. Tu não pode confiar em ninguém!
- Como vocês fazem para passar os dias? Falo, tipo de moradia...
- Barraco feito com madeira e coberto de lona. Aí tem motor de óleo pra luz. Tem chuva que vem e derruba de cem árvore duma vez. É aventura! Tu entra na varação pra dentro dos mato. Tem vez que tu anda oito hora dentro do mato carregando um carote de 45 quilo. Fica em um, depois tira tudo, vai pra outro... Fica morando no mei dos mato. Gendarmerie num pode pegá.
- Muito complicado pra chegar?
- De lancha, canoa, barco grande, levando até mais de cinco mil quilo. Sai pelo rio e chega no Oceano, perto de Paramaribo. Tem é muito barco que afunda. Quando a maré tá alta dá cada banzeiro! Vai muito de noite, que é mais difícil do gerdarmerie pegar. Tem é muitos que vão e ficam 10,15,18 ano aí dentro. Não volta porque tem mais de 30 homicídio. Eu conheci muitos...
- Você chegou a andar armado?
- Tem muitos ano que eu ando no garimpo e nunca precisei usar revólver. Ninguém é amigo de ninguém aí dentro. Tem muitos que vão pra se esconder aí no outro lado. O que mais tem! Às veiz o cara é valentão no mato, mas aqui na rua é medroso. Mas aí o caba vai e fica. Aí o tempo vai passando... Eu acho que o mais valioso não é ouro. Tem cerâmica, pote de barro, panela... Dos preto antigo. Tem vez do caba tá no meio do mato e escutar os preto cantando. Acho que é por conta da senzala, né? Quando tu vai ver não tem ninguém. Pensa até que é disco voador, mas não tem nada. Aí tu vai ver não tem ninguém. Agora onça tem muito... Traíra [peixe], cumbúia [serpente, cobra]. Uma vez eu tava no córgo enchendo o carote de água e eu vi uma onça pertinho... Atrás do mato, em riba, mexendo as orelhinha igual gato espiando pro bote. Peguei o facão e batia nas galha, fazendo barulho e dava uns grito. Aí ela ficô girando, dando volta. Eu fui me afastando e aí corri. Corrida de 45 minuto pra mais... Ela podia tá me seguindo ainda.
- E o gendarmerie, como eles chegam até lá?
- Gendarmerie desce numa corda de helicóptero. Eles faiz é explodir as máquina e destruir os barraco. Toca fogo em tudo.
- Mas são violentos com vocês?
- Não, gendarmerie não bate. Eles só pegam o que tiver e destrói. Comida, roupa, o que tu tiver no barraco. Aí o pessoal foge pra dentro dos mato e volta depois pra arrumar em outro lugar.
- Então muita gente perde o ouro dessa forma?
- Tem muitos que pega ouro e gasta lá mermo. Com droga, bebida. A maioria.
- Pelo que você está falando são garimpos diferentes?
- Hi, são muitos. Abre, fecha... Tem o Três Pistão, Corrêo, Chumbo Grosso...

Ao concluir sua refeição, entremeada entre goles de água, o homem de baixa estatura levanta-se. “Deixa eu ir ali, tudo de bom!” Paga sua refeição a Seu Pedro e sai a passos

rápidos ao longo da BR-156. Como mais um(a) entre vários(as) aventureiras(os), sua dispersão pela fronteira é recriada neste fluxo ida/volta entre limiar e *front* (ÁGUAS, 2017). O perfil de garimpeiro nato reflete a forma como estas áreas clandestinas são exploradas: este *habitus* garimpeiro cria uma diáspora entre nômades, ora disputando a posse do ouro ou realocando-se em meio à selva para abrir novas frentes de expansão ilegais, vivendo da imprevisibilidade. Notadamente, a localização dos garimpos nunca é explicada com exatidão, sendo um ponto geográfico impreciso. Ou, como sugere o *depoente* Carlos: “tipo os coiote que levava o povo pelo Oceano”.

A própria constituição urbana de Oiapoque – com suas estâncias e quitinetes – projeta-se como um reflexo da garimpagem vivenciada no “outro lado”. Como observado pelas falas de Carlos e Ruth, essas pessoas regressam à zona fronteira em períodos determinados do ano. Mas como também ilustra a fala de Seu Pedro, todo o ganho de meses até, pode ser gasto em poucos dias ao chegar à Oiapoque. Na Beira Rio, nas cercanias do Mercado Público podemos encontrar esses *transeuntes* (em sua maioria homens) à espera da próxima embarcação ou “coiote”, para regressar a outros garimpos.

Estas pessoas também são conhecidas localmente como *brefados* ou *nóias*. No primeiro caso, atribui-se o indivíduo que ao gastar todo seu dinheiro oriundo da garimpagem, passa a viver nesta pequena área da cidade temporariamente. Os *nóias* são mais conhecidos entre catraeiros e representam o grupo dos consumidores(as) de drogas ilícitas, sendo bastante estigmatizados por garimpeiros exitosos.⁵² Esta relação entre improviso e aventura nos modos de sobrevivência, dificulta mecanismos jurídicos de controle fronteiro por parte do Estado. Se analisarmos a fala do Homem de camisa azul, essa dificuldade de fiscalizar a fronteira está relacionada à imprecisão de dados oficiais sobre o quantitativo demográfico preciso destas populações vivendo na Guiana Francesa. A ideia de permanência indeterminada nos garimpos ilegais torna factível sua fala: “Não volta porque tem mais de 30 homicídios”.

4.7 POPULAÇÃO FLUTUANTE

Em julho de 2018, durante uma consulta a órgãos jurídicos na fronteira, como Polícia Federal e Fórum Estadual de Oiapoque, contatei a advogada Aline Santos, 27 anos, lotada à época no Fórum como defensora pública. Os *transeuntes* das áreas de garimpagem são

⁵² *Nóias* são comumente vistos fazendo pequenas atividades informais na Beira Rio em troca de dinheiro para consumo de drogas ilícitas. Uma destas atividades, por exemplo, é conseguir passageiros(as) para pirateiros que estejam viajando com destino a Macapá. Eventualmente, também atuam como pescadores na região.

denominados aos olhos da lei como população flutuante.⁵³ Em um caso particular, Aline traz em seu relato o caso de uma mulher que buscou os serviços públicos do Fórum para obtenção do registro de nascimento do filho que a acompanhava:

- Ela chegou e disse que queria tirar o registro do filho dela. E era grande o menino, tinha uns três anos. Aí perguntei: por que ele não tem registro de nascimento? Aí ela disse: “Não, é porque ele nasceu no garimpo”. Ela não disse exatamente aonde era esse garimpo na Guiana, mas eu acho que é o Anahi [...] “Não, é porque eu passo muitos anos no garimpo e não sei o que mais”. E o menino bem nutrido, bem cuidado e com um colar de ouro, que é bem peculiar. Ele ficou achando meio estranho. Ela disse: “É que ele fica no mato, nunca veio na cidade. Não come mingau, essas coisas, come é carne de caça. Nunca estudou”. Disse que o menino nunca ficava doente e que tem uma saúde muito boa, nunca tinha ido ao médico [...] Ela disse que igual a ele há muitas crianças no garimpo com 10 ou 11 anos que para a sociedade não existem estatisticamente. Aí perguntei: a senhora mora onde? “Ah, eu moro em Macapá. Não, é porque eu tenho uma casa em Macapá, aqui é só de passagem”. Mas tu estava no garimpo ou estava em Macapá? O moleque nasceu pra lá Como ela mora pra essas bandas de garimpo... Vila Brasil, tem o Camopi. O menino fica de boa. Ela disse que ele não toma remédio. Aí eu conversando mais com ela, ela disse: “Olha, mas tem crianças mais velhas, 10, 11 anos no garimpo”. Formalmente nunca existiram.

- São pessoas que não existem!

- Aí tu tem que procurar a justiça praticamente, para comprovar essa situação.

- E para estas pessoas requererem a situação legal (cidadania), como fazer? Como o Estado procede?

- Assim, tem um procedimento no cartório, que é o registro tardio. Mas esse procedimento aqui no Oiapoque não aceitam. Quando é questão do garimpo, se nasceu lá, eles cortam logo. Aí já mandam logo pra Defensoria. Que é pra comprovar toda a situação que acaba demorando muito. E a criança registra, mas demora. É muito normal, já conheci várias pessoas aqui sem registro. Acontece também de gente não ter documento, porque vai pro garimpo e leva tudo. Aí o gendarmerie acha e queima tudo. Aí voltam pra cá... Comumente eles vem depois de serem expulsos. Na Guiana Francesa, se achar prende, se sabem que é brasileiro, devolvem pra cá. Documentos queima tudo, equipamento... Mas tem muita gente que não tem documento por causa disso. Às vezes, acontece da pessoa ser maranhense, tu vai ver a pessoa não tem documento em canto nenhum.

- Existem dados mais ou menos precisos sobre estas pessoas sem documentos?

- Não, porque eles aparecem do nada, não tem documento. Eu conheci um senhor que estava há mais de 10 anos sem documento nenhum aqui. Aí perguntei pra ele: tá, mas cadê seu documento? “Ah, porque eu morava no garimpo, o gendarmarie queimou tudo”. A gente fica até em dúvida sem saber se a pessoa está falando a verdade. Mas você percebe, né? Muitas pessoas aqui que vivem na ilegalidade, sem declarar nada, pois não declaram renda. Aí tem muita gente vivendo com base na ilegalidade, como clandestino... Só que antes era mais. Eu ouvi falar assim, que em 2005 era muito garimpo. Foi uma data específica que me deram.

⁵³ Segundo Aline, nos documentos judiciais expedidos pelas Varas Cível e Criminal em Oiapoque, o uso do termo comum para transeuntes da garimpagem é população flutuante. A depoente autorizou a divulgação de sua identidade para esta entrevista.

- Desses garimpos, quais os mais falados?
- Um dos mais falados é o Anahí. Eu já ouvi falar muito desse, mas tem outros também. Mas eu ouço falar mais que é ali do outro lado. “Ah, eu vou pro garimpo do outro lado”. Onde que é? “É perto do Suriname”, outros “não, é um mais ali”, só que eles não falam exatamente onde é que fica. Agora assim, o que eu ouvi falar que em 2005 tinha muito garimpo, que a cidade estava mais desenvolvida nessa questão de dinheiro. Rolava muito dinheiro ilegal aqui, né? Tráfico de ouro. Daí praticamente o gendarmerie não batia muito em cima deles. Aí depois, com o tempo, o gendarmerie foi tomando conta da situação. Hoje em dia, tá rolando menos ouro aqui. Muita gente foi embora, já. Agora o que eu já ouvi falar de muitas pessoas é que aí dentro é uma cidade: você encontra tudo e de tudo. Até cerveja. Só que cerveja eles tomam quente mesmo, porque não tem como esfriar. É uma cidade dentro de uma mata, onde tu não vê carro, essas coisas, mas tudo gira entorno do ouro. As prostitutas falam: “Ah, é cinco gramas o programa”, é tudo no ouro.
- Você vê Oiapoque como uma extensão desses garimpos?
- Eu acredito que Oiapoque vive, respira muito garimpo, mas antes era mais. Agora a questão de ter Vara Federal, universidade, tá mudando um pouquinho. O ensino muda as pessoas, então essa questão de vir gente de fora para ensinar ajuda [...]. Eu já vi uma situação que eu fiquei perplexa. Era um menino problemático, dando problema aqui, né? Até respondeu processo por aqui, infracional. Aí o que fazer? Mandaram o menino pro garimpo. Era menor, tinha 17 anos. A família não sabia o que fazer e aí mandaram pro garimpo. Aí eu vi o pai dele um dia desses aqui preso. A gente acaba por conhecer as pessoas, cidade pequena. Aí outra coisa, no garimpo rola muita droga. Não tem muita perspectiva do que eles fazem, vão pro garimpo. Então o garimpo é meio que uma fuga, uma forma de arrumar dinheiro. Agora assim, o que eu escuto muito falar, que hoje em dia não está tendo movimento pra garimpo porque o gendarmerie pega e queima tudo, são expulsos [...] O gendarmerie já chega queimando tudo sem saber o que está acontecendo [...].

Em uma pesquisa apresentada como tese doutoral na Universidade de Toulouse (França), intitulada *Fronteiras em movimento e intercâmbios econômico-sexuais. Dinâmica de mobilidade de brasileiras no Suriname, trânsitos na Guiana e na Guiana Francesa* (2017), a socióloga Osvaldina dos Santos Araújo perfila o trajeto de rotas garimpeiras através do comércio sexual em quase todo o Platô das Guianas. A fala sobre aspectos gerais da garimpagem descritas por Aline permite constatar que a Guiana Francesa não seja a única região absorvida com o fluxo clandestino de pessoas rumo ao “outro lado”:

A vida na floresta não é fácil, e, quando o assunto eram os garimpos na Guiana Francesa, os brasileiros eram unânimes em afirmar que lá os perigos são muitos, porque além de situados em locais de difícil acesso, são clandestinos. Há grande número de assaltos, praticados por grupos formados por brasileiras ou por brasileiros [...] as armas de fogo são comuns [...] e as pessoas desconfiam de tudo [...] Um dos riscos nas terras francesas é ser descoberto pelos *gendarmaries* [...] Além do perigo de morte pelo alto número de armas de fogo mencionado pelos homens e mulheres entrevistados que circulavam em áreas de garimpo da Guiana Francesa,

nesse território acontecem acidentes com transporte em canoa nas áreas de difícil navegação, que podem resultar em mortes, uma vez que muitas pessoas não sabem nadar [...]. (ARAÚJO, 2017, p. 326-330)

Este tipificador social mostra uma parte da Amazônia agregando o que a depoente Aline caracteriza aos olhos das autoridades amapaenses como população flutuante entre as selvas nos territórios guianense, surinamenho e franco-guianense. Embora o mote central de seu trabalho seja uma economia da prostituição nestas regiões em locais específicos de garimpagem, seu trabalho de campo mostra os condicionantes de violência como demarcadores sociais para identificar certa hierarquia e posição entre os dominantes e/ou dominados nas rotas de garimpagem.

A autora aponta que milícias como *Noirs Marrons* (na tradução livre, “Pretos Marrons”), andam armados e impõem a ordem no garimpo (com maior atuação no Suriname), trabalhando como uma espécie de polícia local. Em geral, isto se deve a atuação de gangues especializadas em roubar ouro de terceiras(os), assim como de mulheres envolvidas com a prostituição. As gangues são compostas de brasileiros(as) e membros de outras nacionalidades.

A fala de Aline por sua vez, atesta que o “outro lado” baseia-se em uma configuração sócio-econômica complexa e heterogênea. Não seria um erro inferir que “cidades na selva”, sustentadas pela extração ilegal do ouro, atraem toda ordem de fugitivos(as) que embrenham-se nas matas de muitos destes garimpos, deixando para trás a identidade do Estado e criando sociabilidades paralelas. O exemplo do menor de idade infrator “exilado no garimpo”, parece ser um dos casos mais emblemáticos dessa naturalização da violência fronteiriça descrita pela advogada.

Concluindo, é necessário observar e compreender que a lógica do “passaporte queimado” nas áreas de garimpagem é produzida pela relação de tensão social entre transeuntes e o governo francês, especificamente pelo corpo militar denominado *gendarmérie*. A utilização da faixa fronteiriça terrestre serve apenas como um mero entreposto entre Oiapoque e o “outro lado”. Esse perfil de trânsito é denominado pela justiça local como população flutuante, formando um contingente paralelo nas áreas de garimpagem ilegal na Guiana Francesa.

Figura 34: Chegada de militares a bordo de helicóptero em garimpo ilegal nas selvas da Guiana Francesa



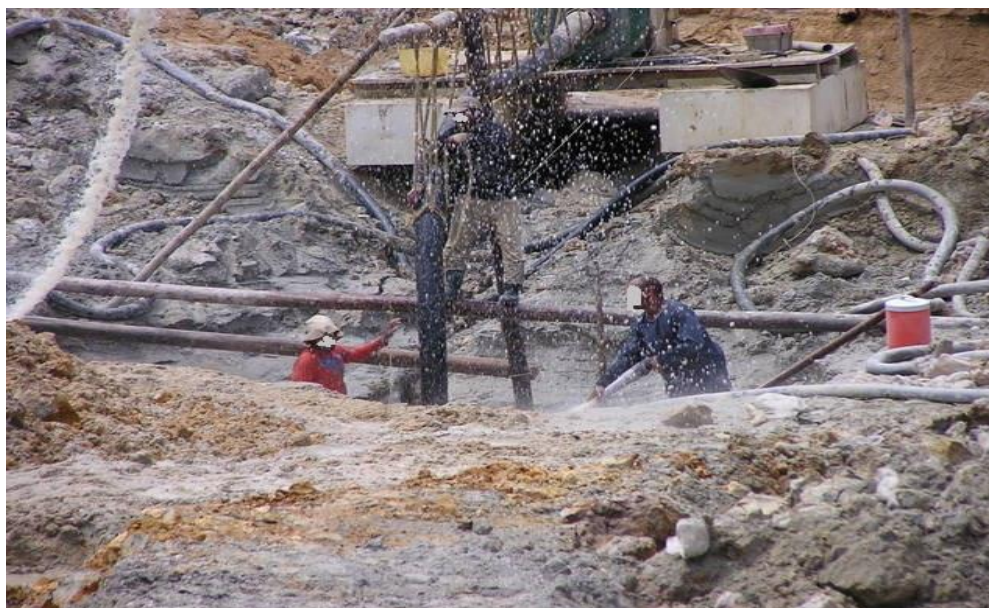
Fonte: Selesnafes (2015)

Figura 35: Embarcações levam militares do corpo *gendarmerie* através do Rio Oiapoque



Fonte: Sudoest.fr (2019)

Figura 36: Garimpeiros utilizando maquinário para extração de ouro na Guiana Francesa



Fonte: Salesnafes (2015)

Figura 37: Garimpeiros utilizando máquinas para extrair ouro em mina ilegal na Guiana Francesa



Fonte: Iranflores (2012)

CAPÍTULO V: NINGUÉM QUER FAMA EM OIAPOQUE: BANALIZAÇÃO HUMANA DO “OUTRO LADO”

Uma esfera econômica de interconexões não surge exclusivamente, como às vezes se supõe, pelo fato de terem os seres humanos que satisfazer sua necessidade de comer [...] Uma das precondições da economia no sentido humano é o caráter singularmente psicológico do controle comportamental humano. Para que surja alguma forma dessa atividade econômica, é essencial a intervenção de funções superegóicas ou prescientes que regulem as funções instintivas elementares do indivíduo, sejam estas o desejo de alimento, proteção ou qualquer outra coisa (ELIAS, 1994, p.36).

Se as notícias ou narrações obtidas com os(as) depoentes descrevem essas variadas situações relativas à sobrevivência na garimpagem, é preciso compreender que transeuntes em Oiapoque estão associados(as) direta/indiretamente as atividades do “outro lado”. Se nestes garimpos, muitos(as) são enterrados anonimamente, fazendo com que Oiapoque “respire” garimpo, tanto Aline ou Carlos, apontam datas específicas para o auge da corrida do ouro, similar à memória de Dona Neuri. Ou seja, entre meados da década de 1990 até o início dos anos 2000. Por outro lado, não existem dados quantitativos ou demográficos precisos sobre esta população flutuante. Vários vídeos e fotos que circulam pela Internet (a maioria gravados em aparelhos celulares) retratam estas áreas, mas sem registro oficial e localização.

No trabalho de campo, precisamente após o segundo mês, constatei que pequenos roubos e até homicídios na cidade, só são revelados através daquilo que Elias e Scotson (2000), tratam como fofocas depreciativas, criadas para esta finalidade e narradas na forma de uma revelação conspiratória (OLIVEIRA, 2010). Estas fofocas surgem e operam socialmente para favorecer *insiders* que não podem ganhar visibilidade do público em geral. E isto se deve à lógica da ilegalidade fronteiriça. Um caso lamentável ocorreu em fins de novembro: um jovem de 19 anos foi morto por agentes policiais, embora ninguém com quem obtive contato na cidade, aparentemente, soubesse de maiores detalhes acerca do episódio. Sou informado por um colega da universidade que o “garoto pisou no lugar errado”.

No fim de semana, estava sentado à beira do alpendre da quitinete que aluguei, tomando café, enquanto Antônio inspecionava uma troca de telhas em um dos cômodos vagos. Dava suas coordenadas rigorosamente enquanto um homem fazia o trabalho de manutenção.

- Antônio, ficou sabendo da morte do garoto na sexta?
- Sim, ouvi falar... Mas olhe, vou te dizer uma coisa: vai ver o que esse cara fazia? Bandido não combina com máfia. Na máfia os caras não querem ter dor de cabeça com bandidagem, assalto, essas coisas. Máfia não trabalha com bandido. No Principado de Mônaco [França], lá dentro, se tu roubar qualquer coisa, um furto sequer, tu tá fudido.

- Você acha que a morte dele pode ter ocorrido por ter violado algum código de máfia local?
- Olha, quando você vê uma coisa muito organizada, muito certinha, é porque a corrupção opera em silêncio. Nem a polícia se mete. Aqui nessa terra de ogros, tudo funciona do mesmo jeito.
- Máfia para dar uma aparência de normalidade?
- Na Europa por exemplo: Finlândia, Suécia, Noruega, Suíça... Ali tem muita máfia. Na Sicília, por exemplo, tu tá fudido se for um calhau!

Já havíamos conversado sobre a Itália – Antônio contou ter viajado por quase toda a Europa, passando períodos mais longos na Alemanha e Itália. Também gostava de Artes Plásticas, do Renascimento e Barroco, além de ser um entusiasta de Tarantella (estilo de dança/música popular italiana). Curiosamente, quando conversávamos sobre estes assuntos, sempre fazia alusão memorável ao interior italiano, disse ter visto pessoalmente esculturas e quadros de grandes artistas. “A Torre de Pizza é uma das coisas mais lindas que já vi”. Nossas conversas eram entremeadas por espasmos de ira quando se dirigia ao “evangélico” que estava fazendo a manutenção no telhado do cômodo. Às vezes mudava de assunto, como se estivesse tentando esconder sua frustração na fronteira: “Mas olhe onde estou, neste calhau, nesta terra de ogros. Na verdade, isso aqui nem é Brasil. E agora tendo que lidar com esse ogro que joga a telha no chão e não avisa”.

Também contou sobre a Sicília (Itália) e um romance com uma siciliana, que segundo o mesmo, era filha de um chefe de máfia local, conhecido como Padrino Don Giuseppe. O que me parecia conveniente com sua explicação inusitada sobre “*máfia versus* bandidagem”:

A siciliana me apresentou pro pai dela (ele quis me conhecer) e não é que o velho gostou de mim, rapaz? E o cara falava inglês e tudo: “Olha filho, aqui a gente trabalha assim. Se você quiser casar com a minha filha, tem que saber como nós trabalhamos”.

Antônio também revelou ter descendência italiana por parte da mãe. Dizia que sua experiência adquirida como investigador de polícia em São Paulo o ajudou a entender melhor o “Oiaploc” (trocadilho pejorativo usado pelo mesmo para referir-se às mulheres da cidade). “Tu é que não sabes, até essas plocs daqui andam armadas”. Havia algo simplista na fala de Antônio, condicionada a um tipo de estrutura peculiar, baseada em comentários ou narrações propositadamente criadas para este fim.

A invisibilidade dos crimes em Oiapoque sugere complacência automática por parte de seus disseminadores(as)? Ou estariam sujeitos a uma lógica de controle da fala? Em minha memória, por exemplo, o Mercado Público e a Beira Rio pareciam conectar-se a todos estes problemas de manutenção da ilegalidade sócio-econômica que faz Oiapoque “respirar garimpo”, servindo como extensão desse contexto. Ou seja, possíveis máfias ligadas a este

circuito interno de tráfico de ouro, pessoas, drogas ilícitas e até grupos especializados em assaltos, torna-se um entremeio para outros Oiapoques, sendo mais convergente pensar um caminho sociológico nestes termos.

Dos poucos homicídios ocorridos na cidade entre 2015 e 2017, a naturalização da morte, assim como criminalização das vítimas era quase unânime. Por outro lado, nunca tive a intenção de enveredar pela Sociologia da Violência na pesquisa, o que traria problemas, acredito, mais complexos em se tratando de depoentes. Isto se explica pelas abordagens diretas do encontro/fala e o estabelecimento de laços confiáveis por parte dos entrevistados(as), automatizando um tipo de estado de vigília permanente. Por sua vez, Lahire (2004) trata conceitualmente/empiricamente desta relação como pontes do indivíduo colocadas na surdina:

O complexo jogo da possível ativação/vigília das disposições incorporadas (mais ou menos coerentes entre si) é condicionado pela existência de todo tipo de existência diferentes, do ponto de vista do capital econômico e cultural, ligadas à divisão social e sexual do trabalho, à autonomia das esferas de atividade e/ou dimensões da prática [...] ou diferenciações sociais ligadas às posições e papéis que cada indivíduo ocupa nesses diferentes universos, esferas, domínios e contextos de interação [...] As disposições em estado de vigília, as “mortes sociais parciais” (Goffman pensava em termos de papéis e não de disposições) são muito difíceis (do ponto de vista mnemônico) ou muito dolorosas de serem evocadas, e o pesquisado pode realizar a “naturalização de seu percurso”. Operar por anamnese a lembrança da pluralidade das escolhas possíveis e das indecisões do passado é tomar consciência da existência de disposições, inclinações, competências que foram colocadas em estado de vigília e que nos fazem lembrar que a vida poderia ter sido totalmente diferente (LAHIRE, 2004, p. 36-37).

Neste caso, as disposições são estruturas cognitivas que orientam e/ou determinam a forma como os indivíduos se relacionam em dado contexto. Temos assim, alguns auxiliares da memória local, regional, como a *mmemónica*, sempre associadas a uma informação pessoal, trazendo a relevância da fala. Penso que esta seja a diferença fundamental entre a obtenção de um relato que sustente apenas a perspectiva de um viés memorialístico ou pautado em um aspecto da Tradição Oral.

O homem que estava trabalhando sob a supervisão de António, traz uma experiência limite em sua vida como alguém que vivenciou a cultura garimpeira. Já passava das 13h30 e como de costume, o Sol estava muito forte. Neste momento, faz uma pausa para descansar e beber água. Senta-se pensativo, demonstrando interesse em nossa conversa acerca da morte do jovem. Notei que tinha algumas cicatrizes no rosto e, embora disse ter 38 anos, aparentava ser mais velho. Em certo momento, olha reflexivo para o chão, como se estivesse lembrando

de algo. “Ninguém quer fama em Oiapoque”. Este *depoente* foi identificado como Evangélico, trabalhava como servente de pedreiro e disse ser residente no bairro Infraero.

- Você, por acaso, também já esteve no garimpo?
- Já. Passei um mês no garimpo aí do outro lado...
- Qual deles?
- No Bom que dói.
- Como foi sua experiência por lá?
- Eu tava em Macapá e um amigo me chamou pra trabalhar lá. Disse que ia pegar um barranco lá [local de extração de ouro]. Mas não deu pra tirar nada.
- Muita gente explorando ouro no lugar que você estava?
- No garimpo, às vezes, tu não sabe. Tem muitos que vão só pra se noiá, pra roubar, aí fica difícil. Nessa brincadeira o gendarmerie me pegou. Aí voltei pra Macapá. Puxei sete anos lá no presídio. Mas lá me apeguei na fé [neste momento cita um provérbio bíblico]. Cheguei lá, aí os caras me respeitavam, fiz amizade com um irmão lá [membro de alguma religião neopetencostal]. Aí ele perguntou: “Qual teu artigo?” Aí eu disse... Mas aí todo dia eu pedia pra Deus me tirar de lá, se ele me tirasse, nunca mais eu voltava pro garimpo nem ia fazer coisa do inimigo. Abria a palavra e chorava, pedia pra Deus mudar minha vida. Se ele me tirasse de lá, eu ia trabalhar só pra Deus e minha família.
- E quando isso ocorreu?
- Foi em 2012. Nesse tempo mataram um gendarmerie lá. Mas eu sei quem foi. Era o grupo dele [cita o nome do suposto responsável pelo crime, assim como os nomes dos outros integrantes]. Não vale a pena tu ir pro garimpo. Aqui no Oiapoque tinha bando que ia pro outro lado só pra roubar ouro dos outros.

Antônio entra na conversa neste momento e pergunta sobre um indivíduo conhecido como Pássaro Azul, o que me parecia ser uma informação adicional para o diálogo:

- Não, esse aí não conheci. Tinha o Olho de Onça aqui no Oiapoque. Mas aí mataram ele.
- Por causa do ouro?
- Foi acerto. Os caras pegaram ele. Tinha outro bando inimigo dele. Ele era conhecido lá no outro lado.

Embora não tenha entrado em detalhes sobre os acontecimentos de 2012, Evangélico parecia ter informações consideráveis acerca desse cotidiano ilegal no “outro lado”. A fala sugerida pelo Homem de camisa azul de que “é valente no mato, mas aqui na rua é medroso” nos faz pensar na lógica do “passaporte queimado”. Uma vez que suas identidades são perdidas, tanto no âmbito jurídico quanto no que concerne as relações de origem, o(a) ex-cidadão/cidadã nestas configurações, passa a compor uma rede paralela de sociabilidades – um conjunto de disposições de perfis ligados a população flutuante.

5.1 “ESSE FICOU PRA HISTÓRIA”

Antônio recebeu uma visita em meados de dezembro de sua companheira, que trouxe uma amiga. Esta depoente é identificada aqui como Rosilene, 40 anos, natural do estado do

Maranhão e residente em Macapá. Durante alguns anos esteve em áreas de garimpagem na Guiana Francesa, onde conheceu o ex-companheiro, morto em uma disputa de ouro na área que explorava. Inicialmente, Rosilene havia sugerido uma conhecida de Oiapoque que “possuía experiência” em garimpos da região e seria útil para a pesquisa. Porém, ocorreu algo similar ao que havia proposto com o depoente Carlos inicialmente: a partir de um contato, angariar outro. No dia e horário combinado, sua amiga não compareceu.

Rosilene, por sua vez, demonstrou interesse em uma entrevista. Embora bastante desconfiada com minhas explicações acerca do trabalho, passou a contar histórias avulsas do período em que esteve no garimpo. Porém, após alguns dias, acabei me dando conta que “conhecida” se tratava da mesma. Deduzi que fosse algum subterfúgio para lidar com a possibilidade da entrevista naquele momento. Assim como ex-marido que fora morto no “outro lado”, disse ter “comido do pão que o diabo amassou” para conseguir alguma coisa em termos financeiros. Sua vivência no universo da garimpagem também não me foi revelada nesta conversa/entrevista, embora desse muitos detalhes sobre o uso de drogas ilícitas e a dificuldade das “mulheres de boate” em sair das áreas com segurança.

- No garimpo é só gente ruim que vai pra lá. Muita gente ruim. Tem muita gente de fora no garimpo.
- Se alguém ficar devendo, não é possível cobrar certo? [recordando da fala de Seu Pedro].
- Não, se for uma pessoa assim... Tu cobra, né? Mas se tu tiver um conhecimento tal com a pessoa tu cobra. Agora só se a pessoa tiver alguma richa, alguma coisa assim, pra matar. Mas eles matam brincando.
- Você chegou a passar por essa experiência? Pessoas morrerem na sua frente?
- Morrer? Sim. Mas assim, de chegar e atirar na minha frente eu não vi. Eu tava no barraco, mas assim, de repente eu ir lá e ver o corpo. Corpos caído dois assim... Dois rapaz na boate. Outro rapaz, um senhor vindo de viagem, acho que atiraram nele, deram teçadada nele [o mesmo que facão, teçado]. Assim, pedindo água no chão. Vi outro que chegaram e atiraram nele, mas ele não morreu, o cara sobreviveu... Ele foi pra Vila Brasil. Levaram ele pra Vila Brasil, ele não morreu, todo atirado. Ele tava deitado na cama dele, chegaram assim atirando. Cedo da noite, sete horas.
- Da pra imaginar a quantidade de pessoas que perdem a vida dessa forma...
- Vixe... Teve uma morte muito feia lá, de uma mulher e um rapaz. Esse ficou pra história, esse que aconteceu lá.
- Tiroteio?
- Eu não fui ver... Eu não gosto! Mas todo mundo foi ver, atirando nela, a morte dela. Todo mundo assim... Assistir! Fizeram assim de malvadeza. Não chegaram só assim e ficaram atirando nela não. Fizeram assim, maltraram ela. Ela e o rapaz.
- Foi vingança?
- Foi, porque ela trabalhava pro cara e ela traiu o cara. Tavam dizendo que ela arrumou uma casinha pra roubar o ouro dele. Ela trabalhava numa cantina. Lá tinha ouro e tudo. Aí ela e o rapaz que trabalhava com ela. O

rapaz era bem novinho. Eles fizeram uma casinha pra pegar o cara, pra roubar o cara. E mataram. O rapaz matou o homem.

- Então o menino matou, mas ela que planejou...

- Foi. Ele era muito conhecido, o corpo dele veio aqui pro Oiapoque. Aí o pessoal fizeram vingança. Assim, o pessoal de dentro do garimpo fizeram vingança, gostavam muito dele. Aí o rapaz falou que foi ela que tinha mandado, só pra roubar o ouro dele. Aí foram lá no barraco, ela tava arrumando as coisas dela pra ir embora e não deu tempo de fugir. Foi muito feia a morte dela. Ela custou morrer. O rapaz amarraram ele... O cara que matou ele eu conheço, né? Amarraram ele e depois atiraram nele, ele amarrado. Assim, o dela não. Dela, humilharam ela, fizeram ela correr, saíram atirando nela, ela não morreu fácil. Ela correndo e muita gente atirando. Não era só uma pessoa atirando... Aí o Zeca, eu conhecia, era o maior pistoleiro que tinha lá, era do Maranhão. Chegou e falou assim: “Por que ela não morreu?” Diz que atiraram nela... Eu não fui ver, eu ouvi os tiros, era durante o dia, muita gente tava olhando. Mas eu não fui, não gosto dessas coisas. Eu nem assisti, eu não gosto nem de assistir morte no celular... Mas só ouvi os tiros de lá. E quando me chegaram me contaram. Aí ela correndo e o pessoal atirando. Chega a mão dela assim de bala, pegava na mão dela, chega a mão dela ficou pendurada. Aí ela foi e falou bem assim: “Não atira na minha cabeça!” Aí foi e atirou na cabeça dela. Ela morreu. O pessoal fala... Que tem gente que tem oração [...] O pessoal achava que ela tinha algum tipo de oração, porque a mulher não morria, atiravam nela e a mulher não morria. Quando foi pra atirar, o Zeca atirou.

- Um linchamento à bala...

- Aí pegaram os dois corpos, fizeram um buraco e colocaram os dois corpos, num buraco só. Nem ficou profundo... Ficou um buraco assim, meio... Não ficaram bem enterrados. E ficou por isso mesmo... O rapaz bem novinho.

- E a família dela?

- Aí a família não sabe, né? Porque morreu e não chega notícia. Não sabe, nem onde ela tá. Aí ficou por isso mesmo [...] É terra sem lei. Tu anda em cima de cova. Tinha um caminho por cima de cova pela mata. Eu não sabia. Sabe quando a terra tá bem fofa, aquela terra bem viva assim? Aí eu, égua, pensava que era bicho que cavava, né? Aí meu marido falou assim: “É cova!” Aí não queria passar mais por lá, tinha duas covas. Uma vez eu fui passar de noite, sozinha. Quando eu fui passar por cima da cova, minha lanterna caiu...

- Imagino seu desespero!

- Eu fiquei procurando a lanterna em cima da cova. Só pra tu ver que era terror. Tu só sabe porque fica um volume de terra. Morreu, né? Só faz enterrar e pronto.

A banalização da vida humana é uma resposta à própria incapacidade reativa do Estado de estabelecer não apenas uma política pública destas fronteiras, mas conter a chegada massiva dessa composição demográfica “inexistente” no território guianense. A vida em uma área de garimpagem torna-se banal não apenas pela ausência de políticas sociais que visem combater a entrada ilegal de pessoas, mas sobretudo, pela permanência de um espaço colonial em desuso ainda mantido pelo governo francês. Espaço este que se contrapõe à organização das sociedades amazônicas da contemporaneidade. Assim,

Entre Caiena e Paris inexistia controle de bagagem pelo simples fato de combinarem esta última possessão francesa em terras continentais como rota interna. Companhias aéreas e empresas de navegação transportam para a Europa pequenas quantidades de pedras preciosas de grande valor, ouro e drogas com inacreditável silêncio das autoridades francesas nessa Amazônia, ainda parte do seu espólio colonial. A administração francesa tampouco livrou essa herança napoleônica da ação dos narcotraficantes, dos madeireiros, dos garimpos e de outros agentes da degradação ambiental. Isso ensina que os problemas amazônicos jamais se esgotarão com a transferência da soberania passa as mãos dos países centrais [...] Em Caiena, sente-se a subversão da economia paralela fomentando o processo de integração num espaço colonial inteiramente *démodé*. Graças a essa subversão, intensificaram o intercâmbio e o fluxo de pessoas. Cresceu o comércio e ampliou-se a presença de brasileiros. O número desses compatriotas envolvidos nas diferentes etapas da economia informal corresponde ao aumento da presença do crime organizado europeu na sociedade amazônica. Tida ainda como um pedaço do velho mundo nessa parte do globo de florestas vivas, nessa colônia são as redes do crime que a livra do seu ostracismo sociopolítico [...] Sem intenção de criminalizar a diáspora, precisa lembrar-se de milhares de brasileiros abandonados da sorte, sem as vantagens da cidadania em seu país natal, espalhando-se pela Guiana Francesa. Sem estatísticas confiáveis para dizer se são vinte ou trinta mil, o certo é, destacada parte deles lá procura ouro e diamantes para máfias europeias com negócios em Amsterdã, Antuérpia, Palermo e Marselha (PROCÓPIO, 2007, p. 102-103).

A ideia perpetrada por António sobre o exemplo de máfias operando como cartéis em Oiapoque (com diferentes possíveis atividades), sendo um entreposto entre Brasil e Guiana Francesa, é uma constatação cotidiana do que encontramos na fronteira. Por outro lado, tudo que ocorre neste espaço colonial da América do Sul é invisibilizado internacionalmente no âmbito de suas rotas internas. Se estamos falando de contrabando de ouro, as áreas clandestinas de garimpagem surgem como reservas secundárias, porém, essenciais para os projetos de mineração autorizados pelo governo francês, que também usam agentes para uma exploração paralela.

A periferia da extração mineral aponta para as dificuldades de fiscalização governamental francesa. Esse mecanismo opera aos moldes coloniais em uma rota marítima e aérea acordada entre *metropolitains* e *créoles* através de uma relação assimétrica e neoliberal. Neste âmbito, Procópio (2007) discute a rota legal/ilegal interna como uma estrutura colonialista, fazendo da Guiana Francesa uma área satélite estratégica do tráfico internacional de minérios de alto valor, sendo Oiapoque a cidade do limiar e do *front*, criando novas configurações destas relações econômicas e sociais ligadas ao “outro lado”.

Por sua vez, a barbaridade do crime descrito por Rosilene – feminicídio com requintes de crueldade –, um linchamento à bala realizado por vários homens armados e convictos de sua impunidade nesta “terra sem lei”, revela uma dimensão da existência humana

desconhecida por todas(os) aqueles/as desconhecedores(as) do cotidiano garimpeiro. A permanência de uma política interna (isolamento) entre metrópole/colônia aos moldes contemporâneos, onde pessoas exercem atividades ilegais de toda ordem, coloca o governo francês como cúmplice da violência (assim como o brasileiro) por sua ausência de responsabilidade em relação a estas pessoas que vivem à própria sorte nas áreas de garimpagem. Podemos observar,

A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional: 1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) Seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional”. Se como afirmara Marx “um país se enriquece às custas de outro país” igual a “uma classe se enriquece às custas de outra classe”, em muitos Estados-nação que provêm da conquista de territórios, chame-se Impérios ou Repúblicas, a essas duas formas de enriquecimento juntam-se as do colonialismo interno [...]. (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 432)

No âmbito de uma discussão sociológica, precisamos questionar a manutenção de um espaço dessa natureza em meio a culturas amazônicas, sobretudo por seus impactos sócio-ambientais. Entrementes, não existe uma entrada/saída exclusiva para acessar estas áreas de garimpagem (por sua configuração de ilegalidade), pois as minas podem ser desativadas pelo governo francês circunstancialmente, conforme a presença regular da força militar *gendarmarie*. As rotas são feitas pelo rio e os pontos de acesso até os garimpos podem levar dias andando floresta adentro. Estes caminhos de variação, realizados por vias clandestinas, surgem na fala do depoente Carlos como coiotes.

Neste espaço colonial paralelo, cria-se uma realidade infra-colonial, onde toda gama de violências são praticadas por pessoas vivendo à própria sorte. A garimpagem ideal torna-se uma exploração terceirizada do ouro, pois em algum momento serão interceptadas e

confiscadas pelos *gendarmeries*. Por outro lado, pistoleiros, traficantes e milícias como os *Noirs Marrons*, descritas por Araújo (2017) caminham lado a lado nas selvas franco-guianenses e surinamenhas, atuando como máfias do ouro. Essa complexa relação produzida pelo colonialismo contemporâneo, articula-se diretamente com diferentes rotas entre Cayenne e Paris.

Nos dizeres simples do Homem de camisa azul, “se noiá” (uso de drogas ilícitas) no garimpo também é uma ponte de acesso para aquisição de armas de fogo, configurando outras formas de tráfico que adquirem conexão econômica e não despertam interesse em termos de fiscalização por parte da administração colonial em Paris. Assim, outras modalidades de atividades ilegais surgem nesta corrida do ouro. Segundo Albuquerque (2005), tal situação de deslocamento fronteiriço não permite, dentro de seus limites políticos de Estado, classificar esta população flutuante como estrangeira, dada sua ausência de pertencimento pela lógica do “passaporte queimado”.

O jovem assassinado em Oiapoque, assim como a mulher executada barbaramente por vários disparos, exemplificam estas imbrincadas relações internas que visam manter o funcionamento da fronteira e seu “outro lado”: seja por intermédio da vingança, da honra ou afrontamento puro e simples em um contexto onde a vida não possui qualquer valor.

O que se configura é uma construção local sobre códigos de conduta internos, próprios à Oiapoque: se alguém é executado, a repercussão dada ao ocorrido jamais poderá ter a dimensão policalesca da lei, da mesma forma que o sentido de justiça em atender às aclamações públicas favoráveis às vítimas, não deve ter notoriedade. As fofocas depreciativas, como aponta Araújo (2010), são narradas e consolidadas no sentido de atender estas conectividades ilegais, amorfas à realidade cotidiana aparente da cidade com o “outro lado”.

O fato é que todo(a) aquela(e) que violar essas intermitências fronteiriças deverá ser responsabilizado(a) e eliminado(a) em concordância às suas estruturas de invisibilização/aniquilamento. Um exemplo claro desta culpabilização seguida de punição é a execução dada à mulher assassinada em uma área de garimpagem do “outro lado”. A própria repercussão criada em torno do crime hediondo: as condições assimétricas de gênero e posse material na garimpagem não permitiu negociar de sua vida. O contrário ocorreu com o corpo do vitimado pela mesma, transladado para Oiapoque.

Aqui, em uma referência ao pensamento filosófico de Hannah Arendt (1906-1975), na perspectiva da condição estatal, cabe dizer que se estruturam neste cotidiano disruptor, uma

plêiade totalitária – ou produtora de totalitarismos em escala assimétrica – pela convivência deste universo colonial interno, imerso em uma “terra de ninguém”, ou como “Tex, a cidade Holiúdi”, como uma representatividade memorial da depoente Ruth. Ou seja, na periferia do sistema colonial capitalista francês, o faroeste amazônico reina absoluto no século XXI. E isto revela a problemática central da condição política guianense:

As modernas condições de poder, que, exceto para os Estados gigantes, transformam a soberania nacional em pilhéria, junto com o advento do imperialismo e dos movimentos de unificação étnica, foram fatores externos que solaparam a estabilidade do sistema europeu de Estados-nações. Nenhum deles adviera diretamente da tradição e das instituições dos próprios Estados-nações [...] (ARENDT, 2012, p. 302).

Neste caminho, precisamos ter clareza da situação que coloca a ideia de soberania estatal como um entrave à sociedade guianense, incapaz, em certo sentido, de poder decidir e resolver suas demandas internas (sociais e econômicas), baseada no *status* de Departamento Ultramarino ainda mantido sob a região. O que torna mais difícil administrar o controle de suas fronteiras com o vizinho brasileiro. Por outro lado, defendo que o Estado democrático não exclui o caráter colonial e predatório em seu formato capitalista, diferindo das experiências nazi-fascistas do século XX apenas no critério ideológico e sistema de governo.

5.2 “O COMPANHEIRO CHEGA AQUI E DIZ QUE ELE MORREU”

No decurso de meu itinerário em campo, deparo-me com algumas tentativas frustradas para obtenção de novas entrevistas. Em dado momento, transitando pela Beira Rio, Mercado Público e Praça Central, deparo-me com chuvas do chamado inverno amazônico, intercaladas pela umidade e calor intenso. Volto ao restaurante Colar de Prata sempre muito frequentado. Mas para cada retorno, as composições étnicas eram bem variadas.⁵⁴ Esta percepção também se deve ao fato de que acabei frequentando menos o local por conta do bazar de Seu Pedro, até por ser mais próximo do local em que eu estava. Pessoas de países asiáticos (talvez chineses e coreanos), assim como guianenses e os metropolitanos(as) regulares ocupavam maior parte das mesas em certos dias da semana, como sábado ou domingo.

Entre os meses de dezembro e janeiro, há um fluxo menor de pessoas transitando pela cidade. O que possivelmente se deve ao retorno de muitos(as) transeuntes oriundos do “outro lado”. A probabilidade de encontrar os(as) depoentes iniciais tornava-se ainda mais remota, portanto, necessitava de novas fontes. O fato é que estes outros “Oiapoques”, submersos em

⁵⁴ Observei, de fato, que este estabelecimento concentra uma maior circulação de *transeuntes* – genericamente falando – além de guianenses e metropolitanos(as). Frequentei o estabelecimento toda semana e nunca presenciei uma clientela estável, havendo alternância rotineira de pessoas em uma composição cultural diversificada (chineses, haitianos(as), europeus em geral, além de brasileiras(os) de outras regiões do país).

códigos aparentemente visíveis, só eram perceptíveis no campo a partir de gestos e olhares no processo de interação por onde eu andava. Minha presença em qualquer lugar era sempre muito notada. Por outro lado, entendi que esta regra não se aplicava com exclusividade a um único pretense forasteiro, como vimos no terceiro capítulo.

No caso de Cayenne, por exemplo, a relação observável entre guianenses e metropolitanos(as) era distinta do que pode ser encontrado em Saint-Georges de l'Oyapock, a pequena cidade na fronteira vizinha, que mantém uma maior circulação de brasileiros(as) em seu perímetro. No horário noturno de Cayenne é possível observar pessoas circulando livremente pelas ruas, consumindo *cannabis*, particularmente em esquinas, onde outras negociações de sociabilidade são observadas. Os restaurantes do centro concentram uma quantidade maior de *metropolitains*. Porém, neste espaço da zona administrativa da cidade, o *creòle* é uma língua aparentemente menos falada. Tal movimentação é mais frequente neste período, já que a cidade relativamente monótona durante o dia, torna-se menos atrativa aos recém-chegados da França continental.⁵⁵

A interatividade distanciada entre *metropolitains* e guianenses em Cayenne, não é diferente do que vemos no Brasil. Nos restaurantes da capital administrativa, os grupos permanecem divididos(as) pelas fronteiras de seu colonialismo interno. Há menos brasileiros(as) transitando por essa parte da cidade. A referência do depoente António sobre a Favela da Matinha como um espaço de brasileiros(as) ilegais vai ao encontro da lógica do “passaporte queimado”, traço característico da população flutuante que passa a ocupar áreas periféricas da cidade sem qualquer vínculo estatal, mas ligadas diretamente às rotas clandestinas da garimpagem.

Recordo em certa ocasião de António ter dito que “ambiente é o espelho da alma”, ainda imprimindo sua visão particular sobre Oiapoque. Se estamos falando de um espaço de muitas fragmentações sociais, podemos constatar que a linha tênue entre este espaço público/privado tende a se confundir com as formas de sobrevivência encontradas, tendo como ponto de referência o “outro lado”. O reflexo dos modos de ser em Oiapoque pode ter um sentido diferenciado por parte de alguns(as) estrangeiros(as).

Em meados de novembro quando circulava pelo centro, nas proximidades da Beira Rio, sou surpreendido por um homem idoso, cadeirante, que solicitando ajuda para descer uma calçada, cumprimentou-me em espanhol, identificando-se como um transeunte peruano.

⁵⁵ Entre 2016 e 2019, fiz algumas viagens à Cayenne, capital administrativa da Guiana Francesa. Algo que chama atenção na cidade é seu aspecto colonial na arquitetura, similar ao que se pode verificar em regiões de Ásia e África no início do século XX.

“Estoy con mi madre”. Parecia muito satisfeito em estar ali. “Gusto conocerte. Acá és una tierra muy hermosa”.⁵⁶

De passagem acabo parando para almoçar no restaurante Colar de Prata e deparo-me com uma mulher de aproximadamente 70 anos, vestida com cores vermelhas, pulseiras e um adorno na cabeça. Logo descobri que se tratava de uma personagem conhecida na cidade. Já a tinha visto anteriormente, mas nosso primeiro contato ocorreu de fato durante a realização da pesquisa.

Tratava-se de uma contadora de histórias, ou como preferem os(as) estudiosos(as) da chamada tradição popular, uma repentista. Estava com um ar de preocupação e cansaço e acabara de finalizar sua refeição. Tentei inteirar-me do ocorrido e a mesma fez uma importante revelação: naquele dia, soube que o filho quase morrera em um garimpo do “outro lado”. Fiquei surpreso com a informação e perguntei se podíamos conversar – dentro de suas limitações ao tratar dos acontecimentos, evidentemente – pois seu depoimento seria riquíssimo para o trabalho. É identificada aqui como Dona Onete. “Me falaram hoje, ele quase morreu dentro do buraco”.

- Seu filho estava dentro de um buraco?
- Aí ele começou a passar mal, deu um vulcão lá dentro...
- Vulcão?
- É um excesso de cheiro!
- Um tipo de gás?
- É uma coisa de ferro véio. É um gás, um cheiro de coisa estranha, que mata a gente mesmo lá dentro.
- Embaixo do buraco?
- Sim, embaixo do buraco. É porque ele mexeu na corda... A menina me disse hoje. Mexeu na corda ligeiro. Aí eles puxaram, quando ele chegou lá já tiraram ele segurando na corda já quase pra cair.
- Ele ficou amarrado na cintura?
- Isso, quando ele chegou, já tiraram ele na mão. Jogou ele lá, bêbo, bêbo sem vê o mundo. Ali pode jogar uma galinha, pode jogar um porco que morre. Pode jogar qualquer coisa que morre e ele tava lá dentro.
- Isso foi aí na Guiana?
- Foi. Não tem quem morra antes do dia! Agora cada qual tem seu tipo de morte. Ninguém morre antes do dia, tudo é na hora certa. Aí quando tu vem com ouro, os ladrão toma, mata... Só na sorte de Deus mesmo.
- Muita sorte para sair vivo de lá!
- O companheiro chega aqui e diz que ele morreu. Que se perderam... Um corre pro lado. Porque na hora que vem o *gendarmarie*, pode vir dez juntos. Aí cada um corre pra um rumo. Aí tu vai ver não se encontram mais.
- Agora ouvi dizer que os *gendarmarie* não agridem ninguém.
- Não, eles só faz tomar o ouro. Aí eles fica mermo.
- A senhora é daqui do Oiapoque mesmo?

⁵⁶ O fluxo migratório de transeuntes peruanos(as) é o maior na fronteira franco-brasileira segundo dados governamentais. Disponível em: <https://www2.unifap.br/geografia-oiapoque/files/2019/10/Banner-Ramon-e-Adriano.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

- Não, sou do Maranhão. Nasci numa cidade chamada Nova Iorque no Maranhão.
- Fica perto de onde?
- Eu não sei lhe explicar... Fica ali na região de Buriti Cupú, nessa região. Fica perto de Imperatriz... Mas o nome da cidade que eu me criei é Gonçalves Dias [nome de um conhecido poeta brasileiro]. O Maranhão é bem grande. Sinto muita saudade, mas não tenho família aqui e meus filhos só é homem. Não tenho filha mulher. Homem é diferente...
- A senhora deve ter muitas recordações de Oiapoque nesse tempo!
- Nesse tempo aqui era muito sofrido. Não tinha carro. Chovia muito... Passava quase oito dias pra chegar em Macapá. A maior luta, dificuldade. Aqui não era assim não. Aqui era território de gente imigrante, de gente sofrido. Agora o Oiapoque era bom pra gente vender. Garimpeiro chegava na banca da gente: “Bota a comida todinha aqui”. Aí a gente botava e eles comia acolá e o resto eles deixava! Botava o dinheiro na mesa e não sabia calcular nem o preço. Aquilo ali a gente ajuntava e tornava a vender pra outra pessoa.
- Há quanto tempo foi isso?
- Tem 22 anos... Garimpeiro apaixonado em voltar pro Maranhão, o dinheiro que eles gastavam todo aqui nos brega. Nesse tempo aqui tinha muito, como diz, boate! Hoje em dia não tem mais. Aí eu cantava [...] Eles chorava... Hi, os garimpeiro chorava demais. Aqui tinha muita droga, muita malandragem... Tinha muita droga nesse tempo, agora é que não tem. Agora tem mais é escondido da polícia, de primeiro essas polícia. Todo mundo era dono de si [...] (Dona Onete, aposentada, 75 anos).

O pano de fundo social que podemos ler aqui, também se coaduna com as estruturas assimétricas e de gênero, encontradas nas relações de garimpagem entremeadas pela fala da depoente. O fato de “não ter filha mulher” representativamente, é a constatação social da ordem fronteira: quanto maior o isolamento, somada ao contexto de práticas ilegais imersas nos territórios desconhecidos da colônia francesa, mais desigualdades nesta perspectiva assimétrica de gênero.

Os exemplos personificados nas vivências das depoentes Kelly, Ruth e Rosilene, demonstra que nas rotas da garimpagem as mulheres assumem a secundarização desta cadeia de informal de exploração. Como já vimos, essa estrutura parte de uma divisão do trabalho neste contexto capitalista periférico e aprofunda-se nas rotas ilegais da população flutuante. Os crimes cometidos na periferia deste sistema colonial, sequer são identificados por organismos internacionais relacionados aos Direitos Humanos, assim como do próprio governo francês. Atividades criminosas estas, que também estão relacionadas ao rapto e ao tráfico de pessoas. A utilização de seus corpos é mais uma moeda de troca para ser adquirida, utilizada e eliminada nas áreas de garimpagem.

É notável perceber como a situação do filho, relatada por Dona Onete em um encontro fortuito, revela empiricamente as circunstâncias que envolvem a relação entre a vida e a

morte: o banal é o cotidiano. Além disso, todo o esforço hercúleo pela apropriação do ouro se consome em uma prática hedonista, uma experiência fugaz e passageira, aliada a possibilidade de gastos excessivos. Parte do dinheiro angariado com a venda de ouro é gasto com drogas ilícitas e bebidas alcoólicas. As mulheres são inseridas como “mercadoria a peso de ouro” no vício do “garimpeiro forrado” como citam alguns transeuntes na região.

Um exemplo do que transcorre em Oiapoque e que parece impor essa lógica, foi uma abordagem que presenciei – entre outras que podem ser observadas entre a Beira Rio e o Mercado Público, assim como nos hotéis – na entrada de um pequeno mercado local (normalmente conhecidos na cidade como mercearia). Ouvi de uma mulher, cerca de 30 anos, ao sair de um estabelecimento se dirigir a um funcionário: “Aqui é só duzentos pra cima, bebê!”. O mesmo responde da seguinte forma: “Eu quero é ver, bóra por cem”. Saiu a passos curtos fazendo um gesto de deboche.

Este tipo de violência que pode ser presenciada na rotina fronteiriça, instala-se pela via do que Araújo (2017) classifica como *suggling*, termo utilizado pela autora em sua obra para referir-se a contrabando e tráfico de imigrantes, assim como seu viés de exploração sexual. Entretanto, a zona periférica deste colonialismo interno sugere especificidades com o espaço fronteiriço de Oiapoque. A naturalização de práticas inerentes ao espectro da prostituição torna o cotidiano assimétrico e violento, sobretudo, para as mulheres.

5.3 TALHERES NA MESA

Outro exemplo se deu com um depoente que casualmente estava almoçando no estabelecimento de Seu Pedro em uma tarde de sexta. Frequentemente, mototaxistas, taxistas ou caminhoneiros de passagem aportavam às margens da BR-156 em seu estabelecimento. Neste dia, as mesas estavam mais cheias do que de costume. Acabo sendo convidado a juntar-me à mesa por um homem de aproximadamente 35 anos e com um sotaque de alguma região do interior do estado de Minas Gerais ou São Paulo. Estava trajando um colete da cooperativa dos mototaxistas da cidade.

Em pouco mais de vinte minutos de conversa, observo uma descrição pessoal de andarilho e viajante, típico dos perfis fronteiriços. Identificado como Fernando, disse ter nascido no Maranhão, mas tendo passado parte da vida adulta viajando por diferentes lugares do país. “O lugar que eu mais me dei bem foi em São Paulo”.

- Então você morou por lá... Seu sotaque lembra o paulista do interior.
- Eu nasci no Maranhão, mas sai de lá com 17 anos. Rodei muito, trabalhei no Mato Grosso. Aí depois eu fui pra São Paulo. Trabalhei de motorista e numa fábrica. Aí um cara me convidou pra ser sócio dele numa firma. Deu

pra ganhar um dinheirinho bom nesse tempo... São Paulo se você sabe trabalhar é lugar bom pra ganhar dinheiro.

- Mas aí você resolveu voltar?

- Rapaz, por mim eu tava até hoje lá. O cara que era meu sócio ficou me devendo quando a empresa fechou. Era mais de vinte mil. Aí ele disse que não ia pagar e tal e tal... Me ameaçou e tudo! O cara com a cabeça quente só faz merda. Fiz justiça com as minhas mãos. Pois é, agora tô aqui.

Neste momento, fiquei por algum tempo reflexivo. O silêncio que estabeleci com o final desta fala só era interrompido pelo ruído dos talheres sobre as mesas. Retomei o diálogo e mudei de assunto rapidamente. Falar que tirou a vida de alguém, ou como legitimação deste código particular de honra, não é novidade nesta fronteira amazônica. “Fazer justiça” é uma constatação clara sobre a forma como este mundo é compreendido, pois a dimensão da existência humana, física, da integridade, é parte do que pode ser vivenciado lá e cá: o “outro lado” e Oiapoque estão entrecruzados. Portanto, existe uma apreensão social local sobre vida e morte como pulsão banal.

Em sua pesquisa intitulada *Uma etnografia para muitas ausências. O desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social* (2011), desenvolvida como tese doutoral, Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira trata do desaparecimento de pessoas e como sistemas de cadastramento podem auxiliar grupos que buscam registrar/notificar tais desaparecimentos. O trabalho da autora perpassa um estudo sobre mecanismos de mensuração/registo destas populações, baseado na ideia de que existe uma estatística aos olhos do Estado.

No caso das mulheres e homens flutuantes, um tipo de registro policial de controle fronteiriço é comprovadamente difícil de ser feito, uma vez que a principal instituição responsável em termos de circulação de pessoas, atesta as dificuldades de operar em um território estrangeiro. Em requerimento de solicitação de acesso a informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, direcionado ao Departamento de Polícia Federal via Internet, elaborei duas questões para obter informações sobre o olhar das autoridades policiais de fronteira.⁵⁷

1) Informações sobre o fluxo de migração na fronteira franco-brasileira (Brasil/Guiana Francesa) relacionadas à política da garimpagem.

2) Políticas de controle na fronteira pelo DPF entre Oiapoque e Saint-Georges de l’Oyapock.

Resposta: Trata-se de requerimento de acesso à informação, em que o requerente solicita: (a) Informações sobre o fluxo de migração na fronteira franco-brasileira (Brasil/Guiana Francesa) relacionadas à prática da

⁵⁷ Solicitação enviada à Controladoria Geral da União (CGU), protocolo 08850002296201912, em 03/05/2019, respondida em 15/05/2019. Órgão requerido: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Departamento de Polícia Federal. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=nMGnZhwg>.

garimpagem. (2) Políticas de controle na fronteira desenvolvidas pela DPF na fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges de l'Oyapock.

Preliminarmente, foram solicitadas informações ao Chefe da DPF/OPE/AP, o qual indicou a impossibilidade de fornecer os dados, aparentemente por não dispor das informações.

De fato, conforme se observa, o pedido do requerente é bastante genérico o que impede uma respostas devidamente adequada. O Decreto nº 7.724/2012, que regularmente a Lei de Acesso à Informação, inclusive, estabelece que “não serão atendidos pedidos de acesso a informação genéricos”, no inciso I do artigo 13. Aliado a isso, tem-se que não há como a Polícia Federal ter conhecimento dos casos em que o fluxo migratório tem “relação com a prática da garimpagem”, pois esta é, inclusive, uma prática geralmente ilegal. Ou seja, os sistemas do órgão não dispõem dessas informações, sendo impossível a obtenção e fornecimento de tais dados. O que se sabe é que é comum a existência da garimpagem em ambos os países.

Quanto ao item 2, relacionado a políticas de controle na fronteira desenvolvidas pela PF, além de ser genérico, ora esclarece que as políticas são as próprias relacionadas às atribuições da Polícia Federal como órgão de polícia judiciárias da União, previstas na Constituição Federal, especificadas no art. 144, inciso 1º, da CF/88. Ou seja, não há políticas específicas quanto ao tema [...].

Atenciosamente,
SIC/SR/PF/AP.

Em julho de 2018, tentei estabelecer um diálogo com alguns agentes do órgão, onde hipoteticamente poderia abordar questões relacionadas às operações policiais no combate à expansão de garimpos ou interceptação de pessoas ligadas a esta atividade na área urbana de Oiapoque, mas não obtive sucesso: dois agentes que estavam na recepção do escritório local da Polícia Federal informaram que “este tipo de dado não é possível de ser obtido”.

Essa visita ocorreu após minha ida à Defensoria Pública no Fórum. Naquele momento, ainda tentava encontrar um denominador comum, digamos, sobre rotas eventuais da população flutuante, a partir da visão destes agentes de segurança na fronteira. De certa maneira, é uma incoerência institucional constatar – um pouco a contragosto da resposta recebida – que as atribuições da Polícia Federal não fiquem claras na região. Isso tudo faz parte das pontes de imprevisibilidade existentes no espaço observado. Como podemos verificar,

Raramente o crime organizado transfronteiriço explica o aumento ou a redução das taxas de criminalidade convencional, inclusive homicídios [...] É como se houvesse exagero na ideia de que a situação de fronteira seria preponderante para justificar a criminalidade desses municípios em comparação com as demais cidades brasileiras [...] (MISSE, 2020, p. 4).

Essa percepção sobre supostas atividades relacionadas ao crime nesta fronteira, não apresenta características sobre as rotas da população flutuante. A única ligação terrestre oficial ofertada é pela BR-156, sendo também, a única saída. Tais rotas ilegais, como já

discutimos, levam ao “outro lado”, compondo dinâmicas e agências distintas. A observação de campo permitiu, à priori, notar que nos espaços mais movimentados, como a Beira Rio e Mercado Central, através do interacionismo cotidiano, as formas de representação encontradas são características marcantes no olhar e gestos corporais (sobretudo em movimentos bruscos com as mãos ou mudança facial súbita) e aliado ao fato das disposições cognitivas advindas com o “outro lado” serem um fator de influência. Ou seja, todos(as) desconfiam de todas(os), pois há uma dinâmica de imprevisibilidades neste trânsito fronteiriço. Nesta confluência, também se opera o desaparecimento humano como lógica de vida. Afinal, é possível mensurar a quantidade de pessoas que anualmente desaparecem nestes garimpos com base em registros policiais? Certamente, uma questão genérica aos olhos do Estado. Afinal, como a fala de Dona Onete sugere: “Tinha muita droga nesse tempo” ou que “todo mundo era dono de si”.⁵⁸

5.4 “SÓ SAI QUANDO PAGA”

Uma noite de quarta-feira, aproximadamente 23h00. Estou no Canto do Luizinho, um pequeno restaurante que se tornou ao longo de cinco anos, ponto de encontro na cidade. O Bar da Lore pode ser avistado em uma distância de aproximadamente 200 metros na mesma rua. Este acesso também vai até a Praça Central. Estou com alguns colegas de trabalho. O clima nesta noite é mais quente do que o normal. A ideia de um encontro fortuito é contemplada com a disponibilidade de um *karaokê* no estabelecimento.

Quando de nossa chegada, uma mesa com aproximadamente 15 pessoas pode ser vista como atração principal: todas(os) cantam, dançam e improvisam brincadeiras através de frases com conotação sexual. Um jovem se levanta com uma lata de cerveja na mão e brada: “nesse cabaré tem cultura!” Isto ocorre com nossa chegada ao recinto.

As músicas escolhidas para as improvisações no *karaokê* são, em sua maioria, temas apelativos de cunho sexual, além da conotação misógina em suas letras. O ambiente possui similaridades observadas no Bar da Lore, assim como na rua que passei nas proximidades do Sítio do Jaime. As formas de interação eram peculiarmente compatíveis.

Na sequência, um casal com filha de aproximadamente cinco anos chega para juntar-se à nossa mesa. Dançam freneticamente com a criança no colo, em meio ao barulho do

⁵⁸ Sobre o movimento de drogas ilícitas na fronteira, as fofocas disseminadas remetem corriqueiramente a dois nomes locais: Ticon e Papa-Léguas, temidos inclusive, pelas autoridades locais. É comum ouvir relatos como “ninguém prende”, pois fazem parte do submundo do tráfico que envia “nóia pro garimpo”. Entre 2016 e 2017 ouvi muitas histórias envolvendo ambos de outro possível traficante local, conhecido como Dozinho. As fofocas de cunho pejorativo são cheias de referências a estes nomes. Porém, Ticon é citado como o “mais perigoso” atuando na fronteira.

ambiente. A música ambiente alterna entre o conhecido *Melody* além de estilos de bandas de forró ou duplas sertanejas conhecidas da mídia e parte do gosto musical da mesa ao lado. Já passava das duas horas da manhã quando um pouco renitente, a criança passava do choro a euforia junto ao jovem casal. De algum modo, o exemplo da fala de Dona Neuri parecia conectar-se aquela cena. À medida que a noite avançava, a escolha das músicas mesclava-se a gritos estridentes entre as(os) mais exaltados(as) na mesa que protagonizava a interação do *karaokê*. Em algum momento, uma canção particular parece impressionar a moça (mãe da criança) e a mesma a pega nos braços, rodopiando no ar. Na mesa ao lado, o barulho é tão alto que quase não ouço meus pares conversando.

Neste momento, a jovem moça levanta os braços e aproximando-se, convida-me para dançar. Sinalizo estar indisposto fisicamente devido à bebida. Tal atitude acaba sendo adotada mais por uma reserva em relação ao meio. A moça, por sua vez, levanta os braços e brada: “Eita, bagaça! Isso é o Cavalo do Vingador!”. Uma frase que outrora me chamara atenção através da depoente Ruth, mescla todas as configurações possíveis de uma fronteira múltipla, cercada por diferentes influências refletidas pelo “outro lado”. A metáfora da corrida do ouro, assim como a forma de sociabilidade apresentada.

Uma situação similar ocorreu às margens da BR-156, saindo do perímetro do centro. Um grupo de quatro pessoas estava na área externa de uma casa de madeira, dançando e bebendo cerveja ao som do ritmo *Melody*. Uma viatura da Polícia Militar passa lentamente e olha atentamente para o grupo. Uma das integrantes brada em direção ao veículo: “Vem pra cá, aqui tá bom!” O veículo continuou seguindo sem maiores preocupações por parte dos policiais. Nos fins de semana, quando a cidade muda sua configuração urbana, há pouco policiamento na cidade em horário noturno. Há outro fator que exponencialmente torna essa fiscalização mais difícil e creio que isto está relacionado às constantes quedas de energia elétrica na cidade.⁵⁹

A área que abrange áreas urbanas como Perto do Céu apresenta uma deficiência maior, pois não dispõe de motores que movidos através de óleo diesel. No caso dos estabelecimentos do centro da cidade, os principais locais comerciais possuem geradores de energia privados. Esta é a mesma relação que os garimpos ilegais do “outro lado” preservam, pois toda a estrutura de equipamentos da garimpagem só funciona através de combustível: acampamentos, maquinários, áreas de lazer improvisadas (conhecidas por “boates”), entre outras.

⁵⁹ A cidade ainda hoje sofre com quedas constantes de energia elétrica. Entre 2014 e 2015, por exemplo, a cidade chegou a ficar até três dias sem fornecimento de energia por problemas de estrutura local.

Por volta das 02h30 da manhã, resolvo sair do bar. Sou convencido pelo anfitrião e proprietário do bar, Luizinho, a ficar e interagir no *karaokê*, o que acabo fazendo. Após nossa participação, inicio uma conversa com uma professora que estava em nosso grupo, identificada aqui como Josefina. Sua estadia em Oiapoque era recente, estava ali a menos de três meses. Natural de Macapá, revelou interesse quando falei da pesquisa e trouxe informações muito interessantes. Seu pai havia nascido em Oiapoque, o que me chamou atenção. Por ser uma cidade de transeuntes e perfis migratórios específicos (como maranhenses e paraenses), me pareceu um tanto incomum para esta realidade de fronteira. Seu pai fora garimpeiro, tendo atuado na região de Oiapoque na década de 1980. “Antes de vir pra cá, já conhecia pelas histórias. Eu tenho uma irmã que está presa aí do “outro lado”.

- Como sua irmã foi parar na Guiana Francesa?
- Não, ela tá no Suriname. Foi pro garimpo pra aventurar e não voltou mais. Já vai pra uns dois anos que ela tá pra lá.
- Ela não quer mais voltar?
- É muito difícil de sair de lá. Tem muita morte, roubo. Porque o crime rola solto e não tem autoridade nenhuma. Ela foi através de um contato que ela tinha em Macapá. Tem muitas meninas que vão pra se prostituir no garimpo, achando que é fácil e tal, que vai pegar em muito ouro. Não tem nada de vida fácil, não!
- Como sua família obtém notícias dela?
- Eles se comunicam por dentro dos garimpos através de um sistema de rádio [...] É um jeito de falar de dentro com pessoas no Oiapoque e outros lugares. Parecido com aqueles rádios que a polícia usa. Mas eles usam dentro da mata. Minha mãe sempre fala com ela, tentando aconselhar e tal... [Renata não entra em detalhes sobre o ponto exato onde ocorre a comunicação via rádio]
- Ela decidiu ir mesmo sabendo do exemplo do seu pai?
- Minha irmã não quis estudar. Ela queria ganhar dinheiro, mas não é todo mundo que dá sorte, né? O problema desse garimpo que ela tá é que ele é controlado pelo patrão dela. Pra sair tem que ter autorização dele. E lá todo mundo anda armado. Se tu morrer é enterrado lá mesmo, pois não dá pra transportar o corpo.
- Você saberia me dizer se este garimpo é o mesmo que usam pela rota de Saint-Laurent?
- Não, esse tu chega pelo mar. Segue o Rio Oiapoque. Tem uma dobra, perto da cachoeira [põe a mão direita sobre a mesa e faz o desenho da bifurcação] que os coiotes usam. É muito perigoso. Pega muito braço de mar. Tem muito barco que afunda. Aí você passa por umas pedras na corrente. O pessoal fala dessa correnteza que é muito perigosa. Eu era pequena quando meu pai contava.
- Devo confessar minha surpresa em conversar com você aqui. Uma oportunidade e tanto... E seu pai esteve ativo na garimpagem.
- Então, meu pai faleceu no trecho desse rio. Eu era pequena, mas lembro. Foi muito difícil pra minha mãe conseguir o corpo dele. Mas ela conseguiu levar pra Macapá, ele foi enterrado lá. Eu era adolescente.
- Incrível... Quer dizer, me impressiona essa consciência adquirida tendo familiares envolvidos com a garimpagem... Primeiro se pai, agora sua irmã.

- É a vida, né? Conselho ela sempre teve, pois é minha irmã mais velha. Ela chora muito quando liga pra minha mãe. Ela quer voltar, mas não consegue sair de lá. O ouro que ela ganha fica todo com o dono do barranco [área de exploração], e ela já tá devendo muito... Aí não consegue pegar.
- Dívida em mercadorias, alimentos, etc?
- Sim. Tudo lá é caro, muito caro. Pra ela sair tem que pagar o patrão, só que a dívida é alta. Então você fica refém dessa situação. Só sai quando paga [...].

O caminho marítimo descrito por Josefina também fora relatado por António em certa ocasião quando me dava aulas de alemão. Como o Rio Oiapoque desemboca no Atlântico, o trecho é muito utilizado nas rotas clandestinas que levam aos garimpos. De forma descritiva, fez um desenho em seu quadro branco instalado em sua sala. Supostamente, essas rotas garimpeiras existentes na Guiana Francesa estão conectadas ao Suriname por atalhos desconhecidos, possivelmente, até por uma parte dessa população flutuante. Da mesma forma, a depoente Rosilene relatou que em alguns casos, você pode “andar até três dias dentro da mata” para chegar nestes territórios paralelos. Josefina contou-me que a comunicação interna dos garimpos ilegais até Oiapoque é feita via rádio. Embora não tenha entrado em detalhes sobre uso dessa tecnologia na comunicação transfronteiriça ilegal, revelou que sua irmã se comunicava com a família diretamente do “outro lado”.

É provável que muitos desses(as) transeuntes ao colocar suas vidas em risco, não tenham precisão exata de onde estejam, embora se utilizem de tecnologias como GPS, instrumentos comumente utilizados na variação, segundo António. Por outro lado, a comunicação via rádio surge como estratégia: como não ser localizado pelo *gendarmérie* de forma inusitada? As frequências de rádio emitidas entre o “outro lado” e Oiapoque revelam que a comunicação entre estes dois territórios se utiliza aqui, de um mecanismo rudimentar, porém, não menos eficiente. Por outro lado, é possível imaginar que dependendo da distância e localização, há dificuldades de interceptação por parte das autoridades francesas.

Outro aspecto importante nesta fala trata do endividamento ao cruzar a fronteira. Mais uma vez não apenas a apropriação do corpo, como a posse sobre a vida de outrem, uma característica central nestas relações de sociabilidade: a sujeição humana é dimensionada pelo ouro. Sua irmã, assim como inúmeras mulheres que se aventuram nos rincões desse universo colonial interno, tornam-se escravas sexuais de criminosos atuando nos garimpos como forma de compensação ou amortização de suas dívidas. Esta agiotagem de selva que atinge principalmente mulheres, também reforça a impossibilidade de liberdade frente a toda uma rede de exploração humana existente nos garimpos.

Figura 38: Posto aduaneiro nos limites territoriais entre Brasil e Guiana Francesa



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 39: Rua da vila de quitinetes administradas por António em Oiapoque. Ruas sem asfalto e pouco iluminadas compõem o isolamento desta região de fronteira



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

6 CONCLUSÃO

Como vimos ao longo do trabalho, a fronteira franco-brasileira dispõe de distintos grupos conectados à cultura da garimpagem. O que vale dizer que no plano das interações cotidianas, existe uma variedade não apenas econômica, mas também étnica vinculada aos mesmos. Guianenses, franceses, povos indígenas, assim como brasileiros(as) de outras regiões. O fato de já ter contato com a fronteira, de alguma forma, me fez acreditar que uma compreensão sobre estes grupos estava plenamente resolvida. Ou seja, poderia estudá-los devidamente em seus “devidos lugares”. Um equívoco completo.

Este conjunto de agentes transeuntes, em síntese, compõe o que tratamos como *Ethos* fronteiriço. Entretanto, considero importante frisar que a população flutuante desenvolve práticas ilegais, estruturando sociabilidades paralelas, em certa medida atuando como pontes fronteiriças entre Brasil e Guiana Francesa. Às vezes, rememoro a fala do depoente Antônio: “Acho que isso aqui nem é Brasil”. Geograficamente, existe alusão ao jargão comum presente na canção de Teodoro e Sampaio – Oiapoque inaugura o Brasil.

As particularidades dessa fronteira em sua localização de Estado são análogas a rincões fronteiriços que existiram em Ásia e África, assim como outras regiões do continente americano no início do século XX. A atuação da polícia francesa *gendarmarie*, citada como a presença central dessa extensão fronteiriça e política nos garimpos, opera para interceptar o ouro extraído ilegalmente, não se responsabilizando pelas ações de garimpeiros vinculados a outras atividades clandestinas, como contrabando e tráfico de pessoas. Evidentemente, se observarmos o Direito Internacional, as relações entre ambos países (Brasil e França) tratam apenas de aspectos burocráticos em suas relações transfronteiriças. O que está fora da fronteira, ou seja, uma noção diplomática e jurídica é o que está representado/configurado no que podemos entender como uma mentalidade garimpeira.

Esta reflexão é fundamental: procurou-se entender através de uma experiência etnográfica, onde o *Ethos* garimpeiro permeabiliza sua rede de interações. Na corrida do ouro, não é possível mensurar a extensão da banalidade da vida humana neste universo capitalista periférico. É possível observar a partir das falas de pessoas comuns, caminhos distintos que nos levam as experiências da garimpagem. Este é um denominador *sine qua non* revelado pelos diferentes perfis encontrados.

6.1 ETHOS FRONTEIRIÇO

Possivelmente, pensar essa fronteira amazônica como um baú ainda não aberto, pode responder a várias questões de ordem sociológica. Se por um lado, o Estado brasileiro não

consegue identifica-la em termos de contingente, aquilo que é óbvio sob o ponto de vista de sua interação social pode corresponder a coisas completamente desconhecidas na esfera institucional. Reitero que tais configurações só são possíveis de serem observadas a partir de um longo período de observação.

Todos estes grupos se entrecruzam na fronteira franco-brasileira e organizam a vida cotidiana a partir dessas referências. O primeiro fator de impacto para quem visita a cidade pela primeira vez é tentar perceber como uma pequena cidade de pouco mais de 27 mil habitantes se mantém sem aparentes vestígios de tensão social. Essa fronteira é particularmente heterogênea, o que pode ser percebido de imediato através do fluxo de pirateiros e catraieiros na rota legal – seja no Rio Oiapoque ou pela BR-156 – transportando diariamente pessoas e mercadorias ligadas direta e indiretamente ao “outro lado”.

Dessa forma, Oiapoque se configura como uma terra de passagem, um *front* (ÁGUAS, 2017). Se organiza de forma *sui generis*, não atendendo aos aspectos lineares da vida cidadina comum de sua localidade. Todo um conjunto de experiências que produzem uma síntese específica de interações, um *modus operandi*, capaz de tornar a fronteira franco-brasileira um espaço configurando um *Ethos* para seus respectivos agentes e grupos, estruturados nesta relação cotidiana com o “outro lado”.

O *Ethos* que pode ser identificado a partir das falas apresentadas, exibe uma estrutura reinante no plano da consciência coletiva, logo, agrega características, disposições estruturadas e interações moldando um cotidiano de encenações, como descreve Goffman (2002). Todavia, considero a fronteira franco-brasileira como parte gregária de um *Ethos* fronteiriço. Sua base formada pela população flutuante condiciona todas as redes de sociabilidades em Oiapoque. Esta dependência do “outro lado” é o demarcador central entre os distintos perfis, mas subjugados(as) pela lógica de *insider/outsider*, como é perceptível em Elias e Scotson (2000).

Se por um lado o limiar na faixa de fronteira não é estável, como seria possível manter as condições desse *habitus* plural? O que determina as regras de sociabilidade em Oiapoque são as referências da garimpagem: transeuntes operam redes de máfias locais, sendo a cidade apenas um entreposto. Por outro lado, como vimos, a ideia simbólica do “passaporte queimado” torna tais grupos invisíveis aos olhos do Estado. Operando à margem das instituições jurídicas, recriam modos particulares de sobrevivência em meio aos garimpos da Guiana Francesa e Suriname. Sem quaisquer documentos de identificação, passam a transitar entre os dois lados do Rio Oiapoque.

Este é o panorama desta composição do *Ethos*. A expressão Cavalo do Vingador, ouvida em ocasiões específicas, concentra a relação da informalidade e do trabalho incessante, árduo e interminável não apenas em relação à busca do metal precioso, mas a própria dignidade humana quando se está em uma “terra de ninguém”. No campo dos chamados gestos corporais e formas de olhar, apresentados nos capítulos IV e V, temos uma parte desta construção empírica, desta moralidade fronteira (*Ethos*). A função que a área colonial francesa exerce neste universo da garimpagem clandestina é sua manutenção estrutural dos grupos relacionados abaixo.

6.2 EXPLORADORES DE OURO

Quando falamos de exploradores de ouro, estes ou estas podem estar atuando seja em Oiapoque ou do “outro lado”, seja na extração ilegal seguida de comércio comumente ilegal. As falas de alguns depoentes revelam que este ouro é comprado ou revendido nas áreas de garimpo, por grupos específicos, atuando como exploradores terceirizados. O fato é que muitas pessoas ao se aventurarem nestas áreas, acabam adquirindo “empréstimos” locais, se submetendo a formas de dependência cada vez mais degradantes para cobrir ou amortizar essas dívidas. O explorador atua como um agenciador de outras atividades ilegais, embora a obtenção do ouro seja foco central. Via de regra, este é o garimpeiro propriamente dito, pois como vimos no terceiro capítulo, essa extração mineral é feita manualmente ou através de máquinas.

6.3 PLOCS

No caso do gênero feminino, existe uma assimetria evidente nos meandros da exploração aurífera, responsável pela disseminação da prática da prostituição. Entretanto, como já vimos nos estudos de Araújo (2017), existem dois tipos de práticas de comercialização sexual: a boate e a *ploc*. Como vimos, as falas sugerem que mulheres no circuito interno da garimpagem ficam tuteladas em recintos conhecidos por locais que agregam outras formas de comércio, como venda de bebidas e jogos (mesas de bilhar), conhecidas por boates. No caso da *ploc*, negocia o valor do seu programa sem mediação de atravessadores(as). Em Oiapoque, pela perspectiva do empirismo, parece haver uma interação maior acerca da prática *ploc*. Isso decorre da diminuição de estabelecimentos que visem exploração sexual a partir do início da década de 2000, com advento de órgãos de fiscalização policial.

6.4 CONTRABANDISTAS

A constatação empírica do contrabando na fronteira franco-brasileira, assim como a percepção que se tem das áreas de garimpagem, possuem como referência o tráfico de mercadorias (bebidas, cigarros e alimentos) exercido, principalmente através do Rio Oiapoque, aludindo às bifurcações ou atalhos fluviais que sustentam a ação dos coiotes, pilotos de embarcações clandestinas responsáveis pelo transporte de produtos para abastecer os garimpos. Na maioria dos casos, este contrabando é específico de mercadorias lícitas, como sugere a fala de Seu Pedro. Por outro lado, é importante destacar que compondo parte da esfera da ilegalidade, este grupo é hipoteticamente mais visado por órgãos de controle aduaneiro e fiscal, como Receita e Polícia Federal. Por outro lado, quando adentram áreas de garimpagem clandestina na Guiana Francesa, passam para a condição de contrabandistas pela lógica de ocupação específicas deste espaço.

6.5 PIRATEIROS

A chamada prática da pirataria, executada por motoristas de transporte privado – entre Oiapoque e Macapá – são base econômica que envolve tanto aspectos legais ou ilegais relacionados à cultura da garimpagem. Não existe um controle fronteiriço eficiente acerca destes meios de transporte. Seu ponto de saída ou embarque localiza-se na Beira Rio, geralmente transportando transeuntes que podem estar vindo de catraias pela rota legal fluvial, entre Oiapoque e Saint-Georges de l’Oyapock. Viajando pela BR-156 desde 2014, observei que quase todos dispõem de documentação legal para este tipo de transporte, geralmente vinculados ao sistema de cooperativas locais.

É importante destacar que a BR-156 é a única ligação por via terrestre existente entre a fronteira e a capital do estado. Muitos pirateiros também já estiveram em áreas de garimpos do “outro lado”, a exemplo de Seu Maneco. Por outro lado, considero que sua participação nas rotas garimpeiras ocorra de forma indireta, seja no transporte de ouro ou mercadorias variadas.

6.6 CATRAIEIROS

O transporte feito pelo rio através das embarcações conhecidas como catraias estabelece uma relação direta com o “outro lado”. Essa conexão com a Guiana Francesa é diária, sendo mecanismo central destas interações. Parte considerável da vida econômica da cidade é feita através destes transportes: transeuntes, turistas estrangeiros(as), assim como funcionários(as) públicos(as) do governo francês se utilizam destas embarcações para outras

finalidades do lado brasileiro. Os catraieiros trabalham sob um sistema de cooperativa local, sendo muito respeitados na região.

6.7 BREFADOS OU NÓIAS

As fofocas de cunho pejorativo (ELIAS; SCOTSON, 2000), como podemos entender no contexto oiapoquense, representam o grupo de párias locais – frequentadores da Beira Rio – como os brefados ou nóias. A expressão vem de “brefo” (sem dinheiro) e, de um modo geral, o dinheiro que é obtido por membros deste grupo serve apenas para manter o consumo de substâncias ilícitas. Em alguns casos, especula-se que já foram garimpeiros bem sucedidos e que perderam suas posses, passando a viver temporariamente nos arredores da Beira Rio e Mercado Público realizando “bicos” (serviços esporádicos). Em algum momento, irão retornar clandestinamente para o “outro lado”, compondo a população flutuante.

REFERÊNCIAS

- ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. **Fórum Sociológico**, [s.l.], n. 23, 2013, jan. 2014, p. 1-13. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/842>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C.. **Fronteiras em Movimento e Identidades nacionais: a imigração brasileira no paraguai**. 2005. 265 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Fondo de Cultura. Colección Popular 498: México, 1993.
- APOLINÁRIO, Juciente Ricarte. **Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII**. Goiânia: Kelps, 2006.
- ARAUJO, Osvaldina dos Santos. **Frontières en mouvement et échanges econômico-sexuels: Dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, em passant par le Guyana et la Guyane Française**. Thèse Doctorat. École doctorale et discipline ou spécialité: Sociologie. Université de Toulouse, 2017.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília**. 2012. 233 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- BASTOS, Elide Rugai; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio Rebolho. **Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BODIN, Jean. **Los seis libros de la república**: Colección Clásicos del Pensamiento. Madrid: Tecnos, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. Código de Mineração (1967). **Código de Mineração e legislação correlata**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.
- BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **O Brasil e sua soberania sobre a Amazônia**. 1992. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

CAVLAK, Iuri. **Breve história da Guiana**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

CHAGAS, Marco Antonio. A geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-18, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg>. Acesso em: 11 out. 2020.

CLEARY, David. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

COLLIER JR, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. Tradução de Iara Ferrez e Solange Martins Couceiro. São Paulo: Edusp, 1973.

CONTE, Maria Irene de. **A ponte sobre o Rio Oiapoque: uma ponte “transoceânica” entre o Brasil e a França – o Mercosul e a União Europeia?**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CORBIN, Hisakhana P.; ARAGÓN, Luis E. Imigração e garimpo, emigração e remessas: dois pilares da economia da Guiana. **Revistas Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 66-88, jul./dez. 2015.

COSTA, Maria José Jackson; BARP, Wilson José. **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2003.

CRUZ, Jocilene Gomes da. **Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o bem viver no Rio Negro – AM**. 2015. 228 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

CUNHA, Guilherme; CAMPELLO, Marcelo M.. A inclusão da China na Amazônia: análise e considerações geoestratégicas. **Transpassando Fronteiras**, n. 6, p. 241-262, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5070552.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 12, p. 11-25, jun./jul. 2012. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438375806.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Nobert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EUZÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia**: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Personas e habitus: estudo de perfis antrópicos na Amazônia Oriental. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 81-111, jan./jun. 2018.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Uma etnografia para muitas ausências**: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. 323 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FLEXA, Rafaela Costa. Colonização e ordenamento das terras no Território do Amapá (1943-1988). **Revista Estação Científica**, Macapá, v. 3, n. 1, p. 87-98, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FONSECA, Jean. **A dinâmica territorial da fronteira Amapá-Guiana Francesa sob influência da integração**: 1995 a 2007. 2008. 77 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FOOTE WHYTE, Willian. **Sociedade de Esquina**: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FURTADO, Celso. **O Brasil “Pós-Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Huana da Silva. **Trabalho, migração e relações sociais**: a presença de imigrantes brasileiros em área de mineração na Guiana Francesa. 2015. 116 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

GOÉS, David Souza. Circulação de garimpeiros brasileiros na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa: uma etnografia de vivências em conflitos. **Revista Fronteiras e Debates**, Macapá v. 1, n. 2, p. 177 – 189, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/fronteiras>. Acesso em: 7 jan. 2019.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Alessandro Martins; ROCHA, Roberto Barroso. Descobrimento/ achamento/ encontro/ contato e invasão/conquista: visão dos índios na descoberta da América Portuguesa. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 91-109, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://periodico.est.edu.br/identidade>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno**: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Buenos Aires: Campus Virtual, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

GRANGER, Stephane. Guiana Francesa, um território francês e caribenho em via de “sul-americanização”? **Revista Confins**, São Paulo, n. 6, p. 11-16, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/document5003.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

GRANGER, Stephane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, [s. l.], n. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/27891>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GRENIER, Georges-Marie (Org.). **Guyane-Amapá Mieux structures les territoires pour intensifier les échanges**. Guyane: CEROM; AFD; IEDOM; INSEE, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBS, Thomas Malmesbury. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz & Terra, 1988.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. esp., p.1393-1404, dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico [Entrevista]. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 315-321, maio/ago. 2004.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the Social Sciences. **Annual Reviews Sociology**, [s.l.], n. 28, p. 167-95, 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.28.110601.141107>. Acesso em: 13 fev. 2020.

LEITE, Rogério Cerqueira. O SIVAM: uma oportunidade perdida. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a10.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

LIMA, Marcos Costa. Vocês conhecem o termo MATOPIBA?. **Opinião: Revista Jornalismo e Cidadania**, Recife, n. 24, p. 4-23, jun. 2018. Disponível em: <http://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201809131152140>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 240 f. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOMBARDI, Thais Tartalha Nascimento. **As fronteiras amazônicas: dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em

Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Coleção Abril Cultural, 1988.

MARQUES, Adriana Aparecida. A Amazônia francesa: as percepções militares sobre o departamento ultramarino francês na América do Sul e as possibilidades de cooperação em segurança e defesa na fronteira franco-brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 74-87, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/191/167/>. Acesso em 16 abr. 2020.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 233 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Para além, através da fronteira e do acordo: interações sociais no Oiapoque**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MARTINS, Carmentilla das Chagas; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **Revista Tomo**, [s.l.], n. 27, p. 361-396, jul./dez. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MISSE, Michel. **Problemas reais e exageros marcam o debate sobre a questão das fronteiras**. Disponível em: <https://fontesegura.org.br/news/>. Acesso em: 27 maio 2020.

MORAIS, Gabriel de Oliveira. **Galera da laje: tecnobrega sob a ótica da moda**. 2012. 64 f. TCC (Especialização) – Curso de Especialização em Estética e Gestão de Moda, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moda/monografias/Gabriel.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MORAIS, Taís de; SILVA, Ermano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MOURA, Salvador Tavares. **Serra Pelada: experiência, memórias e disputas**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 2, n. 12, 1998.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, 1960 a 1973**. 2018. 328 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

OLIVEIRA, Marcelo José. **Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses**. 2010. 269 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

OLIVEIRA, Marcelo José.; MATHIS, Armin. **O recente ciclo de mineração no estado do Amapá: uma análise preliminar com base na produção mineral, arrecadação de royalties e taxa anual por hectare**. Belém: NAEA-UFPA, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **Sociologia da Fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais[...]**. Campinas: Anpocs, 2010. p. 1-29. Disponível em: <http://anpocs.com/encontros/34-encontro-anual>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PÊGO, Bolívar (Org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista brasileira de política internacional**. v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Lógicas imagéticas de uma sociedade interiorana: usos da fotografia e narrativa visual no Brasil setentrional. **Revista Iluminaturas**, Porto Alegre, v. 13, p.157-176, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/37141>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PICANÇO, Vidal Estácio. **Informações sobre a história do Amapá: 1500-1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PINTO, Carlos Vinícius da Silva; OLIVEIRA, Samara; MARGUTI, Bárbara Oliveira. Um estudo sobre as situações de vulnerabilidade social nos arcos de fronteira no Brasil. In: PÊGO, Bolívar (Org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 97-117, 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a07v50n2pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, p. 9-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a01.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil!** Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá.** Macapá: Gráfica e Editora Valcan, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Paula Gabriele dos. **A (ultra) periferia do Platô das Guianas: novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1992-2012).** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

SANTOS, Renato Prado. **Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007): uma análise econométrica e espacial.** 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI.** 2013. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Jonathan Viana da. **Cabralzinho, a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense.** Salto: Schola, 2012.

SILVA, José Giovani; ROCHA, Luís Azevedo da. **História, ambiente e povos indígenas: impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976-1981).** História UNIFAP, Macapá, v. 6, n. 12, p. 232-249, jul./dez. de 2019. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1535/1351>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Osiris M. Araújo; HOMMA, Alfredo Kingo (Org.) **Pan-Amazônia: Visão histórica, perspectivas de integração e crescimento.** Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 2015.

SILVA, Sidney Antônio da (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.** Manaus: FAPEAM, 2012.

SOCKINGER, Gottfried. A reestruturação de Relações Tradicionais na Amazônia numa Era de Modernização Forçada (1960-1980). In: COSTA, Maria José Jackson; BARP, Wilson José. **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa.** Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2003.

SOUZA, Thaís Godoi de; LARA, Angela Mara de Barros. Os fundamentos teórico-metodológicos da Escola Neoliberal de Chicago: implicações no campo educacional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 11., 2012, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: PPE, 2012. p. 1-14. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/po/po_007.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TILIO NETO, Petrônio de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

VILLAS-BÔAS FILHO, Orlando (Org.). **Orlando Villas-Bôas: expedições, reflexões e registros**. São Paulo: Metalivros, 2006.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. 2015. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 12, n. 36, dez. 2013.

WOUTERS, Cas. Como continuam os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 3, Set./Dez. 2012.